

O Ensino da Contabilidade na FEP

O Contributo do Prof. J. A. Sarmento

Por

Juliana Raquel Teixeira Pinto

Tese de Mestrado em Contabilidade

Orientada por:

Manuel Castelo Branco

Faculdade de Economia

Universidade do Porto

2009

Nota Biográfica

Juliana Raquel Teixeira Pinto nasceu a 3 de Maio de 1979 na freguesia de Fornos, concelho de Marco de Canaveses.

Foi no Marco de Canaveses que realizou o seu percurso escolar até 1997, ano em que termina o 12.º ano com a classificação final de 17 valores.

Ingressa, nesse mesmo ano, no Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto onde obtém, em 2001, o grau de bacharel em Contabilidade e Administração com a classificação de 12 valores e, em 2003, a licenciatura em Contabilidade e Administração, ramo de Auditoria, com a classificação final de 13 valores.

A 24 de Julho de 2008 conclui na Faculdade de Economia da Universidade do Porto a parte curricular do curso de Mestrado em Contabilidade, tendo obtido a classificação de 15 valores.

Exerce, desde Maio de 2004, funções de Técnica Oficial de Contas, e gostaria de ensinar Contabilidade.

Agradecimentos

A realização deste trabalho só foi possível graças à ajuda de muitos. Não posso, contudo, deixar de referir os seguintes:

Agradeço ao Prof. Castelo Branco, meu orientador, toda a ajuda preciosa na elaboração do trabalho. As suas sugestões, alertas e correcções foram imprescindíveis.

Agradeço com especial carinho ao Prof. Carqueja de quem, orgulhosamente, fui aluna. Obrigada por sempre me receber com um sorriso, pelo seu entusiasmo com este trabalho, que despertou memórias da sua vida, as quais não se recusou a partilhar.

Agradeço à Prof.^a Lúcia Lima Rodrigues pela disponibilidade para me receber, pela confiança depositada no empréstimo da sua sebenta de Teoria da Contabilidade, e pela partilha do seu testemunho como aluna, professora e investigadora.

Agradeço aos que fazem parte de mim, os que sempre compreendem, os que acreditaram e contribuíram com ânimo, coragem e força, em especial à Sara e ao Filipe.

Dedicatória

Para a minha mãe.

Resumo

O presente trabalho insere-se no âmbito da História da Contabilidade e tem como objectivo analisar o ensino da disciplina de Teoria da Contabilidade na Faculdade de Economia da Universidade do Porto, nas décadas de 50 a 70 do século XX.

Com recurso a metodologia própria das Ciências Sociais, optou-se pela observação e análise documental. Foram conduzidas entrevistas quer a investigadores, quer a intervenientes directos da história da faculdade, no sentido de produzir registos das memórias dos entrevistados, tal como prevê o método da História Oral.

O ensino da Teoria da Contabilidade será abordado, essencialmente, com base na vida e obra de um dos professores da disciplina, o Prof. José António Sarmento. Serão analisadas resumidamente as suas publicações, de modo a concluir de que forma contribuiu este professor para o desenvolvimento e ensino da Teoria da Contabilidade.

A dissertação será desenvolvida de acordo com as seguintes reflexões:

- 1.º Como surgiu o ensino da Contabilidade em Portugal;
- 2.º Quais as razões que determinaram a criação da Faculdade de Economia do Porto;
- 3.º Quem foi o Prof. José António Sarmento;
- 4.º De que forma marcou este professor o ensino da Teoria da Contabilidade.

Palavras-Chave: História da Contabilidade; Ensino da Contabilidade;
Teoria da Contabilidade; FEP; José António Sarmento.

*“Na Faculdade de Economia do Porto
Perguntava-se sempre:
- Porquê?”*

Hernâni O. Carqueja

Índice

Introdução	1
1. A génese do Ensino da Contabilidade em Portugal	4
1.1. A Aula de Comércio do Marquês de Pombal	4
1.2. A introdução do Ensino Comercial no Porto	11
1.3. Da Escola de Comércio aos Institutos Industriais e Comerciais	15
1.4. Os Institutos Superiores de Comércio e a autonomia dos Institutos Comerciais	18
2. O Ensino da Contabilidade na FEP	26
2.1. A FEP	26
2.1.1. O contexto económico-social da sua criação	26
2.1.2. A urgência de restabelecer o ensino superior de comércio no Porto	28
2.1.3. O Decreto-lei N.º 39226 de 28 de Maio de 1953	32
2.1.4. O Decreto N.º 39227 de 28 de Maio de 1953	36
2.1.5. Os primeiros anos da FEP	38
2.1.6. A nova FEP	40
2.2. O ensino da Teoria da Contabilidade na FEP	42
2.2.1. De 1955/56 a 1963/64	42
2.2.2. De 1965/66 a 1970/71	55
3. A importância do Prof. J. A. Sarmento para o desenvolvimento e ensino da Teoria da Contabilidade	67
3.1. Biografia	67
3.2. Bibliografia	73
3.2.1. Trabalhos Publicados	73
3.2.1.1. «Pensões de Sobrevivência»	73
3.2.1.2. «Ensino da Disciplina G – Meios de Acção»	75
3.2.1.3. «Problemática Contabilística (Nas Unidades Produtivas)»	80

3.2.1.4. «Medidas de racionalidade económica empresarial: produtividade, rendabilidade, economicidade»	86
3.2.1.5. Prefácio e tradução de « <i>O Circuito Económico nas suas Relações com a Teoria do Valor e do Cálculo Racional da Economia da Empresa</i> »	89
3.2.1.6. «Alguns aspectos do problema da Gestão e Análise Contabilística dos Stocks»	90
3.2.2. Trabalhos não publicados	94
3.3. Os contributos do Prof. Sarmento	95
Conclusão.....	101
Bibliografia	102
Anexos	118

Índice de Anexos

I. Entrevista à Prof. ^a Lúcia Lima Rodrigues	119
II. Entrevista ao Prof. Hernâni Olímpio Carqueja	130
III. Criação da FEP	145
IV. Incêndio na FEP.....	149
V. A Nova FEP	152
VI. Doutor Sarmento.....	154

Introdução

A investigação contabilística em Portugal é ainda considerada por muitos insuficiente,¹ muito embora tenha beneficiado com a criação de cursos de mestrado e de doutoramento². Investigar em Contabilidade significa levantar questões, formular hipóteses, procurar respostas mas, sobretudo, ter curiosidade e audácia para desbravar novos campos em que a única certeza é a de querer saber sempre mais.

Os recentes desenvolvimentos do saber contabilístico e as consequentes alterações que este ramo da ciência tem sofrido, em muito devido à globalização das relações económicas, despertam natural interesse e puxam para si muita da investigação em curso.

No entanto, quando a preocupação de muitos é a novidade e o futuro, centro a minha investigação no passado. Mas porquê olhar para trás se o passado já passou? Bem, talvez porque sem conhecer o passado não podemos compreender o presente ou construir o futuro.

Se a investigação em Contabilidade é escassa, mais ainda se pode dizer da investigação no âmbito da História da Contabilidade³ ou no que diz respeito ao ensino desta disciplina. Ao realizar este trabalho de investigação de cariz histórico sobre o ensino da Contabilidade, pretendo, antes de mais, prestar sincera homenagem àqueles que fazem da sua vida uma dádiva ou outro, porque ensinar não é nada mais, nada menos, do que dar parte de nós. Assim sendo, o presente trabalho pretende conhecer e

¹ Veja-se, a título de exemplo, a opinião de Rodrigues (2005: 7 e 2009: 7).

² Guimarães (2006: 22-33), em artigo intitulado “A investigação contabilística em Portugal”, apresenta uma análise ao número de teses de mestrado e doutoramento em Contabilidade. A este respeito, refere que a primeira tese de doutoramento na área da Contabilidade foi elaborada em 1932 por Polybio Garcia e que até 1990, um período de quase 60 anos, apenas foram publicadas mais 6 teses na área da Contabilidade, embora todas elas identificadas em áreas científicas não ligadas directamente à Contabilidade.

³ No dia 10 de Abril de 2007 foi constituída a Comissão de História da Contabilidade da Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas. Esta Comissão, de acordo com o art. 3º do seu regulamento, tem objectivos científicos e culturais e visa promover e divulgar a investigação em História da Contabilidade portuguesa.

explicar de que forma se ensinou a Contabilidade da Faculdade de Economia do Porto (FEP), considerada um verdadeiro exemplo da chamada *Escola do Porto*.⁴

Mas a História é contínua e não se pode analisar parte dela isolando-a de todo o resto. Para compreender o ensino da Contabilidade na FEP, torna-se necessário recuar no tempo e expor, ainda que de forma superficial, os primórdios do ensino da Contabilidade em Portugal.

Deste modo, este trabalho divide-se em três grandes partes. Na primeira parte será abordada a história do ensino da Contabilidade em Portugal, desde a criação da Aula de Comércio, até aos Institutos Superiores. Procura-se abordar, para cada uma das diferentes épocas, as instituições nas quais se ensinou contabilidade, os cursos e planos curriculares e os acontecimentos marcantes, através do recurso à legislação que lhes está associada.

A segunda parte deste trabalho será dedicada à FEP e ao papel preponderante desta no ensino da Contabilidade. Pretende-se dar a conhecer as circunstâncias que determinaram a criação desta instituição, os cursos e respectivos planos curriculares, especialmente no que diz respeito à disciplina de Teoria da Contabilidade, nas primeiras duas décadas de existência.

A terceira parte tem como objectivo dar a conhecer a figura de um professor **em** especial, o Prof. Sarmento, reunindo alguns dos mais importantes dados biográficos e abordando toda a sua bibliografia, sobretudo os trabalhos publicados. Pretende-se igualmente demonstrar a importância e singularidade do seu contributo para a evolução da Teoria da Contabilidade através da sua forma de questionar, de pensar e de ensinar.

Para realizar este trabalho recorri a técnicas documentais de investigação tais como a consulta de arquivos públicos e privados, da imprensa, nomeadamente periódicos e publicações da especialidade, e de obras literárias. No entanto, para completar os registos existentes relativamente a esta temática, optei por recorrer ao método da História Oral. Para Collins e Bloom (1991: 23), a História Oral é um método histórico que consiste na recolha verbal de informações para amplificar os registos

⁴ O termo *escola* designa um conjunto de professores e alunos que, simultaneamente ou numa sequência temporal, adaptam atitudes, referências, posicionamentos ou ideias cuja semelhança pode ser atribuída a uma mesma fonte de influência ou à aceitação duma mesma ideia estruturante (Carqueja, 2003b: 108). A expressão *Escola do Porto* resulta da possibilidade de identificação de uma escola por parte de Oliveira (1983-84: 515-525), num artigo com o título “Lopes Amorim e a Escola do Porto”. Também Carqueja (1997: 151) explica esta designação no seu artigo “A Escola do Porto e a Teoria da Contabilidade”.

históricos e para refutar hipóteses. Este método histórico pode ser usado como ferramenta de pesquisa para clarificar e servir de registo quando os documentos existentes não são suficientes, ou quando existem espectadores cujo testemunho pode ser uma mais-valia surpreendente. Assim sendo, mais do que a preocupação pela construção de inúmeras questões a colocar em entrevista, apelei à memória de intervenientes directos da história, especialmente professores, como sejam a Prof.^a Lúcia Lima Rodrigues e o Prof. Hernâni Carqueja.

A escolha destes dois testemunhos é facilmente justificável, dada a relação de cada um deles com as temáticas aqui abordadas. Primeiro, a Prof.^a Lúcia Lima Rodrigues foi entrevistada para ajudar a compreender o ensino da Contabilidade na Aula de Comércio, uma vez que realizou um notável projecto de investigação nesta área. Depois, o Prof. Carqueja ilustre professor da FEP, cujo testemunho é muito útil para perceber o ensino da Teoria da Contabilidade nesta escola.

No final deste trabalho pretendo concluir de que forma foi ou não importante para o ensino da Contabilidade o contributo do Prof. Sarmento.

1. A génese do Ensino da Contabilidade em Portugal

Já aqui referi que este trabalho tem uma natureza histórica que obriga a exercícios de memória. Parti à procura do muito já esquecido por uns, os que testemunharam o passar do tempo e os que já se perderam pelos mesmos estudos históricos, ou do totalmente desconhecido por outros, os que pela idade ainda não tiveram oportunidade ou curiosidade para o saber.

Olhar a História é como observar um quadro. Há sempre um pormenor que nos desperta o interesse e para o qual fogem os olhos, mas é preciso abrir o plano e compreendê-lo no seu conjunto. Para nos debruçarmos sobre o ensino da Contabilidade em Portugal temos de conhecer a sua origem e recuar no tempo, mais precisamente, até ao século XVIII e fazer a partir daqui a nossa viagem.

1.1. A Aula de Comércio do Marquês de Pombal

Desde meados do século XVIII que Portugal assistiu a uma radical mudança na sua vida económica, para o que contribuiu a política reformista do Marquês de Pombal⁵. Procurou-se ver o país como um todo económico, na permanente ligação marítima e comercial que o ligava aos estados da Índia e do Brasil, às possessões de África e às ilhas atlânticas. Tornou-se imperioso dotar a Nação dispersa pelo mundo de novas estruturas para responder ao crescente desafio das outras nações coloniais (Serrão, 1990: 98).

Os sistemas económicos de muitos países da Europa Ocidental, rendidos ao mercantilismo eram baseados na premissa que a riqueza nacional e o poder de uma

⁵ De seu nome Sebastião José de Carvalho e Melo (1699-1782), figura marcante da História de Portugal, é considerado reformador, estadista e diplomata. Enviado do reino a Londres e depois a Viena, foi Secretário dos Negócios Estrangeiros e da Guerra de D. José I em 1750 e, em Agosto de 1756, Primeiro-ministro. D. José concedeu-lhe dois títulos: o de Conde de Oeiras, a 6 de Junho de 1759, e o de Marquês de Pombal a 16 de Outubro de 1769, como recompensa de «vinte anos de apego ao serviço público e de provada dedicação» (Serrão, 1987: 157). Morreu exilado nas suas terras em 8 de Maio de 1782. Sendo reconhecido com maior facilidade pelo título de Marquês de Pombal, será assim tratado ao longo deste trabalho.

nação eram determinados pela colonização, forte comércio de exportação e acumulação de metais preciosos (Rodrigues e Craig, 2005: 23)

Ao conhecimento prático das matérias comerciais até então aprendido apenas em negócios de família ou de amigos, urgia acrescentar uma formação de natureza teórica. O comércio e a contabilidade aprendiam-se de forma empírica no trabalho, nas relações do dia-a-dia. A Contabilidade não se configurava como uma ciência, mas antes e apenas como um saber-ofício (José Miguel Oliveira, 2004: 10).

De acordo com Redlich (1957), citado por Rodrigues e Craig (2005: 24), os contributos para a formação comercial de base académica foram dados por dois tipos de pioneiros: os proponentes e os implementadores. Do lado dos proponentes, os nomes mais marcantes são o do alemão Jacob Marperger (1656-1730) e do inglês Malachy Postlethwayt (1707-1767), quanto aos implementadores surgem o alemão Johann Büsch (1728-1800) e o português Marquês de Pombal.

Ora, precisamente o Marquês de Pombal, consciente da necessidade de conhecer a razão do sucesso dos empreendimentos mercantilistas da vizinha Inglaterra, transfere-se para Londres de 1738 a 1743. Durante este período é enviado especial do Rei D. João V à corte inglesa do Rei George II. Para além do objectivo de resolver conflitos relacionados com o comércio de cereais, a missão era clara: perceber o pensamento dos altos escritores ingleses e compreender de que modo essas ideias poderiam ser aplicadas em Portugal.

O Marquês de Pombal, durante a sua permanência em Londres estabeleceu uma série de contactos pessoais com John Cleland, que fora empregado da Companhia inglesa das Índias Orientais (Rodrigues e Craig, 2005: 27) e com outros defensores do iluminismo⁶ com conhecimentos na área comercial, frequentou as associações de prestígio da capital inglesa⁷ e teve a oportunidade de captar um conjunto de conhecimentos que lhe permitiram, quando para isso teve meios, criar a Aula de Comércio. Muitos dos conhecimentos adquiridos pelo Marquês de Pombal resultaram não apenas dos seus contactos políticos, mas também das leituras feitas para completar

⁶ O Iluminismo (Coelho e Marques, 2008: 24) é um movimento cultural na Europa do século XVIII, que defendia os valores da tolerância, liberdade e separação dos poderes políticos.

⁷ A Royal Society é exemplo de uma das associações frequentadas pelo Marquês de Pombal. Esta tinha por objectivo promover a aprendizagem nas ciências naturais e aplicadas. Dela foi eleito membro a 15 de Maio de 1740 (Rodrigues e Craig, 2005: 26).

a sua formação, já que boa parte do seu vencimento foi gasto na aquisição de livros (Serrão, 1987: 38).

As ideias do escritor económico Postlethwayt assentes essencialmente no seu dicionário de comércio, previam um plano de estudos para a criação de um colégio mercantil. Com base nestes conhecimentos, o Marquês de Pombal importou o *know-how* inglês para a criação do primeiro estabelecimento de ensino oficial no mundo a ensinar o comércio e a contabilidade⁸.

Foi já no reinado de D. José que, por Decreto de 30 de Setembro de 1755, se decidiu criar uma Junta do Comércio. Tal como consta dos seus estatutos, citados por Serrão (1990: 100-101), o que se pretendia era uma junta «pela qual, combinando o systema das leis destes Reinos, com as máximas comuas a todas as Naçoens da Europa, se lhe fizessem as representacoens necessarias para facilitar os meios de conservar, e augmentar o nosso comercio». A Junta do Comércio funcionava como órgão consultivo e era constituída por um provedor, um secretário, um procurador e seis deputados, sendo quatro pela praça de Lisboa e dois pela do Porto.

O exercício da Aula do Comércio ficou a dever-se à Junta do Comércio que, em 19 de Abril de 1759, tinha por conclusos os Estatutos⁹, com os seus 19 parágrafos, para funcionamento da Aula, aos quais Sua Majestade El Rei D. José I houve por bem confirmar por alvará com força de lei de 19 de Maio do mês seguinte (Martins, 1937: 262). A Junta do Comércio acreditava que a ruína de muitos dos comerciantes portugueses se devia à sua ignorância quanto à vida comercial, pois a maioria destes desconhecia os dinheiros, pesos, medidas, câmbios e outros assuntos de interesse mercantil.

⁸ A afirmação de que a Aula de Comércio foi a primeira escola oficial de comércio no mundo é recorrente e surge com frequência ao longo dos tempos em diversa literatura. Rodrigues et. al. (2003: 46) encontraram essa afirmação na literatura portuguesa de contabilidade em nomes como Rodrigo Afonso Pequito (1875), Francisco António Corrêa (1930), Everard Martins (1937), Aureliano Felismino (1960) entre outros, e desenvolveram um trabalho de investigação verdadeiramente notável. Neste, não tentam “provar a veracidade” do pioneirismo da Aula de Comércio, já que tal seria praticamente impossível, mas, através de pesquisa empírica, da consulta de peritos na matéria e do convite ao público em geral e a outros académicos para tentarem desmentir o pioneirismo, tentam contrariar a hipótese formulada. Note-se que até aos dias de hoje ainda não foi produzida prova que evidencie o contrário, ou seja, a Aula de Comércio do Marquês de Pombal mantém-se como a primeira escola pública oficial de comércio do mundo.

⁹ Os estatutos foram elaborados por José Francisco da Cruz, João Rodrigues Monteiro, Manuel Dantas de Amorim, João Luís de Sousa Faião, Anselmo José da Cruz, Inácio Pedro Quintela e João Henriques Martins.

Sendo a Aula de Comércio criação de um organismo estatal, ela representa, de certa forma, a necessidade do Estado de dotar a sociedade de condições de acesso ao ensino que até então tinha sido conduzido por influência da religião, muito por força dos jesuítas que tiveram ordem de expulsão.

O primeiro dia da Aula de Comércio aconteceu em Lisboa¹⁰ a 1 de Setembro de 1759 e à sessão de abertura da Aula presidiu o Marquês de Pombal, à data apenas Conde de Oeiras. As aulas eram presenciais, ou seja eram aulas de contacto. O seu horário de funcionamento permitia que os alunos, também chamados de praticantes, frequentassem as aulas da parte da manhã mas tivessem a tarde livre. No entanto, mais tarde, os alunos passaram também a ter aulas da parte da tarde, sendo que também existiam ao Sábado (sabatinas).

Com a duração inicial de três anos, o plano curricular, previsto nos parágrafos 11.º a 15.º dos Estatutos da Aula, incluía o ensino da Aritmética, dos Câmbios, Pesos e Medidas, dos Seguros e da Escrituração por Partidas Dobradas¹¹. Ao nível da Aritmética, leccionada na primeira parte do curso, aprendiam-se as quatro operações elementares e de seguida as fracções. Também as regras de três (simples, composta e conjunta) mereciam interesse, juntamente com as progressões aritméticas, e geométricas, o cálculo de juros (simples e compostos), o desconto e outras operações imprescindíveis a um qualquer comerciante ou guarda-livros. No ensino dos Câmbios, Pesos e Medidas, pretendia-se que o aluno conhecesse os pesos de todas as praças de comércio, principalmente aquelas com as quais Portugal estabelecia relações comerciais. Do programa de Seguros constava o estudo das apólices na Praça de Lisboa e das demais da Europa, as comissões, prémios e obrigações que lhes são adjacentes. De referir que o comércio mercantilista e as relações com as companhias das Américas, África e Índias foi fulcral para o desenvolvimento dos contratos de seguros, face aos perigos e intempéries do transporte marítimo. Quanto ao ensino do Método de Escrever por Partidas Dobradas, ele pretendia distinguir o comércio por grosso e venda a retalho

¹⁰ Os primeiros cursos da Aula de Comércio funcionaram no Solar dos Soares de Noronha. Em 1769 instala-se a Aula no piso nobre que esquina o edifício da Praça de Comércio para a Rua Augusta, onde se encontrava também o Conselho da Fazenda e a Junta de Comércio. Em 1821, tendo ardido esse edifício, muda-se para o Convento da Boa Hora onde se manteve até 1824. Desde esta data até 1844 funcionou na sobreloja da Arcada do Terreiro do Paço e 1.º andar para a Rua da Prata (Rodrigues et al., 2003: 50)

¹¹ Segundo Carqueja (1993a: 174), o método de registo conhecido por Digrafia ou Partidas Dobradas é um método de registo contabilístico em que toda e qualquer alteração de valor, ocorrida em qualquer conta, provoca invariavelmente uma alteração noutra ou noutras contas de igual valor, o que traduz o constante equilíbrio das alterações.

com a aplicação da partida dobrada. Abarcava ainda o ensino da escrituração dos seguintes livros: o Borrador, o Diário, o Razão, os Livros Auxiliares, o Livro de Balanços e o Livro da Exemplificação de como se trabalhava em partida dobrada (Santana, 1989: 16, citado por Rodrigues et al. 2003: 50).

Para aceder à Aula de Comércio era necessário saber ler, saber escrever e saber contar (saber fazer as quatro operações). Os vinte aulistas, de preferência filhos ou netos de Homens de Negócio, portugueses, deveriam ter 14 anos completos. Segundo Rodrigues et al. (2003: 48), o leque etário da frequência da Aula era francamente grande. Ao longo do curso existiram alunos com idades desde os 14 aos 44 anos. A admissão passava pela realização de um exame pelo Lente, o qual «debaixo do encargo da sua consciência, devia declarar que o pretendente estava hábil».

No que diz respeito aos Lentes, isto é, aos professores, dois nomes merecem especial menção: João Henrique de Sousa e Alberto Sales.

João Henrique de Sousa, que até então exercera o cargo de Inspector da Contadoria da Junta, homem de muito mérito (Martins, 1937: 262) foi o primeiro dos Lentes. Nasceu no Rio de Janeiro entre 1720 a 1727. Homem de formação externa e dotado de educação francesa, foi bastante viajado, já que exerceu o comércio nas casas florentinas, prestou serviço na Companhia de Macau e esteve em Buenos Aires. Contudo, este professor apenas leccionou no primeiro ano, uma vez que não era permitido a acumulação de funções, a 11 de Janeiro de 1762 é transferido para o Real Erário, para lá aplicar as partidas dobradas¹². Foi este Lente que elaborou o manuscrito com as lições ministradas na Aula de Comércio.

Muitos dos alunos da Aula de Comércio foram também destacados para a Contadoria da Junta. No final do primeiro ano lectivo, a 20 de Dezembro de 1760, quando se realizou o exame público, foram logo escolhidos quatro aulistas para Assistentes da Contadoria da Junta, continuando 20 praticantes, subsidiados com quarenta mil reis anuais, desde a abertura da aula (Martins, 1937: 263).

O segundo Lente da Aula, de seu nome Alberto Jacquéri de Sales, natural da Suíça, foi nomeado em 1760 Inspector de Contas da Fábrica de Tabaco, pela Junta do Comércio, e a 14 de Janeiro de 1762, professor da Aula de Comércio. Trata-se também

¹² De acordo com Hespanha (1993: 174) a implementação do método das partidas dobradas no Erário Régio constituiu uma inovação na escrita contabilística. Este método obrigava à descrição detalhada das receitas e despesas e ao confronto por saldo, a qualquer momento, dos dinheiros em depósito.

de um homem sábio, que esteve em Inglaterra e que lia imenso os escritores franceses e ingleses do seu tempo. Também ele escreveu instrumentos de trabalho ao dispor dos alunos, sendo de maior importância o Dicionário de Comércio.

Os conhecimentos destes professores resultaram do exercício de actividades comerciais nas empresas multinacionais da época. A sua abertura à descoberta de novas formas de saber e de fazer dotou-os das capacidades que fizeram deles verdadeiros mestres. A formação de excelentes profissionais muito se deve ao trabalho destes professores e os seus alunos tornaram-se também eles Lentes. Ao contrário do que acontece nos dias de hoje, em que o reconhecimento do trabalho do professor é frequentemente demonstrado em homenagens, os professores da Aula de Comércio morreram sem “honra nem glória” e para a História apenas ficou a certeza do seu mérito pela qualidade dos profissionais que formaram.

Fez ainda parte dos ensinamentos da Aula de Comércio, ainda que por tempo reduzido (1761-1765) uma língua estrangeira, o Francês. A Aula pública de língua francesa foi regida pelo Lente Abade Carlos Francisco Garnier, da Academia dos Arcades de Roma, Primeiro Geógrafo de Sua Majestade Estanislau I, Rei da Polónia, que ensinou igualmente elementos de Geografia (Martins, 1937: 264). Para além do conhecimento básico desta língua, pedia-se a aplicação prática desta língua às restantes matérias da Aula¹³.

Existiam regras muito específicas para a disciplina e comportamento dos alunos na Aula. Essas regras resultavam das Determinações Particulares para o Governo Económico da Aula do Comércio, emitidas pela Junta a 27 de Julho de 1767 (Pereira, 2006: 106). De acordo com o previsto neste documento, em toda a aula seria de manter o silêncio e o decoro e os alunos não podiam mudar de banco ou assento, sem que a tal o professor permitisse. Os incumprimentos das regras de comportamento eram punidos, podendo mesmo resultar na expulsão do aluno.

A estima pela Aula de Comércio era de tal forma evidente que o Marquês de Pombal assistia aos exames finais de cada ano e à cerimónia de abertura do curso. Também D. José I chegou a deslocar-se à Aula, rodeado da sua corte. Frequentaram a

¹³ A título de curiosidade, e tendo o Marquês de Pombal importado o *Know-how* de Inglaterra, não seria provável optar pelo ensino do Inglês? Veja-se a opinião da Prof.^a Lúcia Rodrigues (Anexo I.). Segundo Martins (1937: 264), a primazia ao francês deve-se ao facto de esta língua ser a mais geralmente empregue pelos comerciantes na Europa.

Aula de Comércio personalidades portuguesas de relevo, Martins (1937: 265), citando Francisco António Corrêa, refere que Alexandre Herculano¹⁴ foi, na sua juventude, aluno da Aula.

A importância desta Aula e a qualidade dos seus diplomados foi de tal modo pertinente que a 30 de Agosto de 1770 é publicada uma Carta de Lei que, segundo Pimenta (1934: 289-295), traduz a primeira regulamentação da profissão de técnico de contas. Nesta carta D. José começa por reafirmar a sua intenção de proteger e animar o comércio, enumerando as disposições legais por ele já elaboradas nesse sentido. Em seguida, classifica de «absurdo» o facto «de se atrever qualquer individuo ignorante e abjecto a denominar-se a si Homem de Negocio, não só sem ter aprendido os princípios da probidade, da boa fé, e do cálculo Mercantil, mas muitas vezes até sem saber nem ler, nem escrever; irrogando assim ignominia, e prejuízo a tão proveitosa, necessária, e nobre profissão». Desta forma, decreta D. José com a sua Carta de Lei, a obrigatoriedade de matrícula na Junta de Comércio, em livros separados, de todos os comerciantes nacionais, de todos os guarda-livros e caixeiros.

Mas a grande mais valia para os alunos da Aula de Comércio encontra-se no ponto 10 desta referida carta. Para «mais proteger, e animar a Aula do Commercio e a applicação, com que os Praticantes della se devem cada dia fazer mais aptos, e capazes de servirem ao público», D. José manda que «nas Contadorias da Real Fazenda não possam entrar de novo para Officiaes outras algumas Pessoas, que não sejam os referidos Aulistas approvados». A preferência de diplomados da Aula de Comércio, segundo Serrão (1990: 249), era visível também para os cargos da Real Fábrica das Sedas e de outras manufacturas que recaíam na inspecção da Junta. Doravante apenas podiam concorrer a cargos de Estado ou da actividade privada os que houvessem completado os seus estudos com aprovação na Aula de Comércio.

Com a morte de D. José I, a 24 de Fevereiro de 1777, terminou um reinado e, com ele, o peso do estadista Marquês de Pombal que reitera o seu pedido de exoneração dos cargos públicos que desempenhava a 1 de Março de 1777.

¹⁴ Alexandre Herculano (1810-1878) foi historiador, poeta e romancista português. Nasceu em Lisboa e é uma das personalidades das letras lusitanas no século XIX. Algumas das suas obras mais significativas são: poesia – *A Harpa do Crente* (1838); romance – *O Bobo* (1878); história – *História de Portugal* (1846-50).

O reinado de D. Maria I, não alterou nenhuma das disposições tomadas em relação à Aula de Comércio, mas também é certo que nenhuma tomou que a favorecessem (Pereira, 2006: 108). Era assim previsível o declínio nos estudos da Aula de Comércio, até porque tardou a sua implementação noutras cidades do Reino.

Mas também a diminuição do comércio português, provocada pela secessão do Brasil, originou a diminuição dos rendimentos da Junta do Comércio, o que, consequentemente, dificultou o pagamento das despesas da Aula de Comércio.

A Junta do Comércio, a quem se devia a Aula, foi mesmo extinta em Junho de 1834, ficando a pertencer ao comissário dos estudos a inspecção da Aula de Comércio. Com a proposta do Conselho Superior de Instrução Pública, em 1835, da criação de um Instituto de Ciências Físicas e Matemáticas em Lisboa, a Aula passa a vias de extinção, sendo que o comércio passaria a ser ensinado no novo Instituto (Rodrigues et al., 2003: 52).

Ao fim de 85 anos de existência, a Aula de Comércio é mesmo extinta por Decreto de 20 de Setembro de 1844, data em que foi anexada ao Liceu Nacional de Lisboa e onde funcionou com a designação de “Escola de Comércio” ou “Secção Comercial.”

O ensino do comércio e da contabilidade perdeu assim a dignidade que possuía com a Aula de Comércio. A anexação desta ao Liceu de Lisboa pode ser vista como um verdadeiro retrocesso no ensino, já que se assistiu à perda de uma importância reconhecida internacionalmente¹⁵.

1.2. A introdução do Ensino Comercial no Porto

Uma vez que a Aula de Comércio nasceu na cidade de Lisboa e, como já aqui se disse, tardou a ser implementada noutras partes do Reino, torna-se interessante conhecer os primórdios do ensino da contabilidade e do comércio na *Cidade Invicta*.

Na primeira metade do século XVIII, mais de metade das exportações portuguesas diziam respeito ao vinho. Desde o último quartel do século XVII que, numa conjuntura

¹⁵ Na *Revista de Contabilidade e Comércio*, Ano IV, N.º 13, Jan. – Mar. de 1936, pp.95-97, consta um artigo que enaltece a acção precursora do Marquês de Pombal no desenvolvimento do ensino comercial. Nele se refere que até na Holanda, J. C. Holtzappel, antigo director duma escola comercial naquele país, no Boletim-Revista N.º 7 de 1935 das sociedades holandesas, *Nationaal Bureau* e *Nationale Vereniging*, elogia a Aula do Comércio afirmando que Portugal possuía há quase dois séculos uma lei sobre o ensino comercial muito perfeita, objectivo que os holandeses há muito aspiravam sem conseguir.

de crise da procura dos produtos coloniais, como o açúcar e o tabaco, reexportados para a Europa, os negociantes da feitoria inglesa do Porto se tinham dedicado à exportação preferencial do vinho (Monteiro, 2008: 119). Tornou-se de tal modo importante proteger este produto comercial que, por Alvará de 10 de Setembro de 1756 assinado pelo Marquês de Pombal, é criada a Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, cujo principal objectivo, de acordo com o seu art. 10.º, era «sustentar com reputação dos vinhos a cultura das vinhas, e beneficiar ao mesmo tempo o Comércio, que se faz neste género, estabelecendo para ele um preço regular, de que resulte competente conveniência aos que o fabricam, e respectivo lucro aos que nele negociam».

Verifica-se assim a necessidade de proteger as relações comerciais provenientes do vinho, mas também se pode desde já afirmar que para tal seriam necessários comerciantes qualificados. Esta necessidade é identificada mesmo antes da criação da Aula de Comércio que só ocorreu em 1759.

A Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro sofria frequentemente graves prejuízos por força de excursões de piratas que atacavam os navios, especialmente os que asseguravam o comércio com o Brasil. Para fazer face a estes actos de pirataria, em 1761, os Homens de Negócio da Praça do Porto apresentaram a D. José I um pedido de licença para construírem duas fragatas de guerra com o objectivo de escoltarem as embarcações que partiam, criando para isso um imposto especial que possibilitasse o custeio das embarcações¹⁶. Este pedido foi satisfeito pelo monarca, mas também levantou problemas, porque, para manobrar as naus, era urgente formar mão-de-obra especializada.

E foi assim que por Decreto de 30 de Julho de 1762 se instala a Aula Náutica na cidade do Porto. Mas porque cedo se avistou a insuficiência dos estudos ministrados nesta Aula, em 1779 uma representação da Companhia dirige-se à Rainha D. Maria I, recomendando a criação de uma Aula de Debuxo e Desenho. Esta aula foi criada por Decreto de 27 de Novembro de 1779 (Brandão, 1994: 199).

¹⁶ De acordo com Pereira (2006: 109), o imposto traduzia-se numa percentagem de «2 por cento sôbre o valor das fazendas importadas e exportadas pelo consulado da alfândega do Porto, e sobre a importância dos fretes das mercadorias que saíssem nas esquadras comboiadas».

As políticas reformadoras ao nível do ensino, levadas a cabo pelo Marquês de Pombal em Lisboa e em Coimbra¹⁷ começaram a criar nas gentes do norte o sentimento de descriminação. A população do Porto, sentida afastada do centro de decisão política, vê aumentar e enraizar o seu descontentamento, no desinteresse que a classe política vem manifestando pelo ensino nesta cidade.

É no seguimento deste sentimento de insatisfação que em 1803 uma representação portuense afirmou em documento entregue aos poderes políticos «não fazer sentido que, sendo o Porto a cidade de mais considerável comércio, não houvesse, aqui, os meios de instrução de que indispensavelmente careciam as pessoas que se dedicavam à vida comercial», quando, «em Lisboa, já existiam muitas Academias nas quais a mocidade podia adquirir conhecimentos de todas as ciências» (Pereira, 2006: 111).

Na carta da Companhia Geral das Vinhas do Alto Douro ao Príncipe Regente, datada de 4 de Janeiro de 1803, são expostas as justificações para a insuficiência do ensino ministrado no Porto. Era urgente ensinar o comércio na cidade; o Porto era a segunda cidade onde a actividade comercial era mais importante. Os pilotos deveriam de dispor de conhecimentos elementares de comércio e deveriam praticar o francês e o inglês, já que nessas línguas estavam escritos os compêndios de matemática e comércio¹⁸.

E foi então que, finalmente, por Alvará de 9 de Fevereiro de 1803 – cerca de 45 anos após a criação do ensino comercial em Lisboa – o futuro Rei de Portugal, o então Príncipe Regente D. João VI, autorizou a abertura das primeiras aulas de comércio do Porto, com a criação da Academia Real da Marinha e Comércio do Porto (Tavares, 2008: 37-38). Esta Academia, fundada a 29 de Abril de 1803, incorporava a Aula

¹⁷ Em 1772 foram apresentados os novos estatutos da Universidade de Coimbra. Os chamados *estatutos pombalinos* condicionaram a tradição de ensino patente nos estatutos velhos e apresentaram moldes de inovação que permitiram falar deles como um ousado projecto de refundação da universidade (Hespanha, 1993: 440).

¹⁸ Segundo Carqueja (2003b: 29) só existem, inventariados, livros, portugueses ou em português, sobre contabilidade, a partir do século XVIII. Seguem o modelo geral visando, até ao virar do século XIX, explicar a técnica digráfica.

Martins (1944: 263), no seu “Ensaio de Bibliografia Portuguesa de Contabilidade”, refere que o primeiro tratado de contabilidade publicado em português data de 1758 e pertence a João Baptista Bonavie, sob o título “Mercador Exacto nos seus Livros de Contas ou Methodo Facil para Qualquer Mercador e Outros Arrimarem as suas Contas”.

Para melhor conhecer os primeiros livros portugueses de Contabilidade recomenda-se a leitura do artigo com o mesmo título do Prof. Joaquim Cunha Guimarães disponível no portal “Infocontab” (www.infocontab.com).

Náutica e a Aula de Desenho, cria novas disciplinas, e abre as suas portas a 4 de Novembro de 1803 (Pereira, 2006: 112).

A data da constituição da Academia Real da Marinha e Comércio do Porto marca o início oficial do ensino comercial no Porto. Em relação ao funcionamento do curso de comércio, transcreve-se o que a esse respeito escreveu Pereira (2006: 113):

Sendo o curso de comércio para Negociantes, Guarda-Livros, Caixeiros e Oficiais da Fazenda, de duração de dois anos e de duas horas diárias, exigia na matrícula, (...) alunos, com a idade de 14 anos (...). Dava-se maior relevo ao estudo da geografia e as línguas vivas, cujo exame deveria ser mais rigoroso para os alunos do comércio, aos quais se exigia o “perfeito conhecimento delas”.

O professor da Aula de Comércio do Porto era formado pela Aula de Comércio de Lisboa, mas o programa do curso do Porto era considerado mais completo. Assim como em Lisboa era a Junta do Comércio a entidade responsável pela Aula de Comércio daquela cidade, no Porto foi a Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro que deteve a administração da Aula. Apesar de algumas contestações alegando que a instrução do comércio não correspondia às razões que levaram à criação da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro.

A 13 de Janeiro de 1837, com a reforma devida a Passos Manuel, as Academias da Marinha foram transformadas em Politécnicas e integradas no Plano Geral de Estudos, tendo a Academia Politécnica do Porto ficado com a função de «formar comerciantes» (Tavares, 2008: 38). O objectivo desta reforma passava pela implantação das ciências industriais, em oposição aos estudos clássicos, científicos e teóricos, desenvolvendo-se pela experimentação científica como finalidade do ponto de vista pedagógico e formar, pelos 11 cursos criados, bons comerciantes (Pereira, 2006: 116).

A vida da Academia Politécnica do Porto não foi fácil (Tavares, 2008: 38) e o ensino do comércio na Academia não foi muito feliz. O número de inscritos no curso diminuiu gradualmente¹⁹, talvez devido ao valor da propina e das despesas com a aquisição de compêndios, ou devido ao horário de funcionamento da aula, mas também devido à criação do Instituto Comercial e Industrial do Porto.

¹⁹ De 1854 a 1864 o Curso de Comércio tinha dado apenas quatro diplomados e entre 1865 e 1878 apenas dois comerciantes tiveram direito a obter a Carta de Capacidade (Pereira, 2006: 123).

1.3. Da Escola de Comércio aos Institutos Industriais e Comerciais

O Decreto de 20 de Setembro de 1844²⁰ reformulou a Aula de Comércio, mantendo alguns dos antigos privilégios (Oliveira, 1957: 62-63.) Pelo seu art. 52.º a Aula de Comércio ficava anexada ao Liceu Nacional de Lisboa²¹.

Tavares (2008: 31), citando Azevedo (1961) afirma que este diploma previa uma nova fórmula do plano curricular, sendo que o Curso de Comércio seria feito em quatro cadeiras, durante um período de dois anos, abordando as seguintes matérias:

- 1.ª Cadeira: Aritmética comercial que abrangia o estudo de moedas, pesos e medidas, para além de elementos de álgebra e geometria;
- 2.ª Cadeira: Geografia comercial e História;
- 3.ª Cadeira: Escrituração, câmbios, letras, seguros e prática;
- 4.ª Cadeira: Economia política, direito administrativo e comercial.

Durante o período de 1844 a 1886 são várias as reformulações do ensino em Portugal.

O Decreto de 30 de Dezembro de 1852 constituiu a primeira lei orgânica do Ensino Técnico, firmada pelo Duque de Saldanha, Rodrigo da Fonseca e Fontes Pereira de Melo²².

Como refere Oliveira (1957: 63), Fontes Pereira de Melo organizou o ensino industrial em 3 graus: elementar, secundário e complementar. Para o ensino industrial, Fontes Pereira de Melo criou em 1856 o Instituto Industrial de Lisboa e criou no Porto a Escola Industrial, com os dois primeiros graus do ensino industrial.

Em 1864, João Crisóstomo de Abreu e Sousa orienta o ensino técnico profissional com 2 graus: o geral e o especial. Assim, equiparou a Escola Industrial do Porto ao Instituto Industrial de Lisboa e dota estas instituições de oficinas e laboratórios de modo

²⁰ Diário do Governo N.º 220, de 28/9/1844.

²¹ O ensino liceal foi introduzido em Portugal por Decreto de 17 de Novembro de 1836, tendo os primeiros estabelecimentos sido abertos em Lisboa e no Porto, em 1839 e 1840, respectivamente (Pereira, 2006: 126).

²² Fontes Pereira de Melo foi o primeiro Ministro das Obras Públicas, Comércio e Indústria e durante muitos anos o ensino Técnico Comercial e Industrial pertenceu a este ministério (Oliveira, 1957: 63).

a que neles se ministrassem os dois graus de ensino. De 1853 até 1870 nestes institutos apenas se professam cursos industriais.

No que toca ao ensino do comércio propriamente dito, só a 9 de Outubro de 1866 é promulgado o regulamento da Escola de Comércio de Lisboa. Esta escola sofre igualmente várias reformulações, sendo que a 30 de Dezembro de 1869 é desanexada do Liceu de Lisboa, onde tinha funcionado durante 25 anos, passando a ser integrada no Instituto Industrial e Comercial de Lisboa.

De acordo com o referido por Tavares (2008: 32), um diploma de 5 de Agosto de 1870 fixou as disciplinas do curso, repartindo-as por duas cadeiras – uma para o curso elementar de comércio e outra para o curso complementar de comércio – tendo-se-lhe seguido outras intervenções em 1872 e 1879.

Em 1882 a Associação Comercial de Lisboa pede ao governo a reorganização do ensino no Instituto Industrial e Comercial de Lisboa e, face a este pedido, António Augusto de Aguiar manda publicar a 24 de Setembro de 1883 legislação no sentido de criar 2 museus industriais e comerciais, um em Lisboa e outro no Porto, para exposições públicas de colecções de matérias primas, nome do fabricante ou comerciante das mesmas e preços na origem²³, etc. (Oliveira, 1957: 63).

Carqueja (2003b: 24) refere que o Prof. Rodrigo Afonso Pequito foi responsável por uma série de artigos na imprensa dando conta das deficiências na organização existente e para tal contou com o apoio de instituições importantes. Estas publicações foram pertinentes para a criação, pela Lei de 6 de Março de 1884, do ensino superior comercial. Esta Lei, também da responsabilidade de António Augusto de Aguiar, determina a criação do Curso Superior de Comércio no Instituto Industrial e Comercial de Lisboa.

Mas a importância destas reorganizações em nada se compara à de 30 de Dezembro de 1886 quando Emídio Navarro mandou publicar o Decreto que continha o Plano de Organização do Ensino Industrial e Comercial²⁴. Neste documento determina-se que o ensino industrial e comercial passa a ser professado nos Institutos Industriais e Comerciais, nas Escolas de Desenho Industrial e subsidiariamente em oficinas,

²³ Foi também António Augusto de Aguiar que, a 3 de Janeiro de 1884, criou 8 escolas de desenho industrial: 3 em Lisboa, 3 no Porto, uma nas Caldas e outra em Coimbra, e uma escola industrial na Covilhã (Oliveira, 1957: 63).

²⁴ Para Silva (1939: 265), esta reforma representa «um dos mais corajosos passos no progresso» do ensino comercial e industrial.

gabinets e laboratórios anexos a estes estabelecimentos, em trabalhos de campo e visitas de estudo (Oliveira, 1957: 64).

No que concerne ao Porto, com a reforma de Emídio Navarro o então existente Instituto Industrial do Porto passa a ter a designação de Instituto Industrial e Comercial do Porto. O Instituto Industrial provinha da Escola Industrial criada em 1852 pela reforma de Fontes Pereira de Melo, que foi convertida em Instituto Industrial em 1864.

O ensino comercial, com a reforma de Emídio Navarro, passou a estar dividido em 3 graus: elementar, preparatório e superior ou especial²⁵. Os dois primeiros graus cabiam aos Institutos Industriais e Comerciais de Lisboa e Porto, o ensino superior cabia somente ao Instituto Industrial e Comercial de Lisboa²⁶.

O ensino comercial compreendia igualmente uma parte teórica e uma parte prática. Sendo a parte teórica ministrada nos cursos elementar e preparatório dentro dos Institutos Industriais e Comerciais de Lisboa e Porto e ainda no curso superior do Instituto Industrial e Comercial de Lisboa, a parte prática era ensinada nos escritórios, salas de estudo, laboratórios e museus do instituto respectivo e por meio de visitas a fábricas, alfândegas e outros estabelecimentos.

Tal como refere Pimenta (1939: 258), pela reforma de Emídio Navarro, os Institutos Industriais e Comerciais admitiam alunos com 12 anos de idade, exigindo-se como habilitação para a matrícula o exame de instrução primária complementar ou o de admissão aos liceus. Os alunos tinham um curso preparatório de 4 cadeiras igual para todos os cursos professados nos institutos e ingressavam depois directamente no curso superior de comércio, visto que as cadeiras eram comuns, aos dois graus de ensino.

A reforma de 1886 dotou ainda o Instituto Industrial e Comercial do Porto de cursos que anteriormente não existiam, fazendo deste modo aumentar o número de alunos inscritos. O número de cadeiras neste instituto ascende a 25 e a contabilidade é ensinada na 22.^a Cadeira com a designação de “Contabilidade Geral e operações commerciaes”.

²⁵ Os cursos especiais incluíam o Curso Especial de Verificadores de Alfândegas e Curso Especial de Cônsules (Rodrigues, 1938: 99).

²⁶ Na opinião de Pereira (2006: 131), a razão desta desigualdade encontrar-se-á, talvez, na habitual «macrocefalia lisboeta, mas é possível que também concorresse o facto de no Porto já existirem estudos superiores de índole semelhante na Academia Politécnica, cujos diplomados podiam, inclusive, concorrer aos lugares de lentes e professores de algumas das cadeiras professadas no ensino superior dos Institutos».

Contudo, apesar da regulamentação da reforma de 30 de Dezembro de 1886, que ocorre com a publicação dos Regulamentos dos Institutos Industriais e Comerciais de Lisboa e Porto²⁷, não demora até que João Franco Pinto Castelo Branco opere nova organização do ensino industrial e comercial aprovada por Decreto de 8 de Outubro de 1891 (Oliveira, 1957: 64). Como nos diz Magalhães (1939: 235), suprimiram-se os cursos especiais e o curso superior, «a manter-se, teria de ser reorganizado» para que «constituísse, verdadeiramente “o alto ensino das ciências económicas”». O curso superior fica reduzido para 3 anos (Pereira, 2006: 141), e dividido em dois níveis ou graus distribuídos por 3 classes de alunos: ordinários, voluntários e livres.

As alterações introduzidas por João Franco no ensino não modificaram contudo as duas secções do ensino técnico – industrial e comercial – que continuaram a existir de forma conjunta no Instituto Industrial e Comercial, mas desapareceram os cursos elementares de comércio destes institutos.

Por último, de referir ainda que Bernardino Machado, na qualidade de ministro das Obras Públicas, Comércio e Indústria, modificou o ensino nos Institutos Industriais e Comerciais de Lisboa e Porto em 25 de Outubro de 1893. Também foi criada neste ano uma escola elementar de comércio junto da Associação Comercial do Porto.

1.4. Os Institutos Superiores de Comércio e a autonomia dos Institutos Comerciais

Pelo já exposto, podemos afirmar que a década de 90 do século XIX é fértil em alterações legislativas no que respeita ao ensino comercial²⁸. Nos finais do século XIX, em 1891, o curso superior de comércio é substituído pelo secundário que, em 1896, é

²⁷ Segundo Oliveira (1957: 64), o Regulamento dos Institutos Industriais e Comerciais foi publicado em 3 de Janeiro de 1888, mas Pereira (2006: 136), afirma que foi o Decreto de 3 de Fevereiro de 1888, publicado no Diário do Governo de 9 de Fevereiro de 1888 que aprovou e mandou observar o Regulamento dos Institutos Industriais e Comerciais de Lisboa e Porto. Apenas por consulta directa à legislação poderá esclarecer-se estas divergências.

²⁸ Exemplos disso são a Lei de 30 de Junho de 1891 (Reforma de João Franco), o Decreto de 25 de Fevereiro de 1893 que modifica o ensino nos Institutos Industriais e Comerciais de Lisboa e Porto, o Decreto de 8 de Outubro de 1897 que suprime o curso de comércio na Academia Politécnica do Porto, o Decreto de 30 de Junho de 1898 que reorganiza o Instituto Industrial e Comercial de Lisboa, mas que não abrange o seu congénere do Porto e o Decreto de 1899 que cria um curso preparatório para o Instituto do Porto.

legalmente equiparado a superior quando este volta a existir (Carqueja, 2003b: 24). Segundo nos diz Pereira (2006: 144), ao Instituto Industrial e Comercial do Porto, «era reconhecido em 1896, cursos superiores, e equiparados para todos os efeitos aos demais cursos superiores das outras escolas», o que nos poderá levar a concluir que foi em 1896 que o ensino superior de comércio chegou ao Porto²⁹.

Mas o início do século XX também trouxe consigo alterações muito importantes.

Uma das primeiras alterações surgiu a 9 de Julho de 1903³⁰, num regulamento dirigido ao Instituto Industrial e Comercial de Lisboa³¹, constituindo 2 cursos superiores de 5 anos e 7 cursos secundários de 3 anos. Os cursos superiores eram os seguintes;

- Curso Superior Industrial; destinado a formar engenheiros industriais;
- Curso Superior de Comércio; destinado a formar comercialistas.

Dos cursos secundários, destaca-se o de artes químicas, máquinas, construção civil e obras públicas e, claro, o curso secundário de comércio.

Em 1911, Brito Camacho, através do Decreto de 23 de Maio, e a pedido da Associação Comercial de Lisboa, divide o Instituto Industrial e Comercial de Lisboa em dois: surge assim o Instituto Superior de Comércio e o Instituto Superior Técnico (Oliveira, 1957: 65).

Contudo, a alteração mais extraordinária desta época surge a 1 de Dezembro de 1918 quando é publicada a reforma do ministro Azevedo Neves³², através do Decreto 5029.

A reforma de Azevedo Neves abrangia os dois ramos do ensino técnico; o comercial e o industrial. As justificações que deram origem à criação desta reforma, principalmente no que diz respeito ao ramo comercial, são bem explícitas nas palavras de Magalhães (1939: 236), as quais se apresentam de seguida:

Estávamos na véspera da assinatura do Tratado da Paz, e, porque era de prever que o mundo entraria num largo período de violenta luta económica, tornava-se

²⁹ Através da Lei de 23 de Abril de 1896. Mas, Tavares (2008:39), afirma que «somente em 1905, por Decreto de 3 de Novembro, é que o Instituto Industrial e Comercial do Porto foi dotado com um Curso Superior de Comércio e que lá vigorou até 1918»

³⁰ Diário do Governo de 3 de Agosto de 1903, N.º 169, de acordo com Oliveira (1957: 65).

³¹ A aplicação deste normativo ao Porto só se verificou, segundo Carqueja (2003b: 25), depois de 1911, quando já existia outra legislação de maior interesse anteriormente publicada.

³² Silva (1939: 265) considera Azevedo Neves «ilustre homem de ciência e provado pedagogo»; Oliveira (1957: 66) qualifica esta reforma como «uma das mais perfeitas»; Magalhães (1939: 236) afirma que esta reforma foi «a primeira tentativa séria duma organização sistemática e completa do ensino técnico em Portugal».

instante que Portugal, procurando recuperar tanto tempo perdido, se preparasse para ela. O nosso comércio achava-se desorganizado e improgressivo: confiava-se na escola, orientada num sentido simultaneamente científico e prático, a sua organização e progresso.

Mantendo os 3 graus de ensino comercial (elementar, médio e superior), Azevedo Neves fez corresponder a cada um desses graus escolas separadas: aulas e escolas comerciais, institutos comerciais e institutos superiores. A diferenciação do ensino comercial era, segundo Silva (1939: 265), «exigida cada vez com mais instância pelos progressos da ciência económica e pela crescente complexidade das instituições comerciais».

Esta organização ditou, por exemplo, a fragmentação do Instituto Industrial e Comercial do Porto em três estabelecimentos independentes: o Instituto Industrial, o Instituto Comercial e o Instituto Superior de Comércio³³. Aqui sim, é claramente identificada a existência do grau superior para o ensino do comércio no Porto³⁴.

A reforma de 1918 integrou outras reformas parciais já levadas a cabo, como é o caso da de 1911 que criou em Lisboa o Instituto Superior Técnico e o Instituto Superior de Comércio.

Relativamente ao ensino superior comercial, estabelecido nos Institutos Superiores de Comércio de Lisboa e Porto, os cursos dividiam-se em:

- Curso Superior Aduaneiro;
- Curso Superior de Finanças;
- Curso Superior Consular;
- Curso Superior de Comércio.

Porém, em 31 de Julho de 1924, o ensino médio no Porto volta a sofrer alterações. Por força do Decreto 9951, o Instituto Industrial e o Instituto Comercial reúnem-se num só instituto: renasce assim o Instituto Industrial e Comercial do Porto.

³³ No entanto, por força da falta de instalações separadas para os dois institutos médios, o Instituto Comercial e o Instituto Industrial conviveram no mesmo edifício e sob a mesma direcção, porém, cada um deles, com organização própria (Silva, 1939: 265, 268).

³⁴ Tavares (2008: 40) constata que o Instituto Superior de Comércio do Porto substitui o antigo Curso Superior de Comércio ministrado na área comercial do então extinto Instituto Industrial e Comercial do Porto.

Em Lisboa é criada por Cordeiro Ramos, a 2 de Dezembro de 1930, a Universidade Técnica que era constituída pelo Instituto Superior Técnico, Instituto Superior de Agronomia, a Escola Superior de Medicina Veterinária, e finalmente, pelo Instituto Superior de Comércio que passa a chamar-se Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras³⁵.

O mesmo Cordeiro Ramos, no ano seguinte, a 21 de Setembro de 1931, pelo Decreto 20328, estabelece novas bases para o ensino técnico médio comercial e industrial. Tal como indicam Oliveira (1957: 68) e Magalhães (1939: 237), o ensino nos Institutos Comerciais de Lisboa e Porto passou a constituir um curso único: «o de contabilista». Poderá ser só uma questão de linguagem, ou não. A verdade é que, indubitavelmente, o ensino comercial passa a ter o seu foco de atenção na contabilidade. Não se pretende apenas formar comerciantes, mas essencialmente contabilistas. É o próprio texto do decreto que afirma que «não se compreendia, com efeito, claramente, nem pela denominação do curso nem pelos títulos das cadeiras, qual a categoria de técnicos que o instituto comercial médio habilitava. Suprimiu-se portanto a designação inexpressiva do curso médio do comércio e organizou-se o curso de contabilista». O prescrito no Decreto 20328 dá maior atenção à contabilidade que até então era ministrada apenas em 2 cadeiras: Contabilidade Geral e Contabilidade Aplicada. Assim, a contabilidade passa a ser ensinada em 4 cadeiras:

- Contabilidade Geral;
- Contabilidade Industrial e Agrícola;
- Operações bancárias e sua contabilidade;
- Instituições de Previdência – sua contabilidade.

Em 18 de Janeiro de 1932, o Decreto 20804 estabelece novo Regulamento para o Instituto Comercial de Lisboa³⁶. Já sobre a alçada do Ministério da Instrução Pública³⁷, nele se faz referência ao desígnio de «formar contabilistas segundo as necessidades

³⁵ O Regulamento do Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras foi aprovado pelo Decreto N.º 20420 de 27 de Outubro de 1931.

³⁶ Este Regulamento foi publicado na íntegra na *Revista de Contabilidade e Comércio*, Ano VII, N.º 27, Jul. – Set. de 1939, pp. 323-340.

³⁷ As escolas técnicas que pertenciam aos Ministérios do Comércio e Comunicações e da Agricultura, foram integradas no Ministério da Instrução Pública pelo Decreto 14291 de 13 de Abril de 1929 (Oliveira, 1957: 68).

económicas e comerciais do país». Mas o ensino da contabilidade mantém-se nas 4 cadeiras já referidas pelo Decreto 20328.

Todavia, no ano de 1933 verifica-se novo recuo no ensino da contabilidade na cidade do Porto. O Decreto 22739, datado de 26 de Junho, traduz as seguintes mudanças:

- a) Pelo seu artigo 1.º determina a extinção do Instituto Superior de Comércio;
- b) Pelo seu artigo 2.º especifica que as secções industriais e comerciais passem a funcionar separadamente constituindo a secção industrial o Instituto Industrial do Porto e a comercial o Instituto Comercial do Porto;
- c) Pelo seu artigo 9.º o Regulamento do Instituto Industrial e Comercial de Lisboa passa a aplicar-se ao Instituto Comercial do Porto.

Tavares (2008: 41) refere a este respeito que as instalações do Instituto Industrial do Porto seriam o edifício que era ocupado pelo extinto Instituto Industrial e Comercial do Porto e que o Instituto Comercial do Porto ficaria no edifício ocupado pelo também extinto Instituto Superior, por um período transitório³⁸.

Depois desta data, outras reformulações se seguiram, quer em relação ao ensino médio, quer em relação ao ensino superior, e nelas a contabilidade adquiriu maior relevância.

A urgência de criar um Instituto Superior de Contabilidade destinado exclusivamente à formação de contabilistas é expressa em carta datada de 5 de Agosto de 1946, dirigida ao Ministro da Educação Nacional e da autoria de uma comissão signatária representativa dos alunos e antigos alunos do Instituto Comercial de Lisboa³⁹. Nesta carta, para além de apresentarem um plano geral de reorganização do ensino técnico comercial, que dividia este ensino em 3 graus (profissional, complementar e superior), os alunos reivindicam que os diplomados pelo referido Instituto Superior de

³⁸ Findo o período transitório, e de acordo com o Decreto 23103 de 9 de Outubro de 1933, o edifício passaria a ser destinado à instalação da Escola Superior de Belas Artes.

As instalações próprias do Instituto Comercial do Porto passaram a ser, após o período de transição, na Rua de Entreparedes, N.º48.

³⁹ Esta carta foi publicada na *Revista de Contabilidade e Comércio*, Ano XIV, N.º54 e 55, de Abr. – Set. de 1946, pp.265-274.

Contabilidade deveriam ter acesso exclusivo para o desempenho de vários cargos como por exemplo:

- a) Peritos contabilistas dos tribunais;
- b) Inspectores de contabilidade dos organismos públicos;
- c) Chefes de contabilidade das Câmaras Municipais e Serviços Autónomos do Estado;
- d) Professores de Contabilidade das Escolas Comerciais e do Instituto Superior de Contabilidade, mediante doutoramento.

O ensino da contabilidade segundo a proposta apresentada, surgia em diferentes anos e diferentes disciplinas que a seguir se resumem.

1.º No grau profissional:

Sendo este curso ministrado nas escolas comerciais com a duração de 5 anos, a contabilidade era aprendida no 4.º ano na disciplina de Elementos de Contabilidade e no 5.º ano nas disciplinas de Elementos de Contabilidade e Escrituração Comercial;

2.º No grau complementar:

Com um período de frequência de 2 anos e obtido nas escolas complementares, não existe nenhuma disciplina de contabilidade, mas exigia-se a frequência anterior de Elementos de Contabilidade para aceder a este grau.

3.º No grau superior⁴⁰:

Com a duração de 5 anos, a contabilidade surge em todos eles. As disciplinas são várias e incluem a Contabilidade Teórica, a Contabilidade Geral, a Contabilidade Industrial, a Contabilidade Agrícola e Pecuária, a Contabilidade Bancária, a das Instituições de Previdência e a Contabilidade Pública e Administrativa.

Para além desta posição tomada por alunos e antigos alunos do Instituto Comercial de Lisboa, outras vozes se levantaram sugerindo alterações e reformas no ensino

⁴⁰ É curioso notar que para o grau superior ministrado no Instituto Superior de Contabilidade se propunha a existência da cadeira de Italiano (no 1.º e 2.º ano). Referem os proponentes que «o ensino da língua italiana compreende-se por ser nela que estão escritas as obras clássicas da Contabilidade e ainda pela sua vastíssima literatura moderna desta ciência». Esta afirmação revela a insuficiência de livros de contabilidade em Português.

comercial. As principais ideias visavam um maior relevo de contabilidade e da profissão de contabilista. Antunes (1946: 258) referia que para exercer a profissão de médico, advogado ou arquitecto era necessário o respectivo diploma, o que não acontecia em relação à contabilidade⁴¹.

A desejada reforma do ensino técnico acaba por ocorrer em 1947 com a Lei 2025 de 19 de Junho. É esta mesma Lei que prevê a organização de um curso especial preparatório para a admissão ao Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras, que funcionava unicamente em Lisboa, mas ao contrário das aspirações de muitos, não estabelece o desejado Instituto Superior de Contabilidade, nem as Escolas Superiores de Contabilidade.

Em 1951, o Decreto 38231, de 23 de Abril, regulamenta novamente os Institutos Comerciais de Lisboa e Porto. Segundo Oliveira (1957: 71), este Decreto deu maior desenvolvimento ao estudo da contabilidade, criando a cadeira de Contabilidade Pública e Administração Ultramarina e alterando a cadeira de Contabilidade Industrial e Agrícola que passou a designar-se por Organização e Contabilidade Industrial e Agrícola.

Poderíamos continuar a nossa viagem pela análise da legislação alusiva aos Institutos Comerciais, nos quais durante décadas se ensinou a contabilidade, mas tal seria desviarmo-nos do caminho. Chegamos pois ao final da primeira parte deste trabalho porque é precisamente na década de 50 do século XX que é criada a FEP, objecto de estudo da próxima etapa.

Interessa assim sintetizar o que até aqui foi referido sobre o surgimento do ensino da contabilidade em Portugal.

Sem dúvida inquestionável é o papel que o Marquês de Pombal desempenhou no desenvolvimento da contabilidade em Portugal e, principalmente, no ensino desta através da criação da Aula de Comércio. Mas, com o desenrolar dos anos, o ensino da contabilidade sofreu inúmeras alterações, com avanços e retrocessos, afastando-se do pioneirismo do século XVIII.

⁴¹ Na discussão do projecto da lei da Reforma do Ensino Técnico Profissional, o parecer da Câmara Corporativa, publicado na *Revista de Contabilidade e Comércio*, Ano XIV, N.º 56, Out. – Dez. de 1946, pp. 387-393, diz que a falha da pretensão dos contabilistas está em defender «que seja a escola que passe a superior, em vez de afirmarem que é a ciência que cultivam que merece essa distinção» (!)

Principalmente visível no ensino técnico, o ensino da contabilidade baseou-se durante anos no saber-fazer, concentrando atenções nas questões práticas e quotidianas dos comerciantes das praças de Lisboa e Porto.

Portugal afastou-se da teorização da contabilidade e do ensino da Teoria da Contabilidade. Os grandes pensadores da contabilidade só se tornaram visíveis ao nível do ensino superior mas, não foi fácil a entrada da contabilidade no mais elevado grau de ensino. A cidade do Porto foi claramente desfavorecida em relação à capital no que toca ao ensino da contabilidade. No entanto, a persistência e audácia das “gentes do norte” é recompensada com a criação da FEP.

2. O Ensino da Contabilidade na FEP

2.1. A FEP

Na primeira parte deste trabalho foi possível constatar que o ensino da contabilidade em Portugal, iniciado no século XVIII, foi sofrendo alterações ao longo do tempo e surgindo como tentativa de dar resposta às necessidades de formação de comerciantes e industriais essencialmente nas cidades de Lisboa e Porto.

Foi a criação de organismos como a Junta do Comércio em Lisboa e a Academia Real da Marinha e Comércio do Porto que fomentou o ensino do comércio e, consequentemente, da contabilidade.

Mas, não obstante as reformas e reorganizações do ensino técnico comercial, a exigência da criação de uma entidade que ministrasse o ensino da contabilidade ao nível superior na cidade do Porto tornou-se imperativo maior, principalmente por força da extinção do Instituto Superior de Comércio do Porto.

É dessa exigência bem como do surgimento e organização da FEP em geral, e da disciplina de Teoria da Contabilidade em particular, que nos ocuparemos de seguida.

2.1.1. O contexto económico-social da sua criação

Nas décadas de 30, 40 e 50 do século XX, Portugal vivia no período do *Estado Novo*⁴².

De acordo com os dados do recenseamento de 1940, citados por Rosas (1994: 101), haveria naquele ano cerca de 55000 patrões no sector dos serviços, a grande maioria dos quais eram comerciantes. O comércio era pois a actividade por excelência das grandes cidades e particularmente concentrado em Lisboa e no Porto.

⁴² O Estado Novo, segundo Rosas (1994: 10), diz respeito ao período da História de Portugal dos quase 50 anos que medeiam entre dois golpes militares emblemáticos: o de 28 de Maio de 1926 e o de 25 de Abril de 1974. O primeiro destes golpes pôs fim ao período de «liberalismo oligárquico» quer na sua expressão monárquica quer depois na republicana, o segundo, após o processo revolucionário que lhe sucedeu, foi responsável pelo primeiro ensaio de «liberalismo democrático» da história do país.

O comércio possuía raízes históricas antigas e um peso económico e político determinante da sociedade portuguesa desde o século XIX. As importações estratégicas de combustíveis, máquinas, manufacturas e produtos químicos tornavam Portugal dependente essencialmente de países como a Grã-Bretanha, com a qual a relação comercial e financeira era privilegiada. As exportações eram de vinhos, cortiças e conservas, mas para um número reduzido de mercados.

No entanto, Portugal começava também a voltar-se para as colónias de África desde finais do século XIX, sendo o comércio colonial objecto de protecção por parte do regime vigente. Os produtos provenientes das colónias eram sobretudo matérias-primas como o algodão, o açúcar, oleaginosas e café.

Nos últimos anos da década de 30, nas zonas comerciais das grandes cidades, existia uma pequena e média burguesia comercial e até um grande comércio retalhista. Tal como afirma Rosas (1994: 106), eram comerciantes «respeitáveis», vivendo com algum desafogo. Mas os pequenos comerciantes eram, sem dúvida, a realidade dominante.

Nas décadas de 50 e 60, assiste-se em Portugal a uma alteração profunda das estruturas da economia, isto em consequência do programa de electrificação e da moderna industrialização a partir dos finais dos anos 40.

Na visão do regime da época, o investimento em políticas de industrialização era justificável, porque se entendia que o crescimento do sector industrial conduziria ao desenvolvimento económico global do país.

Assim, terminada a II Grande Guerra, o programa da industrialização tornou-se um dos elementos primordiais da estratégia económica do país. Apesar de Portugal ter mantido uma política de neutralidade face ao conflito, é certo que a sua economia dependia bastante do comércio com a Europa. Desta forma, a economia portuguesa acabou por sentir os efeitos da situação de beligerância que se vivia no continente Europeu. Esta corrente industrialista determinava de certa forma a discussão do abandono do primado da agricultura. Para enquadrar os grandes objectivos da política económica do Estado, surgem então os «planos de fomento» que, como nos diz Rosas (1994: 450), promovem, em obediência às tendências gerais do capitalismo europeu, as condições que viriam a proporcionar um acentuado crescimento do sector industrial nacional.

O I Plano de Fomento,⁴³ no entender de Murteira e Silva citadas por Rosas (1994: 455), pouco mais representou do que um programa organizado de investimentos públicos, sem que nele se encontrem metas e objectivos precisos de desenvolvimento económico e social. Este plano de fomento tinha como finalidade elevar o nível de vida e aliviar as pressões demográficas melhorando a produtividade do trabalho e reduzindo o desemprego, mas o rápido crescimento e diversificação industrial iniciado nos anos 50 iria assentar numa política de baixos salários que só conheceram subidas reais com a emigração dos anos 60.

Conclui-se deste modo, que a década de 50 é sinónimo de industrialização. Na base do desenvolvimento económico constavam as actividades consideradas como principais motores: as metalúrgicas de base, os produtos metálicos, as metalomecânicas, o material eléctrico e de transporte, as químicas e os petróleos.

A estratégia de crescimento económico ajustado na expansão industrial impulsionou de forma exclusiva o desenvolvimento económico em geral.

2.1.2. A urgência de restabelecer o ensino superior de comércio no Porto

Para dar resposta às exigências do programa de industrialização iniciado na década de 50 era necessário dispor de mão-de-obra constituída por profissionais qualificados. A procura de estabelecimentos de ensino de cariz comercial e industrial aumentou com a criação das indústrias, das sociedades anónimas e de outras empresas que precisavam de administradores conhecedores e capazes.

Mas a cidade do Porto vira-se privada do ensino superior de contabilidade por força da extinção do Instituto Superior de Comércio em 1933. Esta situação gerou descontentamento e tristeza por parte daqueles que pretendiam prosseguir os seus estudos.

A aspiração à criação de estudos superiores de comércio na cidade do Porto remonta à criação da própria universidade, sendo que a Constituição Universitária de 1911 já previa a criação de uma Faculdade de Comércio. Tal como afirma Carqueja

⁴³ Aprovado pela Lei N.º 2058 de 29 de Dezembro de 1952.

(2003b: 26), a Faculdade de Economia do Porto tardou 40 anos a passar de possibilidade no papel à realidade.

E muitas foram as vozes que se fizeram ouvir a favor da criação de uma faculdade de ciências económicas no Porto.

Silva (1939: 271) afirmava que todo o Norte, que tem o Porto como centro principal, necessitava do restabelecimento do seu Instituto Superior de Ciências Económicas⁴⁴ para que o comércio voltasse a ocupar o lugar de distinção que lhe competia no ensino comercial, sendo a cidade do Porto conhecida pela sua actividade e dinamismo e pelo «seu nunca desmentido patriotismo de “*invicta e leal cidade*”».

Um dos apelos mais veementes à restauração do Instituto Superior de Comércio do Porto foi feito em dois documentos, sendo um dirigido ao Presidente do Conselho e outro ao Ministro da Educação Nacional, em Abril de 1948, pelos antigos alunos do Instituto Comercial do Porto⁴⁵.

No documento dirigido ao Presidente do Conselho, de ilustre redacção, os alunos do Instituto Comercial do Porto salientam o carácter trabalhador das gentes do norte e o esforço por muitos realizado no sentido de triunfar nos seus estudos. Na verdade, muitos dos estudantes do ensino comercial eram caixeiros, comerciantes e despachantes que assumiam o papel de trabalhadores – estudantes, frequentando as Escolas Comerciais em cursos nocturnos.

Os promotores da carta realçam a ideia de que a progressão nos estudos significava obrigatoriamente um aumento dos sacrifícios pessoais, económicos e profissionais dos alunos que lutavam «titânicamente» para passar da Escola Comercial ao Instituto Comercial. E, para estes alunos, o último e verdadeiro objectivo era a obtenção de um curso superior.

O facto do Instituto Comercial do Porto apenas dar acesso a curso superior que funcionava exclusivamente no Instituto de Ciências Económicas e Financeiras de

⁴⁴ É interessante notar que Silva (1939: 271) fala no restabelecimento do «Instituto Superior de Ciências Económicas» do Porto, quando, nesta cidade, a designação do Instituto era a de «Instituto Superior de Comércio». Em 1930, a criação da Universidade Técnica de Lisboa integra o Instituto Superior de Comércio de Lisboa que passa a designar-se por Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras. O Instituto Superior de Comércio do Porto teve sempre orgânica semelhante ao seu congénere de Lisboa. Os cursos ministrados nos dois Institutos eram os cursos superiores: Aduaneiro, de Finanças, Diplomático e Consular e de Administração Comercial. Em 1931 qualquer um deles foi considerado licenciatura em Ciências Económicas e Financeiras, que, assim, podia compreender de uma a quatro secções (Moreira, 1953: 377).

⁴⁵ Estes documentos foram publicados na totalidade na *Revista de Contabilidade e Comércio*, Ano XVI, N.º 61-62, Jan. – Jul. de 1948, pp. 197-199.

Lisboa desmotivava os trabalhadores – estudantes de poucos recursos na perseguição do sonho, já que era no Porto que tinham a «sua vida constituída» não podiam abandonar os seus empregos. Da mesma forma, os alunos que se dedicavam unicamente ao estudo excluía a partida a hipótese da licenciatura por não possuírem meios financeiros para tal.

Mas, apesar destes documentos terem sido assinados por «quase todos os alunos do Instituto Comercial do Porto», foi preciso aguardar 5 anos para que as suas pretensões fossem atendidas.

Ao longo dos anos que antecederam a criação da FEP foi possível encontrar em diversos jornais da época referências a intervenções de várias personalidades reivindicando a tão esperada faculdade⁴⁶.

Em 23 de Março de 1946, o *Comércio do Porto* transcrevia os telegramas de felicitações enviados ao Dr. Mendes Correia pela sua intervenção em sessão da Assembleia Nacional requerendo o restabelecimento do Instituto Superior de Comércio e da Faculdade de Letras do Porto. As vozes que se levantavam apoiando as intenções do Dr. Mendes Correia incluíam a da Associação Comercial do Porto.

Por parte da Reitoria da Universidade do Porto, a ânsia da criação de uma Faculdade de Ciências Económicas e da reabertura do Instituto Superior de Comércio também era evidente. O reitor, Dr. Amândio Tavares, em entrevista à *Revista Flama*, a 13 de Setembro de 1951, mostra o seu interesse na criação de uma Faculdade de Ciências Económicas e Financeiras.

O mesmo Dr. Amândio Tavares, ao inaugurar solenemente o ano lectivo de 1951/1952 na leitura do "Relatório de Actividades", demonstrou as justas reivindicações da criação das Faculdades de Ciências Económicas e Financeiras e da de Letras na Universidade do Porto, conforme noticiou *O Primeiro de Janeiro* a 17 de Outubro de 1951.

Mas aqueles que mais se sentiam lesados com a inexistência do ensino superior de comércio e contabilidade eram, sem dúvida, os alunos do Instituto Comercial que almejavam por garantias da criação da Faculdade de Ciências Económicas e

⁴⁶ As notícias aqui referidas (algumas das quais apresentadas nos anexos III. a V.) constituem parte do arquivo noticioso da Reitoria da Universidade do Porto, o qual pode ser consultado na sua página oficial da Internet. Apesar de muitas já se encontrarem digitalizadas algumas ainda se encontram em fase de tratamento. Tive o privilégio de consultar presencialmente todas elas, o que muito agradeço ao Gabinete de Informação da Reitoria da Universidade do Porto.

Financeiras. Na sessão solene realizada durante as festas dos finalistas dos Institutos Comercial e Industrial do Porto, em 1952, organizou-se uma comissão pro-restabelecimento do Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras⁴⁷.

Esta comissão iniciou imediatamente os seus trabalhos enviando ao Presidente do Conselho uma apresentação reafirmando o imperativo da criação da faculdade ou instituto de ciências económicas e financeiras.

Começando por referir que eram «volvidos quatro anos» desde que pela primeira vez se tinham dirigido ao Presidente do Conselho, os estudantes repetem as suas ânsias e desejos suplicando ao Presidente para que este «não permita que tantos estudantes pobres, (...) fiquem privados de se formarem, somente por uma questão de dinheiro».

Confiantes na criação da referida faculdade de ciências económicas, os estudantes apelavam à sua constituição o mais rapidamente possível. Invocavam assim para o funcionamento da nova faculdade o princípio do ano lectivo 1952/53, ainda que em instalações provisórias já que, tal como afirmavam os estudantes, «não nos interessa que as instalações sejam boas ou más; somente o que nos interessa é podermos prosseguir nos nossos estudos».

Como noticia a *Revista de Contabilidade e Comércio*, esta comissão foi recebida por várias autoridades e personalidades, entre as quais o Presidente da Câmara Municipal do Porto, o reitor da Universidade e o Governador Civil do Porto. Este mesmo, apoiando as intenções dos comissários, declara que, para minorar os entraves físicos à constituição da faculdade, se poderiam aproveitar provisoriamente as instalações da Bolsa do Porto ou da Faculdade de Ciências do Porto, o que, como veremos mais tarde, acabou por acontecer.

E as pressões e apelos tornaram-se de tal modo expressivos que, no ano de 1953, é finalmente criada a Faculdade de Economia do Porto.

⁴⁷ De acordo com o noticiado na *Revista de Contabilidade e Comércio*, Ano XX, N.º 78, Abr. – Jun. de 1952, pp. 244-246, a comissão era composta pelos seguintes elementos: António Pinto, Fernando Rosas Assunção Belém, Francisco Fernando Henriques Santos, Francisco João Teixeira Lopes, Manuel Luís de Sá Ferreira e Mário Félix da Costa.

2.1.3. O Decreto-lei N.º 39226 de 28 de Maio de 1953

No dia 7 de Maio de 1953, na reunião do Conselho de Ministros, ficou decidida a criação da Faculdade de Economia na Universidade do Porto. Esta decisão, há muito esperada, provocou grande alegria nas agremiações do Porto que, de acordo com a *Revista de Contabilidade e Comércio*,⁴⁸ «rejubilando com o facto, (...) enviaram telegramas de agradecimento e congratulação a S. Ex.^{as} o Presidente do Conselho e Ministro da Educação Nacional».

A imprensa noticiou oportunamente o anúncio da criação da faculdade. Os representantes dos jornais da cidade do Porto reuniram a 10 de Maio de 1953, com o Ministro da Educação Nacional, Fernando Pires de Lima, e com o Reitor da Universidade do Porto, Dr. Amândio Tavares, para se inteirarem sobre o que seria a nova faculdade⁴⁹. Nas palavras do Ministro da Educação, a nova faculdade seria um centro de estudo destinado à formação de profissionais, conferindo os «graus de Licenciados o Doutores em Economia».

O Decreto-lei N.º 39226, publicado no Diário do Governo, I Série, no dia 28 de Maio de 1953, regulamenta, finalmente, a Faculdade de Economia da Universidade do Porto.

Este mesmo Decreto-lei, no seu preâmbulo, começa por fazer referência estatística à afluência de estudantes às universidades do país. Nele se pode verificar que do ano lectivo de 1919/1920 ao ano lectivo de 1951/1952 (o anterior à criação da FEP), a afluência de estudantes ao ensino superior aumentou cerca de 74%.

O elevado número de matrículas no ensino superior constitui, segundo este documento legislativo, uma preocupação para o governo, pelo facto de quantidade não ser sinónimo de qualidade. Havendo mais alunos dispostos a prosseguir os seus estudos a nível superior, tornou-se necessário desenvolver mecanismos que garantissem a qualidade dos candidatos. Assim, procurou-se impedir que nas Universidades ingressassem «candidatos que, por mal dotados ou mal habilitados» constituíssem «um estorvo à boa marcha do ensino». Desta forma, a última reforma liceal anterior à publicação deste diploma, e a instituição da obrigatoriedade de realização de exame de

⁴⁸ Ano XXI, N.º 81, Jan. – Mar. de 1953, pp. 255-256.

⁴⁹ De acordo com o *Diário do Norte*, de 10 de Maio de 1953, a reunião decorreu em casa do pai do Ministro da Educação Nacional, em Santo Tirso, das 15h às 17h.

aptidão, foram medidas tomadas no sentido que reservar o ensino superior para aqueles que realmente se mostrassem aptos a este nível de ensino.

O preâmbulo do diploma de criação da FEP, para além da selecção de alunos, refere ainda outras medidas tomadas no sentido de adequar a oferta de ensino superior à procura, como sejam a ampliação dos corpos docentes e o cuidado das instalações dos serviços universitários.

No que diz respeito à ampliação dos corpos docentes, às escolas superiores foi dada a possibilidade de contratar pessoal além dos quadros. Esta medida permitiu a muitas escolas a contratação de professores assistentes alguns deles estrangeiros. Deste modo, os lugares que se encontravam vagos nos quadros do ensino superior foram sendo preenchidos.

Em relação às infra-estruturas das universidades, refere o Decreto-lei que foram melhoradas as instalações de modo a aumentar a sua capacidade, mas também se cuidou de «apetrechar os laboratórios, as clínicas, as bibliotecas e as oficinas com material actualizado⁵⁰».

Mas se o número de matrículas no ensino superior aumentou exponencialmente, o mesmo não se pode dizer quando ao número de faculdades e escolas superiores. Na verdade, durante 30 anos não foi criada nenhuma escola superior e algumas das instituições superiores de ensino foram mesmo extintas, como é o caso, já apresentado, do Instituto Superior de Comércio do Porto.

Para justificar o atraso na criação de novas instituições de ensino superior o diploma indica as seguintes razões:

- 1.º A instituição das escolas superiores tem de ser precedida de estudos minuciosos e sérias ponderações;
- 2.º A natureza da escola depende de cuidada averiguação das reais necessidades do país de forma a não conduzir ao congestionamento das carreiras para que habitem;
- 3.º A escolha da localização de novos estabelecimentos tem de obedecer ao exacto conhecimento das realidades circundantes de modo a satisfazer o

⁵⁰ Refere este diploma que estava também em vias de resolução o problema das instalações da Faculdade de Medicina do Porto e que as cidades de Lisboa e Coimbra seriam abrangidas por «grandiosos» planos de cidades universitárias. O *Primeiro de Janeiro* noticia a 25 de Outubro de 1958 que «A Cidade Universitária do Porto vai ser uma realidade!».

propósito de lhes proporcionar, pelas condições naturais da região, e pelas tendências da sua população, ambiente adequado.

A necessidade da instituição de uma Faculdade de Economia no Porto foi claramente fundamentada no seu diploma de criação que refere que a população do Porto tem gosto pelos estudos que a faculdade iria proporcionar. Reconhece-se igualmente que a predilecção pelos estudos económicos assenta no facto do Porto ser «uma cidade caracteristicamente industrial e comercial e cabeça de região animada por uma rica pluralidade de manifestações de labor económico».

A palavra *elite* surge neste decreto de forma peculiar, porque determina o que seria de esperar com a criação da FEP. Na verdade, para além de técnicos competentes, o norte do país precisava de uma «elite de economistas aptos a ocupar, pela sua preparação científica, as situações de mais alta responsabilidade em organizações vastas e complexas». Estabelece-se deste modo e, à partida, aquele que será sempre o trunfo da FEP: a qualidade⁵¹.

O Decreto-lei que constitui a FEP contém 9 artigos e um quadro anexo que faz referência ao pessoal docente.

O artigo 1.º refere o fim da faculdade, ou seja, refere que a FEP tem por objecto «o ensino e a cultura das ciências económicas». O artigo 2.º remete-nos para o quadro do pessoal em anexo, sendo que este é dividido em pessoal docente, pessoal técnico e pessoal menor.

À categoria de pessoal docente pertenciam um director, um secretário, um bibliotecário, 11 professores catedráticos e 6 professores extraordinários. No que concerne à direcção da faculdade, esclarece o artigo 6.º, que esta ficaria a cargo do Reitor da Universidade enquanto não fosse nomeado o director e enquanto não estivesse instalado o conselho escolar⁵².

⁵¹ Em entrevista ao JUP – *Jornal Universitário do Porto*, em Maio de 2003, (www.jup.pt) por altura da comemoração dos 50 anos da FEP, José Costa, director da faculdade, quando questionado sobre o facto dos cursos da FEP serem os mais procurados do país pelos estudantes do secundário não hesita em afirmar que «a FEP é uma boa instituição de ensino universitário que sempre se pautou por ser muito exigente» e que a «escola da FEP não fica a dever nada a qualquer outra escola».

⁵² O conselho escolar, tal como previsto no artigo 6.º, § único, «seria instalado logo que se encontrassem em exercício da faculdade 3 professores catedráticos».

O preenchimento dos lugares para professores da faculdade deveria ser feito de acordo com a legislação em vigor que determinava a realização de concursos⁵³. Os concursos seriam abertos entre professores catedráticos, nomeando jûris especializados, não se estabelecendo nenhum regime de excepção para o preenchimento do quadro escolar.

No entanto, a realização dos concursos para provimento dos lugares de professor não significava o preenchimento total das vagas existentes, sendo assim necessário encontrar outra forma de garantir que os lugares não ficariam desertos.

Para o preenchimento das vagas, poderiam recorrer-se a comissões de serviço por parte de professores de outras escolas superiores ou faculdades, ou então poderiam ser convidados «professores estrangeiros de nomes consagrados»⁵⁴.

Mas se nenhuma destas medidas se mostrasse suficiente, prevê o artigo 3.º a contratação de pessoal docente criando a figura do encarregado de curso. A medida excepcional da contratação de pessoal docente com a designação de encarregado de curso dependia de autorização do Ministro da Educação Nacional e só poderia durar 10 anos⁵⁵. Sendo o número de encarregados «o estritamente necessário para se assegurar o funcionamento do serviço docente», o número de professores necessários no primeiro ano do curso seria, como veremos mais à frente, reduzido. Esclarece o artigo 4.º que a figura do encarregado de curso é «privativa» da FEP, e que estes professores seriam remunerados pelo vencimento de professores extraordinários, mas estando vinculados os mesmo serviço docente que a legislação previa para professores catedráticos (artigo 5.º).

Prevê ainda este diploma, a extinção de lugares de professores catedráticos e extraordinários da Faculdade de Engenharia, pertencentes ao 8.º grupo, sendo que o professor extraordinário existente à data naquela faculdade, passaria a ocupar um lugar na FEP, nos 2.º ou 3.º grupo (artigo 7.º). Deste modo, as disciplinas do 8.º grupo da Faculdade de Engenharia, passariam a ser regidas por professores da FEP (artigo 8.º).

⁵³ Questionado pelo *Diário do Norte*, a 10 de Maio de 1953, sobre a possibilidade dos professores do Instituto de Comércio poderem ingressar na FEP, o Ministro da Educação Nacional responde que o recrutamento de professores para a FEP determina a criação de um novo quadro e que se pretende manter o prestígio do pessoal docente das universidades portuguesas, o qual é reconhecido no país e no estrangeiro. Responde ainda o ministro que a afirmação de que foram feitos convites para todos os cargos do corpo docente é «uma presunção sem qualquer fundamento».

⁵⁴ Tal como refere Fernando Pires de Lima ao *Diário do Norte* de 10 de Maio de 1953.

⁵⁵ O Ministro da Educação Fernando Pires de Lima, na entrevista ao *Diário do Norte*, afirma ainda que «cada encarregado não poderá manter esse cargo mais de quatro anos».

No entanto, para melhor compreender a organização do plano de estudos e a classificação por grupos de disciplinas, torna-se necessário analisar um outro diploma legal; o Decreto N.º 39227.

2.1.4. O Decreto N.º 39227 de 28 de Maio de 1953

O Decreto N.º 39227 está dividido em 3 partes. A primeira parte diz respeito ao plano de regime de estudos, a segunda parte ao corpo docente e a última parte contém disposições diversas.

Regendo-se a FEP pelo Estatuto da Instrução Universitária em vigor e pelo Decreto-lei N.º 39226 já aqui analisado, o Decreto N.º 39227 começa por apresentar o plano de estudos constituído por 4 grupos de disciplinas. A cada um dos grupos cabia diferente número de disciplinas, sendo que em cada ano eram leccionadas disciplinas de vários grupos.

No 1.º grupo, constituído por 4 disciplinas, predominavam as ciências exactas como as Matemáticas, ou o Cálculo Infinitesimal. O 2.º grupo incluía as várias disciplinas relativas à Economia, as Finanças, História e Geografia, o 3.º grupo centrava-se nas disciplinas de Direito e o 4.º grupo continha as disciplinas de Teoria da Contabilidade, Contabilidade Aplicada e a Economia da Empresa.

As disciplinas do curso superior de Economia⁵⁶, num total de 23, eram do tipo semestral e anual⁵⁷ sendo ainda de carácter teórico, mas também prático⁵⁸.

A obtenção do grau de licenciado pela FEP, tal como pelo Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras de Lisboa, habilitava os alunos para as carreiras diplomática e consular, e ainda para todos os cargos em que se exigia um curso superior. Todavia, existia uma restrição aos licenciados em Economia no Porto que pretendiam ingressar nos quadros diplomáticos e consular, pois estes deveriam obter

⁵⁶ A aprovação a todas as disciplinas do curso determinava a obtenção do grau de licenciado em Economia (artigo 3.º, § único). A obtenção do grau de licenciado em Finanças só poderia ser obtido em Lisboa, mas o aluno da Faculdade de Economia do Porto podia tirar esse curso com dois anos de estudo na faculdade do Porto e três em Lisboa.

⁵⁷ As disciplinas semestrais eram as de Econometria, Economia dos Transportes, História dos Factos e das Doutrinas Económicas, Direito Fiscal, Direito Civil (obrigações) e Economia da Empresa, sendo anuais todas as outras (artigo 2.º, § 1.º).

⁵⁸ Do conjunto das 23 disciplinas, 11 eram teórico-práticas e 12 unicamente teóricas, o que permite afirmar que era visível no curso o equilíbrio entre a teoria e a prática.

aprovação numa série de disciplinas de Direito, para além das que faziam parte do plano de estudos da FEP⁵⁹.

Para o ingresso dos alunos na FEP, exigiam-se as mesmas habilitações literárias necessárias para a admissão no Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras⁶⁰.

Os alunos da FEP seriam, segundo este Decreto, alunos ordinários, que assistiam obrigatoriamente às aulas práticas e teóricas, ou alunos voluntários, apenas obrigados a comparecer às aulas práticas (artigo 8.º). A primeira parte deste normativo determina ainda todas as disposições relativas à avaliação dos alunos, prevendo a realização de trabalhos práticos, exames por frequência e exames finais (com prova escrita e prova oral), o que ainda acontece na maioria das faculdades.

Relativamente à obtenção do grau de Doutor em Economia, apresentam-se também neste diploma os documentos exigidos para admissão dos candidatos às provas de doutoramento, bem como a forma de realização das referidas provas.

A segunda parte do Decreto N.º 39227 indica a distribuição dos professores extraordinários e catedráticos pelos diferentes grupos de disciplinas, num total de 11 catedráticos e 6 extraordinários. Surge também a referência à figura dos professores assistentes que, de acordo com o artigo 23.º, são contratados conforme as necessidades do serviço e «escolhidos entre doutores e licenciados pela Faculdade ou por outras escolas universitárias em ciências compreendidas no grupo respectivo».

O processo de recrutamento dos professores catedráticos e extraordinários é também amplamente explicitado neste diploma.

A terceira e última parte deste Decreto, intitulada “Disposições Diversas” esclarece a forma de recrutamento dos encarregados de curso, recrutamento este que assenta na realização de concurso documental, e refere que os trabalhos escolares na FEP se iniciam no ano lectivo de 1953/54.

⁵⁹ De acordo com o artigo 4.º são elas Direito Constitucional e Administrativo, Direito Internacional Público, História Diplomática e Direito Internacional Privado, do Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras, ou nas disciplinas correspondentes das Faculdades de Direito das Universidades de Coimbra e Lisboa. Segundo o Ministro da Educação, «não se descurou a parte jurídica do ensino» na FEP, mas «houve a preocupação de não se sobrecarregar a Faculdade» com cadeiras que se poderiam dispensar.

⁶⁰ Os alunos das escolas comerciais podiam ter acesso à faculdade nas mesmas condições fixadas para ingresso nos institutos comerciais, tendo apenas de fazer mais uma cadeira, a de Filosofia.

2.1.5. Os primeiros anos da FEP

No ano lectivo de 1953/54, conforme previsto, deram-se início aos trabalhos escolares na FEP.

O primeiro ano compreendia as disciplinas de Matemáticas Gerais, Geografia Económica Portuguesa, Economia I e ainda Introdução ao Estudo do Direito e Estudo Descritivo das Instituições de Direito Civil. A disciplina de Matemáticas Gerais seria leccionada na Faculdade de Ciências, já que esta disciplina era comum à Faculdade de Economia e à de Ciências.

Em 1956 são feitas as primeiras alterações ao regulamento da FEP através do Decreto N.º 40566 de 29 de Março. Neste diploma é revogado o regime de grupo e permitida a inscrição em disciplinas de um ano aos alunos a quem faltasse aprovação a não mais de um disciplina do ano anterior. Contudo, é definido um regime de precedências que condicionava a inscrição dos alunos em algumas disciplinas. A título de exemplo, a inscrição na disciplina de Contabilidade Aplicada dependia de aprovação na disciplina de Teoria da Contabilidade.

Em 1962 foram incluídas no plano de estudos as disciplinas de Práticas de Técnica Comercial I e II, nos dois primeiros anos da licenciatura em Economia. Estas disciplinas existiam já no Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras pelo que se justificava a sua inclusão na licenciatura da FEP. De acordo com o Decreto N.º 44639, de 22 de Outubro de 1962, as disciplinas de Práticas de Técnica Comercial I e II eram anuais e correspondiam-lhe por semana duas aulas práticas de uma hora cada uma. Os conhecimentos ministrados nestas disciplinas seriam complementares às disciplinas de Economia, Direito e Contabilidade.

Mais tarde, em 1967, através do Decreto N.º 47986 de 7 de Outubro, foi alterado significativamente o plano de estudos da licenciatura em Economia do Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras da Universidade Técnica de Lisboa. Esta alteração agravou as diferenças entre a licenciatura em Economia no Porto e em Lisboa e dificultou a equivalência dos cursos, pelo que, em 1968, se procurou minimizar esta situação através do Decreto N.º 48626 de 18 de Outubro. Este Decreto não trás muitas alterações ao nível das disciplinas, a inovação residiu na introdução da disciplina de Investigação Operacional no último ano do curso.

Mas o grande problema relativamente ao início dos trabalhos na FEP prendeu-se, sem dúvida, com o facto de não existirem instalações totalmente disponíveis para o funcionamento da faculdade⁶¹. Deste modo, a FEP ficou instalada no edifício da Universidade do Porto, localizado na emblemática Praça dos Leões, onde funcionava a Faculdade de Ciências e o Museu Botânico. Este museu encontrava-se já em transição para o Palácio do Campo Alegre. Com o desenvolvimento do curso, previa-se a utilização das salas de Mineralogia e Zoologia, passando estes museus para a Faculdade de Medicina⁶².

E, quanto ao problema das instalações físicas merecem realce as palavras de Roquette (2005: 11), aluno da FEP no primeiro ano lectivo:

Uma faculdade que se estava a instalar tinha problemas vários a começar pelas próprias instalações físicas no último andar da Faculdade de Ciências. Tudo o que era formação pelo lado das matemáticas era feito na Faculdade de Ciências o que provocava alguma turbulência. Em todo o caso, o leque de Professores que foi possível juntar constituiu um dos activos mais importantes. (...) O primeiro ano foi de altíssima selecção. De mais de 200 alunos passaram pouco mais de 30 para o segundo ano. Éramos poucos. Mais de metade dos meus colegas eram profissionais em contacto com a vida activa.

Por se localizarem no último andar do edifício da Faculdade de Ciências, os primeiros alunos chamavam às instalações da FEP “o Sótão”.

Fonseca (2004: 8), aluno da FEP em 1963, afirma também o seguinte:

A Faculdade era um cantinho no sótão da Faculdade de Ciências. Éramos poucos e conhecíamos de nome todos os colegas. As famosas matemáticas e cálculo infinitesimal eram dados, na Faculdade de Letras, em conjunto com os alunos da Faculdade de Ciências e Engenharia. (...) Os colegas com que menos contactávamos eram os chamados alunos “voluntários”, maioritariamente trabalhadores estudantes que tinham que desenvolver um esforço superior aos restantes alunos para nos acompanhar no curso.

⁶¹ Questionado sobre as instalações da faculdade, o Ministro da Educação respondeu ao *Primeiro de Janeiro* de 11 de Maio de 1953, que a localização era «assunto que dizia respeito mais (...) aos seus colegas de Finanças e de Obras Públicas do que a ele próprio».

⁶² Como se previa a conclusão do Hospital Escolar em 1954 ou 1955, a Faculdade de Medicina ficaria então totalmente livre.

Assim, as instalações da FEP cedo se mostraram insuficientes para acolher todos os que pretendiam enveredar pelos estudos económicos na cidade do Porto, já que o número de alunos inscritos aumentava consideravelmente de ano para ano.⁶³ A exemplo do que acontecia noutras cidades portuguesas e estrangeiras, começou a surgir a necessidade e o sonho de criar uma *cidade universitária* no Porto, que iria incluir a nova FEP⁶⁴.

Contudo, foi ainda no último andar do edifício da Faculdade de Ciências, e pouco antes da passagem para as novas instalações, que se deu um dos acontecimentos que marcou a FEP: o incêndio da madrugada de 20 de Abril de 1974.

Este incêndio mereceu grande destaque nos periódicos da época⁶⁵ quer pela sua dimensão, quer pelos prejuízos que originou. O telhado do edifício acabou mesmo por ruir e ficaram totalmente destruídas peças de arte que incluíam telas e murais do salão nobre. Também numerosos livros se perderam neste trágico incêndio, uma vez que estava a ser preparada a Exposição do Livro Universitário, organizada pelos Serviços de Acção Cultural do Centro Universitário do Porto. No que concerne à FEP, foi perdida a maior parte da biblioteca e parte dos seus arquivos.

2.1.6. A nova FEP

O ano de 1974 representa uma nova etapa na vida do país e o mesmo acontece quanto à FEP. As alterações políticas e sociais resultantes da Revolução do 25 de Abril foram de tal forma sentidas na faculdade que muitos se atrevem a afirmar que a FEP nasceu outra vez⁶⁶.

⁶³ No relatório elaborado pelo director da FEP e ao qual fez referência o reitor da universidade na sessão solene de abertura do ano lectivo de 1965/1966, consta que no ano lectivo de 1964/1965 o número de alunos era de 1002, o que significava mais 15% de alunos que no ano anterior.

⁶⁴ O jornal *Primeiro de Janeiro* de 25 de Outubro de 1958 já noticiava em manchete: «Cidade Universitária do Porto vai ser uma realidade!» sendo que a Faculdade de Economia e o Estádio Universitário seriam as primeiras construções a levar a cabo na Asprela, ao lado do Hospital Escolar. A ideia da criação de uma cidade universitária no Porto ganhou força com a construção da Ponte da Arrábida e dos seus acessos. Com a construção desta ponte terrenos pertencentes à universidade na zona do Campo Alegre foram ocupados, o que condicionou a expansão da universidade nesta área.

⁶⁵ Veja-se o *Diário Popular*, o *Diário de Lisboa*, o *Primeiro de Janeiro*, ou o *Jornal de Notícias*.

⁶⁶ Bessa (2008: 12) antigo aluno, professor e Presidente do Conselho Directivo da FEP afirma a este respeito que «A FEP foi feita no 25 de Abril, essa é a ruptura total.»

Em termos de instalações, o incêndio de 20 de Abril determinou que os 1900 alunos, grande parte dos quais voluntários, e apenas 33 professores, fossem obrigados a realizar um esforço tremendo para que os estudos acontecessem naquilo a que o Director Doutor Armando Castro apelidou de “corredor meio queimado”⁶⁷. A mudança para as novas instalações aconteceu a 11 de Novembro de 1974, sem discursos e com alguma revolta por parte dos alunos, isto porque, a capacidade das novas instalações era de 2500 alunos e já se encontravam inscritos 3400. Por outro lado, a partida para a zona da Asprela pode ser vista como «uma espécie de desterro», porque se abandonou uma «zona nobre e familiar» em favor de uma «zona periférica»⁶⁸.

Mas as alterações na faculdade não se limitaram às instalações. Na verdade, as alterações orgânicas, de funcionamento e do corpo docente foram as mais importantes. Foram criados órgãos de gestão democrática, como o Conselho da Faculdade e a Assembleia Magna e foram publicados convites para candidaturas espontâneas ao exercício de funções docentes a licenciados que se considerassem aptos⁶⁹. A definição do novo corpo docente resultou ainda do afastamento de alguns professores por iniciativa própria, mas também como resultado do processo denominado de «saneamento» ao abrigo do Decreto N.º 277/74.

Depois do conturbado período pós-revolução, a FEP passou pelo período de normalização (Bessa, 2008: 12). Foi entretanto criada uma nova licenciatura em Gestão e, mais tarde, vários cursos de pós-graduação, mestrados e doutoramentos.

No dia 5 de Novembro de 2003 a FEP comemorou 50 anos e para assinalar o aniversário da primeira aula de 1953 realizou-se a Sessão Solene de Abertura do Ano Lectivo 2003/2004.

Após 50 anos, a aposta da FEP continua a ser por excelência a qualidade dos estudos ministrados. E para permitir o desenvolvimento de centros de investigação e novos cursos de pós-graduação e de mestrado, foi criado um novo edifício na parte traseira do edifício principal⁷⁰.

⁶⁷ Em entrevista à revista *Flama* a 28 de Junho de 1974.

⁶⁸ Em declarações ao *Jornal de Notícias* de 12 de Novembro de 1974, afirmavam os alunos: «Estamos longe de tudo. Nem café temos à mão... a parte do convívio foi totalmente descurada»

⁶⁹ As funções de docente deveriam referir-se aos domínios da Teoria Económica, Economia Aplicada, Ciências Sociais, Contabilidade, Gestão de Empresas, Matemáticas e Direito.

⁷⁰ O denominado “Edifício das Pós-Graduações da FEP” foi inaugurado no dia 5 de Maio de 2006 em cerimónia que contou com a presença do então Reitor da Universidade do Porto, Novais Barbosa, do

2.2. O ensino da Teoria da Contabilidade na FEP

Não há qualidade de ensino em Contabilidade sem que exista a teoria a anteceder a própria indicação dos caminhos práticos (Sá, 1996: 538). E o ensino da disciplina de Teoria da Contabilidade, no curso superior de Economia da FEP, acontecia no 3.º ano, sendo que por semana existiam desta disciplina 3 aulas teóricas de uma hora cada e 2 aulas práticas de duas horas cada.

Para compreender o ensino da Teoria da Contabilidade na FEP, principalmente no que diz respeito às décadas de 50 e 60, interessa conhecer os professores responsáveis pelo seu ensino, os conteúdos programáticos, a forma como decorriam as aulas, os métodos de ensino ou de avaliação usados. É isso mesmo que iremos abordar de seguida.

A análise do ensino da Teoria da Contabilidade na FEP será feita por ordem cronológica. Isto significa que se irá procurar conhecer o ensino da disciplina ao longo de vários anos lectivos através da criação de dois períodos. O critério que determinou a criação destes dois períodos assenta no professor que leccionou a disciplina.

2.2.1. De 1955/56 a 1963/64

No ano lectivo de 1955/56 realizou-se pela primeira vez o terceiro ano do curso, primeiro no qual se ensinou a Teoria da Contabilidade. Neste primeiro ano o ensino das aulas práticas e teóricas da disciplina ficou a cargo do Prof. Sarmento. No ano lectivo seguinte (1956/57) e até ao ano lectivo de 1963/64 o Prof. Sarmento leccionou apenas as aulas teóricas.

Apesar de, neste trabalho, o Prof. Sarmento ser objecto de um capítulo autónomo, dada a relevância e singularidade do seu contributo, para estudo do ensino da Teoria da Contabilidade neste período de tempo contamos com o testemunho do Prof. Carqueja, aluno do Prof. Sarmento e professor da disciplina em anos seguintes.

Já vimos de que forma o espaço físico condicionou o ensino na FEP, e a disciplina de Teoria da Contabilidade não foi alheia a esse problema. O “sótão” ou o “corredor”

Director da FEP, o Doutor José Costa, do Ministro de Estado e das Finanças, Fernando Teixeira dos Santos, e do Ministro dos Assuntos Parlamentares, Augusto Santos Silva.

não eram efectivamente adequados ao ensino da contabilidade. As aulas práticas seriam talvez as mais prejudicadas porque implicavam o preenchimento de documentos específicos que, pela própria dimensão, exigiam espaço. Convém recordar que não existiam computadores, nem tão pouco máquinas de fotocopiar⁷¹. A escrita manual era base de qualquer exercício e a caligrafia tinha um papel crucial.

Embora nos primeiros anos não existissem muitos alunos, havia dificuldades relacionadas com a proveniência e com o tipo de alunos. No que diz respeito à proveniência, os alunos que chegavam à FEP vindos dos liceus não possuíam bases de contabilidade, o que significava que estes alunos teriam de tentar compensar, de alguma forma, essa lacuna. A este respeito o Prof. Carqueja diz⁷²:

Quando cheguei à cadeira de Teoria da Contabilidade, na primeira aula do Doutor Sarmento, este disse que lamentava muito, mas havia uma dificuldade que ele não sabia resolver, e que era a dos alunos vindos do liceu. Por um erro, que depois foi corrigido já no tempo em que eu era professor, pois foram introduzidas as cadeiras de propedêutica, era dever dele ensinar Teoria da Contabilidade a pessoas vindas do liceu. Ele sabia que iríamos ter enormes dificuldades, mas a única coisa que se podia sugerir era que nos juntássemos em grupos, comprássemos os livros usados do ensino técnico e outros porque doutra forma iríamos ter muitas dificuldades.

Para resolver esta desvantagem os alunos optaram por soluções diferentes: uns recorreram a explicações dadas por professores, alguns da própria faculdade, outros adquiriram livros de contabilidade e estudaram em grupo. A disponibilidade de alguns professores da faculdade para dar explicações aos alunos vindos do liceu traduz um espírito de união e de entreatajuda que marcaram os primeiros anos da faculdade. Roquette (2005: 11), recorda também a esse respeito:

Eu lembro-me da dificuldade que tive quando cheguei ao 3º ano sem nunca ter ouvido falar em débito e crédito, pois vinha da formação liceal. Mas tive a sorte do apoio de um grande homem e um grande professor que foi José António Sarmento que

⁷¹ Almeida (2006: 8), que entrou para a FEP em 1957 afirma: «Como anedótico, o equipamento mais adiantado que tínhamos era uma máquina *facit* que quando dividia tocava uma campainha. Achávamos piada.»

⁷² Todas as citações aqui apresentadas com referência ao Prof. Carqueja, e para as quais não é indicada qualquer data ou página, resultam de entrevista realizada em Outubro de 2009. Para leitura integral desta entrevista veja-se o anexo II.

infelizmente faleceu em 1960 e de quem o Manuel Baganha foi continuador⁷³. Isso fez com que tivesse começado a minha actividade profissional pela contabilidade sem nenhum problema e chegar à direcção da contabilidade do Banco Espírito Santo.

Para além do problema dos alunos provenientes dos liceus, havia muitos alunos que já se encontravam na vida activa, ou seja, alunos geralmente mais velhos que optaram pelo ensino técnico, iniciaram uma actividade profissional e que só depois ingressaram na faculdade. Os alunos do curso de 1953 tinham uma média etária superior a 30 anos visto que muitos licenciados pelo Instituto Comercial aguardavam a abertura da Faculdade tendo já as suas vidas profissionais (Roquette, 2005: 11). Estes eram os chamados alunos voluntários que estavam dispensados de frequentar as aulas teóricas, mas que não podiam faltar às aulas práticas. Não assistir às aulas práticas implicava a reprovação. Os alunos voluntários enfrentavam muitas dificuldades que só eram ultrapassadas pelo muito esforço, dedicação e espírito de camaradagem dos colegas que se disponibilizavam a facilitar os apontamentos. O Prof. Seabra, director da faculdade, instava os outros professores a fazer sebentas e, quando o professor não as fazia, haviam alunos incumbidos de tirar apontamentos que depois os transmitiam aos restantes. A utilização do stencil e o recurso a editores chamados “sebenteiros” era comum.

Em Teoria da Contabilidade, a existência de alunos voluntários constituía um problema na medida em que estes se alheavam das aulas teóricas, mas também porque, exercendo já uma profissão relacionada com a contabilidade, poderiam trazer vícios da vida prática que dificultavam o raciocínio. Para alguns alunos a aprendizagem de conceitos teóricos não era vista com agrado, especialmente nesta altura, em que afirmação da contabilidade como ciência dava os primeiros passos.

Almeida (2006: 8) afirma mesmo que o que menos gostou no seu tempo de aluno da FEP foi a formação excessivamente teórica, mas reconhece que mais tarde descobriu que tinha recebido um valioso património.

As aulas de Teoria da Contabilidade do Prof. Sarmento eram aulas seguidas com muito interesse, o Prof. Carqueja recorda:

Eram aulas seguidas com muita atenção por um grande número de pessoas. Eram aulas absolutamente estruturadas, com uma motivação do início, eram de alguma

⁷³ Esta memória não é correcta quanto à data de falecimento do Prof. Sarmento. Como veremos no próximo capítulo, o Prof. Sarmento faleceu a 11 de Junho de 1964 e não em 1960.

maneira aulas de universidade dadas por um antigo metodólogo do ensino secundário. Eu penso que para a época as aulas do Doutor Sarmento eram extremamente actuais.

As qualidades de metodólogo do Prof. Sarmento e a experiência adquirida no ensino técnico foram determinantes para o sucesso das suas aulas. Mas o que se ensinava nesta disciplina? Bom, é chegada a altura de consultar as suas lições.

Foram elaboradas as seguintes sebatas relativas às aulas do Prof. Sarmento (Amorim, 1964: 223):

- *Teoria da Contabilidade*, segundo as prelecções feitas ao curso do 3.º ano (1955/56) da Faculdade de Economia, recolhidas por Henrique Fernandes Tomaz da Veiga⁷⁴ e Amílcar dos Anjos Gil Gomes de Pina, I volume, copiografado, 820 – XVIII páginas, que tiveram um suplemento sobre a *Problemática Contabilística*⁷⁵.

- *Teoria da Contabilidade*, Lições proferidas ao Curso de 1963/64, I volume, copiografado, 630-118 páginas⁷⁶. Estas 118 páginas constituem a *Problemática Contabilística*, intercalada, com nova numeração, entre as páginas 218 e 219.

Estas sebatas são objecto precioso para ajudar a compreender a disciplina, designadamente o seu conteúdo programático e é possível encontrá-las na biblioteca da FEP. Convém, no entanto e, desde já, referir que não se pretende uma exploração exaustiva das lições, mas principalmente uma análise da estrutura do curso e da forma como esta evoluiu ao longo dos anos lectivos. A não exploração exaustiva e pormenorizada das matérias abordadas na disciplina justifica-se pelo facto de muitos dos assuntos tratados terem sido mais tarde publicados e, como tal, serão objecto de estudo em capítulo próximo.

⁷⁴ De acordo com o Prof. Carqueja, Henrique Tomaz da Veiga foi depois professor das aulas práticas de Teoria da Contabilidade.

⁷⁵ A *Problemática Contabilística* constitui uma das obras publicadas pelo Prof. Sarmento. Ver a este respeito o capítulo 3.2.1.3. deste trabalho.

⁷⁶ Na primeira página do exemplar é possível ler que «nesta série de apontamentos condensa-se o essencial das prelecções feitas ou de alguns temas para debates suscitados ao curso de 1962/63», no entanto, na folha de rosto consta «Lições proferidas ao Curso pelo Ex.mo Senhor Doutor José António Sarmento 1963-1964» Também na folha de rosto alguém esclarece, através de apontamento manuscrito, que se trata de uma edição «revista e anotada por César da Mota» que «não foi aluno directo do Mestre».

Mas, sendo estas sebatas peças fundamentais, a indicação da existência de um outro documento despertou curiosidade: trata-se do plano do curso de 1958/59⁷⁷. Este plano de curso da disciplina de Teoria da Contabilidade constitui um manuscrito da autoria do próprio Prof. Sarmento e inclui uma série de apontamentos e reflexões sobre as aulas. Este plano de curso foi usado em outros anos lectivos, dado que é possível encontrar nestes apontamentos a referência a outras datas. Aliás, estando as lições numeradas, conclui-se que o mesmo assunto foi abordado em aulas diferentes consoante os anos lectivos.

Assim, através da análise destes 3 documentos é possível retirar ilações sobre o ensino da disciplina, todavia, não devem ser descurados os seguintes aspectos:

1. Os apontamentos e plano de curso de 1958/59 foram escritos pelo Prof. Sarmento e traduzem as suas reflexões, isto é, constituem os ensinamentos que ele pretendia transmitir aos alunos. As sebatas foram redigidas por alunos que registavam o que assimilavam nas aulas. No caso das lições de 1955/56, estas foram coligidas por alunos do próprio Prof. Sarmento que recorreram ao seu auxílio para elaborar a introdução e para supervisionar os seguintes capítulos da sebenta. No caso das lições de 1963/64, estas foram redigidas por um por um aluno, que, por ventura, nem foi aluno do Prof. Sarmento, e não se sabe a até que ponto o professor colaborou na elaboração desta sebenta.
2. Não se pode dizer que os apontamentos de 1958/59 estejam completos, porque, apesar das aulas estarem numeradas, apenas se encontram apontamentos a partir da 34.^a aula de 4 de Março de 1958, que correspondem à 32.^a aula de 27 de Fevereiro de 1959, ou à 29.^a de 15 de Março de 1960. Nas lições de 1955/56 pressupõe-se que as 820 páginas incluem todo o programa e, nas de 1963/64, entende-se que no único volume existente se compilam todas as lições porque se encontram explicados todos os tópicos do programa descritos no índice.
3. Nos apontamentos de 1958/59, revistos e usados até 1960, a *Problemática Contabilística*, não é tratada de forma autónoma, muito embora os seus conceitos já sejam aqui explorados. Nas lições de 1955/56, tal como refere

⁷⁷ Este manuscrito encontra-se na posse do Prof. Carqueja, e foi-lhe facultado pelo Prof. Baganha. Muito agradeço ao Prof. Carqueja a gentileza de me ter facilitado uma cópia destes apontamentos.

Amorim (1964: 223), a *Problemática Contabilística* surge como suplemento⁷⁸.

Nas lições de 1963/64 a *Problemática Contabilística*, que já havia sido publicada como separata da *Revista de Contabilidade e Comércio*, é objecto de destaque como uma sebenta com nova numeração.

Depois destas considerações quanto aos principais documentos que nos permitem conhecer o conteúdo programático das aulas de Teoria da Contabilidade apresenta-se de seguida o primeiro plano de curso conhecido. Ele será o ponto de partida para o estudo da disciplina até 1964.

Teoria da Contabilidade

1955/56

INTRODUÇÃO

- 0.1. Domínios da contabilidade
- 0.2. Funções cometidas à contabilidade
- 0.3. Importância da contabilidade; o que não se deve pedir-lhe
- 0.4. A ciência contabilística
- 0.5. Metodologia da contabilidade
- 0.6. A contabilidade (delimitação, posição, relações)
- 0.7. Síntese final

MICROLOGISMOLOGIA

Estática contabilística

1. Património

- 1.0. Estruturas patrimoniais

Dinâmica

- 1.1. Fenómenos patrimoniais
- 1.2. Ângulos de análise das estruturas (e fenómenos) patrimoniais

⁷⁸ Não foi possível encontrar publicação desta *Problemática Contabilística* na qual fosse expressamente dito que se tratava de suplemento às lições de 1955/56.

- 2. Classificações; Classes. Seriações; Séries.
 - 2.1. Classificação. Classes
 - 2.2. Seriação. Série
 - 2.3. Classificação de valores patrimoniais
 - 2.4. Classificação dos valores reais
 - 2.5. Seriação das classes formadas
- 3. Contas
 - 3.0. Generalidades. Conceitos
 - 3.1. Aspectos a considerar na conta
 - 3.2. Classificações e variedades das contas
 - 3.3. A “integração” e “diferenciação” das contas
 - 3.4. A seriação das contas
 - 3.5. O valor da conta. Categorias de valores
- 4. Balanço
 - 4.0. Generalidades. Conceituação
 - 4.1. Aspectos a considerar nos balanços. Requisitos. Funções
 - 4.2. Variedades (classificações) de balanços
 - 4.3. Teorias explicativas de equilíbrio de valores dos balanços
 - 4.4. Séries de balanços
- 5. Análise de balanços (e contas)
 - 5.0. Premissas que se estabelecem e restrições que se fazem
 - 5.1. Análise de balanços (estáticos finais)
 - 5.2. Exames sumários e globais de balanços – estática simples
 - 5.3. Exames sumários e globais de balanços – estática comparada
 - 5.4. Exames sumários e globais da conta de resultados
 - 5.5. Análises específicas dos balanços
- 6. Valorimetria Patrimonial
 - 6.0. O problema geral; pressupostos; princípios
 - 6.1. Valorimetria endógena
 - 6.2. Valorimetria exógena
- 7. Planificação Contabilística
 - 7.0. Definições, caracteres, aspectos

- 7.1. Componentes do plano
- 7.2. A técnica de delineamento de planos
- 7.3. Planificação e unificação contabilísticas

MACROLOGISMOLOGIA

10. Planificação macrologismológica⁷⁹

- 10.0. Definições. Caracteres
- 10.1. Os fundamentos
- 10.2. As reacções
- 10.3. Os propulsores
- 10.4. O panorama actual

11. A valorimetria contabilística e as variações de valor da moeda

- 11.0. O Problema
- 11.1. As soluções (bases revalorimétricas)
- 11.2. As soluções de estruturação ou reestruturação dos balanços

E. Escolas Contabilísticas

- E.0. Generalidades
- E.1. Escola Veneziana
- E.2. Escola Flamengo
- E.3. Escola Contista ou Clássica Francesa
- E.4. Escola Jurídica, Logismográfica ou Cerboniana
- E.5. Escola Económica, Materialista ou Bestana
- E.6. Escola Positivista, Neocontista ou Dumarcheyana
- E.7. Escola Matemática ou Estatística
- E.8. Escola Patrimonialista
- E.9. Escolas Económico-empresariais
- E.10. Síntese. Posição assumida.

⁷⁹ Não se sabe se a passagem do capítulo 7 ao capítulo 10 constitui uma gralha dos “sebenteiros” ou se de facto existem capítulos em falta.

Como se pode constatar, este primeiro plano do curso apresenta 3 grandes partes. Ao longo da leitura das diferentes partes é possível concluir que o curso é na realidade muito estruturado e que cada capítulo aqui apresentado é depois subdividido em numerosos subcapítulos cujo grau de desagregação é bastante pormenorizado. Esta característica, aliás, mantém-se ao longo dos anos.

A Introdução constitui uma das partes mais importantes porque nela é possível encontrar o enquadramento e delimitação da ciência contabilística através de uma forma muito peculiar. Não há preocupação pela apresentação de uma definição de contabilidade⁸⁰, mas sim dos problemas que permitem diferenciar a ciência contabilística das restantes ciências.

A linha directriz de todo o curso, apresentada na Introdução (Veiga e Pina, 1955: 73-74) esclarece que:

- 1.º A Contabilidade comporta uma teoria – a Teoria da Contabilidade (Logismologia) e uma técnica – a Técnica da Contabilidade (Logismografia), cada uma delas com uma metodológica própria;
- 2.º A problemática de qualquer delas comporta um conjunto de questões que se põem, ou no próprio seio das unidades económicas ou ao nível delas, ou se põem a nível superior, abraçando-as a todas, donde teremos na Teoria da Contabilidade problemas de micrologismologia e macrologismologia.
- 3.º O objecto da Teoria Contabilística – o património – como, aliás, o objecto da Técnica Contabilística – qualquer universo de valores – pode observar-se num dado instante ou em instantes diferentes da sua evolução – fazendo-se Estática ou Estática Comparada; e, pode observar-se, de forma contínua ou sucessiva, fazendo-se Dinâmica Contabilística.

Desta forma, o curso foi orientado no sentido da micrologismologia preceder a macrologismologia e a estática preceder a dinâmica. Também se procurou que a teoria e

⁸⁰ Apesar de se afirmar que a contabilidade é uma ciência social (Veiga e Pina, 1955/56: 52). De acordo com Carqueja (2003c: 5-6), em exposição em aula no ano lectivo 1958/59, a contabilidade surge como ciência social relativa aos problemas de medida e análise do património através da sua expressão.

a técnica decorressem em acção paralela: a teoria nas aulas teóricas e a técnica nas aulas práticas.

Conclui-se assim que, segundo descrevem Veiga e Pina (1955/56: 74), os problemas centrais da Teoria da Contabilidade eram, entre outros, os seguintes:

- O estudo do património (estática e dinâmica), isto é, o próprio objecto da Contabilidade;
- Aspectos a considerar na análise do património – num esboço de finalidades;
- Conta e balanço – as construções metodológicas indispensáveis à consecução dos fins;
- Valorimetria patrimonial (micro e macrologismológica);
- Planificação contabilística (micro e macrologismológica);
- Problemas específicos de capital e rédito, de reservas, etc.

Face a estes problemas centrais, as ideias ou conceitos que merecem maior destaque são:

Património

Todo de valores pecuniários, complementares e coexistentes numa unidade económica, tornados efectivos em consequência de factos passados que estão à sua disposição ou sob os seus cuidados gestivos (Veiga e Pina, 1955/56: 164);

Fenómenos Patrimoniais

Todas as alterações ocorridas no seio do património, por virtude do seu dinamismo (Veiga e Pina, 1955/56: 176);

Factos Patrimoniais

Todos os factos normais ou anormais (acontecimentos ou operações) susceptíveis de provocar modificações na qualidade, quantidade ou valor dos elementos patrimoniais (Veiga e Pina, 1955/56: 177);

Conta

Qualquer classe de valores (patrimoniais ou ideais) com denominação própria e valor ou expressão numérica (valorativa) bem determinados (Veiga e Pina, 1955/56: 309);

Balanço

No seu conceito logismológico traduz a igualdade entre conjuntos de contas de valores antitéticos, no seu conceito logismográfico é visto com o quadro ou mapa formado de diferentes séries de contas em equilíbrio de valores. (Veiga e Pina, 1955/56: 356).

No plano de curso descrito pelo Prof. Sarmento nos seus apontamentos do ano lectivo de 1958/59 não se verificam grandes alterações. Continuam a existir as 3 primeiras partes: Introdução, Micrologismologia e Macrologismologia, mas uma terceira parte surge com o título de “Complementos à Introdução”. Esta última parte compreende as Escolas Contabilísticas e a Metodologia Contabilística. No fundo, o que se apresenta é outra forma de estruturar uma matéria que anteriormente era abordada com uma numeração diferente – as escolas contabilísticas – e uma maior atenção quanto à metodologia da contabilidade⁸¹.

Uma outra diferença entre o plano de 1955/56 e o plano de 1958/59 diz respeito ao capítulo 2 que passa a chamar-se Problemática contabilística geral (fins da Contabilidade). Este capítulo reflecte a incorporação da *Problemática Contabilística* da sua autoria no plano da disciplina espelhando assim a sua visão quanto aos fins da contabilidade:

2. Problemática contabilística geral (fins da Contabilidade)
 - 2.1. Problemática da medida
 - 2.2. Problemática da análise
 - 2.3. Problemática do planeamento
 - 2.4. Problemática da teoria da contabilidade

⁸¹ No que diz respeito à Metodologia da Contabilidade, já na sebenta de 1955/56 se recomendava a leitura da “Metodologia Geral da Contabilidade”, da autoria do Prof. Jaime Lopes Amorim, publicada em 1951 (Veiga e Pina, 1955/56: 46). Mas enquanto que o Prof. Lopes Amorim se debruça essencialmente sobre o método de relevação ou registo contabilístico, ou seja, sobre a Logismologia, o Prof. Sarmento analisa quer o método da Logismologia quer o da Logismografia.

O anterior capítulo 2 passa agora a constar do capítulo 3 cujo título indica:

3. As construções metodológicas de que a Contabilidade se serve
 - 3.1. Classes e séries
 - 3.2. Contas
 - 3.3. Inventários
 - 3.4. Orçamentos e planos
 - 3.5. Balanços

Os restantes capítulos não traduzem muitas alterações dignas de realce. No entanto, denota-se uma maior preocupação com os seguintes temas:

- A problemática da análise é particularmente desenvolvida nos apontamentos de 1958/59. É possível encontrar junto destas notas, cópias de resumo do conteúdo dos 20 capítulos e do índice de uma publicação francesa intitulada *Nouveau Traité D'Analyse et Discussion de Bilans* da autoria de Charles Hanon de Louvet, perito contabilista e professor do ensino superior, datada de Janeiro de 1956⁸².

- As “Amortizações e Imobilizações, Reservas e Provisões e Resultados do Exercício” são o título de um suplemento que surge sobre a forma de “Aditamento à Teoria Geral da Contabilidade” datado de 1959-1960.

- A normalização contabilística, especialmente em França e na Alemanha também merece destaque já que é possível encontrar uma série de reflexões a este respeito, reflexões essas registadas com base num trabalho feito por alguns alunos e com base num livro da autoria de Cruz. Vidal⁸³. Muito embora a normalização contabilística já fosse abordada de forma diminuta no plano de 1955/56, no capítulo relativo à Planificação Macrologismológica, recomendando a leitura da obra do Prof. Cruz Vidal, a questão é agora mais desenvolvida.

⁸² Dado que o Prof. Sarmento mantinha contacto com professores de outras escolas, nomeadamente através da participação em congressos europeus, e sendo membro de organizações francesas é natural o seu interesse por livros de contabilidade de autores europeus. Adianta-se desde já que o Prof. Sarmento participou em Abril de 1960 no “2.º Congresso Europeu de Aprovisionamento”, realizado em Schevenningen na Holanda, com subsídio concedido pelo Instituto de Alta Cultura e que foi membro do Comité Internacional d’Orientation et de Liaison, criado pelo Centre d’Études et de Recherches Économiques, Statistiques et Comptables de Paris.

⁸³ Trata-se da tese de dissertação para doutoramento do Prof. Caetano Léglise da Cruz Vidal, cujo título é *Ensaio sobre um Planeamento Contabilístico Racional*, que embora tenha sido publicado, composto e impresso em 1955 na Tipografia União Gráfica, de Lisboa, a tese foi defendida em 6 de Fevereiro de 1956 na Universidade Técnica de Lisboa (Guimarães, 2004: 6)

Relativamente às lições de 1963/64, em termos de estrutura, encontram-se algumas alterações a começar pela já referida inclusão da *Problemática Contabilística* como sebenta com nova numeração.

Estas lições apresentam os seguintes capítulos:

0. Introdução
1. Micrologismologia
2. Problemática Contabilística (Sebenta com nova numeração)
3. Classificações; Classes. Seriações; Séries
4. Contas
5. Balanço
6. Planificação Contabilística
7. Planificação Macrologismológica
8. Análise Contabilística
9. Valorimetria

É possível verificar que o capítulo da Planificação Contabilística passou a anteceder o da Valorimetria, sendo que este passa para o final do plano, sendo mesmo posterior à Planificação Macrologismológica.

Estando cada um destes capítulos minuciosamente desagregados, a principal conclusão a formular quanto ao ensino da Teoria da Contabilidade neste período de tempo é a de que o Prof. Sarmiento tinha uma preocupação com o aperfeiçoamento contínuo do plano de estudos, desenvolvendo com maior interesse os assuntos que se mostravam mais actuais. A bibliografia recomendada aos alunos surgia frequentemente no fim ou no início de cada capítulo e incluía nomes nacionais, tais como Lopes de Amorim ou Gonçalves da Silva, mas também italianos como Amaduzzi, ou franceses, especialmente no que diz respeito a questões de planificação contabilística. O Plano de Contabilidade Francês foi muito estudado nos últimos anos lectivos deste período, já que se entendia que a contabilidade neste país estava muito mais avançada⁸⁴.

⁸⁴ Nas lições de 1963/64 é mesmo recomendada a leitura de “Le Plan Comptable Commenté”, da autoria de Lauzel.

2.2.2. De 1965/66 a 1970/71

O período anteriormente estudado termina com o ano lectivo de 1963/64 e este período inicia-se com o ano lectivo de 1965/66. O leitor mais atento repara que existe um ano lectivo que escapa ao estudo, trata-se do ano lectivo 1964/65. A razão pela qual esse período não é objecto de maior análise é o facto de o Prof. Sarmento ter falecido a 11 de Junho de 1964. Assim sendo, no ano lectivo de 1964/65 as aulas teóricas de Teoria da Contabilidade foram asseguradas por um outro grande professor da FEP, o Prof. Manuel Baganha que à data leccionava a disciplina de Contabilidade Aplicada⁸⁵. Não existe informação disponível quanto a eventuais alterações da estrutura do curso ou dos conteúdos programáticos, mas pressupõe-se que, nesse ano lectivo, foram seguidas as orientações do Prof. Sarmento e o plano do curso não foi alterado.

No ano lectivo de 1965/66 a disciplina de Teoria da Contabilidade fica a cargo de um outro professor que marca igualmente a FEP durante vários anos, trata-se do Prof. Carqueja. Antigo aluno do Prof. Sarmento e continuador das suas ideias, o Prof. Carqueja leccionou Organização e Gestão de Empresas na Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, antes de passar à FEP. No entanto, quando terminou a sua licenciatura, o Prof. Carqueja recebeu a sugestão de se candidatar a assistente de estatística ou, em alternativa, de economia, mas a esta sugestão respondeu que gostaria de concorrer para assistente de contabilidade (Carqueja, 2002c: 10).

A preferência do Prof. Carqueja pela disciplina de contabilidade resulta em boa parte do facto de familiarmente já estar ligado ao comércio e ao mundo dos negócios mas, a maior determinante para este professor assumir o ensino da Teoria da Contabilidade durante 6 anos lectivos foi a influência do Prof. Sarmento. A este respeito diz o próprio Prof. Carqueja:

Eu tinha uma vivência desde miúdo de um estabelecimento comercial, que trabalhava com produtos para exportação e, por outro lado, tinha um conjunto das disciplinas da faculdade.

⁸⁵ Para confirmar se foi efectivamente o Prof. Baganha quem substituiu o Prof. Sarmento questionei o Prof. Carqueja que se prontificou a confirmar a informação através da consulta do currículo do Prof. Baganha. Também mediante consulta ao processo do Prof. Baganha nos arquivos da Reitoria da Universidade do Porto foi possível ler que «por despacho ministerial de 3-6-964, foi autorizado a reger as aulas teóricas de Teoria de Contabilidade, no impedimento do Doutor José A. Sarmento».

Nessas disciplinas eu tinha aprendido que aquilo que me interessava – gestão de empresas – além de ser tratado com interesse em disciplinas de direito, e de terem muito interesse as disciplinas de microeconomia, de facto, as disciplinas que ajudavam mais a gestão eram as de contabilidade. Eu tinha aprendido que a contabilidade tinha problemas que não se percebiam bem. (...) Durante o curso eu tinha já feito algumas tarefas em casa ligadas à contabilidade, mas creio que a determinante verdadeira foi a personalidade do Doutor Sarmento. A maneira como o Doutor Sarmento colocava os problemas relativos à disciplina eram tão atraentes e diziam tão bem comigo que foi por isso que eu escolhi contabilidade.

Um novo professor não significa uma nova disciplina, mas algumas alterações merecem destaque. De qualquer modo, mantém-se a orientação de estudo, ao conservar o método de trabalho, a atitude reservada e crítica relativamente ao estudo feito (Carqueja, 1968b: 342).

As alterações ao programa justificam-se porque, tal como afirmou o Prof. Carqueja (1968b: 342), mesmo uma actividade velha muda rapidamente. A principal alteração reside no destaque dado ao estudo da expressão contabilística em aulas teóricas. O Prof. Sarmento considerava que os estudos contabilísticos tinham como objectivo a análise e prospecção de estruturas (patrimoniais) e fenómenos (gestivo-patrimoniais) através da sua expressão e medida (Sarmento, 1960: 11). No entanto, a sua problemática assentava no estudo de problemas de medida, análise e planeamento, esquecendo, de certa forma, a expressão contabilística, mencionada nos seus conceitos. Carqueja (1968b: 343) refere que esta atitude era justificada pela separação do que considerava ser pura técnica e do que considerava ciência.

Através da consulta de apontamentos pertencentes ao seu antecessor e que recebeu da família do Prof. Sarmento, o Prof. Carqueja entende que, caso lhe tivesse sido permitido, o Prof. Sarmento teria chegado ele próprio à conclusão que as alterações ao programa eram necessárias e optaria mesmo por fazê-las. O conceito adoptado pelo Prof. Sarmento a isso exigia. Nas palavras do Prof. Carqueja (1968b: 343), mesmo que a expressão seja só objecto da técnica contabilística, não se apoia esta numa teoria? Haverá conveniência em ter preocupações com o expor a teoria duma ciência e não a teoria de uma técnica? As questões terminológicas em volta dos termos técnica e ciência serão do foro dos contabilistas? São estas questões que nos permitem concluir que o

aperfeiçoamento do programa da disciplina de Teoria da Contabilidade foi uma constante ao longo do tempo, porque os professores a ela dedicados se empenhavam para sempre questionar e apurar os conceitos adoptados.

Quando questionado sobre o facto do problema da expressão estar pouco explorado o Prof. Carqueja responde:

O problema da expressão é que estava mal enquadrado. A expressão estava dita de uma forma subordinada à medida e à análise. Ora a expressão não só não é subordinada como em muitos casos aparece anterior e desfasada, e às vezes até aparece pouco ligada à medida. (...) O problema da expressão estava demasiado explorado mas na perspectiva errada. Como não estava explorado como problema teórico, como só estava explorado ao “fazer”, estavam a ser confundidas coisas que não o deveriam ser.

Enquanto que o Prof. Sarmento, talvez em reacção contra o primado que a expressão contabilística tinha nas preocupações dos contabilistas, secundarizou esta, o Prof. Carqueja reconheceu-a como problema distinto e não subordinado (Carqueja, 1997: 159), senão veja-se:

Prof. Sarmento: (...) *“problemas de medida e análise do património através da sua expressão”*

Prof. Carqueja: (...) *“problemas de expressão, medida e análise das situações e fluxos patrimoniais”*

Assim, muito embora o encadeamento geral da exposição dos outros capítulos do estudo e os conceitos adoptados tenham sido os do Prof. Sarmento, o programa passou a prever 4 partes, até certo ponto independentes⁸⁶:

1. *Introdução à Teoria da Contabilidade* – onde o objectivo é o de caracterizar a contabilidade e discutir as bases com as quais se partem para os estudos seguintes;
2. *Teoria da Expressão Contabilística* – em que se estuda a representação contabilística;

⁸⁶ Previa-se também o estudo da *História das Teorias* na qual a preocupação era a de analisar as achegas dos grandes tratadistas. No entanto, face a impossibilidade de tempo esta parte era sacrificada em favor da introdução e do estudo da expressão, medida e análise contabilística (Carqueja, 1968b: 347).

3. *Teoria da Medida Contabilística* – em que se aborda o problema de medir as estruturas e fenómenos patrimoniais;
4. *Teoria da Análise Contabilística* – em que se procura enunciar os processos de análise dos estados e vida dos patrimónios fundamentalmente através das imagens frutos da actividade contabilística.

Desaparece o estudo do planeamento contabilístico em capítulo distinto, sendo a respectiva matéria tratada à medida que se abordavam os diversos temas. Estas 4 partes deram origem a 4 volumes que formam a sebenta de Teoria da Contabilidade do Prof. Carqueja. Esta sebenta, existente na biblioteca da FEP, foi usada durante largos anos na faculdade, mesmo depois de o Prof. Carqueja já não estar na FEP.⁸⁷

Nesta sebenta, no início de cada tema é apresentado um breve apontamento sobre o caminho a percorrer e tais apontamentos ajudam a interpretar a orientação seguida (Carqueja, 1968b: 344).

Os princípios base que orientaram e serviram de apoio às soluções que foram apresentadas para os problemas contabilísticos da expressão, medida e análise foram os seguintes:

- a) A contabilidade como sistema de informação deve fornecer informação objectiva, inteligível pelo destinatário, relevante, oportuna e económica;
- b) A actividade contabilística tem como objecto os fenómenos e estruturas patrimoniais;
- c) O património é um conjunto de elementos complementares coexistentes e susceptíveis de expressão pecuniária objectiva, conjunto afecto a uma unidade económica como meio para a consecução dos seus fins e objecto de cuidados administrativos;
- d) Os contabilistas observam as estruturas e fenomenologia adoptando um certo quadro de formalização em que se salientam certas notas e se apagam outras.

⁸⁷ Os ensinamentos das sebentas de Teoria da Contabilidade do Prof. Carqueja foram igualmente usados em Moçambique quando o Prof. Carqueja leccionou na Universidade de Lourenço Marques, actual Maputo, em 1972/73.

Desta forma, os principais capítulos do programa passam a ser:

I. Introdução à Teoria da Contabilidade

- 0. ...
- 1. Actividade Contabilística
- 2. Unidades Económicas
- 3. Fronteiras da Contabilidade
- 4. Princípios e ideias base

II. Teoria da Expressão Contabilística

- 0. Problemática da expressão contabilística
- 1. A conta
- 2. O balanço
- 3. A digrafia
- 4. Métodos e Instrumentos de trabalho
- 5. O planeamento da expressão contabilística

III. Teoria da Medida Contabilística

- 0. Problemática da medida contabilística
- 1. Valorimetria endógena
- 2. Valorimetria exógena
- 3. Revalorimetria
- 4. Planeamento da valorimetria

IV. Teoria da Análise Contabilística

- 0. Problemática da análise contabilística
- 1. Análise qualitativa
- 2. Análise da estrutura patrimonial da empresa
- 3. Análise da situação e vida financeira da empresa
- 4. Análise da situação económica
- 5. Análise da gestão (análise orçamental)
- 6. Planeamento da análise contabilística

A evolução do conceito de contabilidade é evidente quando se verifica que nos finais da década de 60 a contabilidade passa a ser abordada como sistema de informação. De acordo com Carqueja (1997: 158-159) foi como sistema de informação que a contabilidade foi apresentada aos cursos pelos quais foi responsável a partir de 1966, embora, no tempo, com algumas hesitações sobre o caminho que estava a pisar.

A qualificação da contabilidade como sistema de informação, embora evidente no seguimento da linha de pesquisa do Prof. Sarmento, não pode ser reduzida a uma diferente maneira de dizer a mesma coisa, porque coloca em destaque uma ideia – a de sistema (Carqueja, 2007: 15).

Assim, na primeira alteração nos apontamentos base do estudo vindos das aulas do Prof. Sarmento o Prof. Carqueja introduziu o subcapítulo “Contabilidade como sistema de informação” na parte da Introdução à Teoria da Contabilidade.

Este subcapítulo apresentava a seguinte disposição:

4.1. A contabilidade como sistema de informação

4.1.0. ...

4.1.1. Requisitos da informação

4.1.1.1. Objectividade

4.1.1.2. Inteligibilidade para o destinatário

4.1.1.3. Relevância

4.1.1.4. Oportunidade

4.1.1.5. Rendibilidade

4.1.2. Informação contabilística

4.1.2.0. ...

4.1.2.1. Destinatários

4.1.2.2. Fins visados

4.1.2.3. A contabilidade não existe para os contabilistas

Para melhor entender esta inserção no programa passamos a analisar com um pouco mais de pormenor este ponto 4.1. da Introdução à Teoria da Contabilidade.

Com este subcapítulo o que se pretende essencialmente é reconhecer que a contabilidade surge como um sistema de colheita, arquivo, processamento e

fornecimento de dados económicos. E como é tarefa base da contabilidade fornecer informações que fundamentam as decisões económicas, a contabilidade deverá produzir informações úteis para os seus destinatários. Como forma de averiguar a utilidade da informação contabilística são apresentados como critérios:

- a) *Objectividade* – a informação é objectiva quando não depende da pessoa que informa, ou seja, a informação contabilística é independente do contabilista. A quantificação é considerada como processo redutor da subjectividade de uma informação.
- b) *Inteligibilidade para o destinatário* – traduz-se na possibilidade e probabilidade de ser bem interpretada pela pessoa a quem é destinada. Os beneficiários da contabilidade devem saber interpretar a linguagem contabilística e ser esclarecidos quando necessário.
- c) *Relevância* – a informação contabilística só é útil quando é relevante, o que significa que pode causar mudanças nas decisões. Mas, para aferir a relevância implica que se conheçam os fins visados.
- d) *Oportunidade* – a informação só é útil enquanto puder contribuir para decisões mais fundamentadas, uma informação tardia pode ser totalmente inútil.
- e) *Rendibilidade* – é a relação entre os custos que implica a elaboração da informação e o valor das vantagens que proporciona, assim a informação diz-se rendível quando proporciona vantagens superiores aos custos.

Mas usar estes critérios para aferir a utilidade da informação contabilística implica conhecer os seus destinatários e os fins visados. Dada a multiplicidade de destinatários (dos quais se destacam como exemplo o gerente, o accionista, o trabalhador, o Estado, credores, etc.), deve o contabilista:

- 1.º Usar linguagem corrente sempre que possível;
- 2.º Elaborar as informações distinguindo destinatários se tal procedimento for operacional;
- 3.º Divulgar as especialidades conceituais que usa e só se justificam pela operacionalidade que proporcionam.

Relativamente aos fins visados, deve o contabilista possuir conhecimentos do campo dos informados, ou seja, para reduzir as dificuldades de julgamento ao fazer a recolha dos dados a processar a informação, o contabilista deve ter presentes os fins de carácter geral que orientam os destinatários das suas informações.

Este subcapítulo termina com a reflexão de que a contabilidade não vive para si e que a contabilidade não existe para os contabilistas. Sendo a contabilidade um sistema de informação, tal implica que o contabilista seja alguém que deve decidir que informação colher, que deve compreender e apresentar com sinceridade a informação que elaborou.

Mas não é só na Introdução que se encontram alterações. Também um outro capítulo do programa merece uma visão diferente: trata-se da valorimetria, prevista na parte da Teoria da Medida Contabilística.

Classificando a valorimetria em endógena e exógena, tal como o fez o Prof. Sarmento, o Prof. Carqueja faz corresponder a estes conceitos um entendimento diferente.

Para o Prof. Sarmento (1960: 27, 28), a valorimetria contabilística compartimentava-se em:

- a) *Valorimetria endógena ou interna* – fundamentalmente destinada a possibilitar a medida e análise dos factos que forem ocorrendo, vistos de dentro para efeitos de acção gestiva quotidiana;
- b) *Valorimetria exógena* – fundamentalmente destinada a dar medida do capital e do rédito da empresa para fins ocasionais ou esporádicos (cessão, fusão, transformação, liquidação, etc.), ou para os fins costumeiros e normais da distribuição de lucros – ambas as finalidades impondo a consideração do que se passa fora da unidade
- c) *Revalorimetria* – destinada a, em dado momento, referir todos os valores contabilísticos ao módulo monetário de uma dada época.

Mas a acepção de valorimetria adoptada pelo Prof. Carqueja foi diferente da exposta pelo Prof. Sarmento. Para o Prof. Carqueja (1969: 324) a valorimetria endógena diz respeito à valorimetria que se ocupa da mensuração dos movimentos a registar nas contas, enunciando os princípios a respeitar para que o saldo da conta tenha certo

significado a para que sejam respeitados os requisitos da sã informação contabilística sistemática.

A mensuração do capital e do rédito para os fins costumeiros e normais de distribuir lucros é fruto de um sistema de procedimentos bem definido que o Prof. Carqueja considera fazer parte da expressão contabilística sistemática dentro das empresas e assim, os problemas que lhes correspondem são considerados endógenos (Carqueja 1969: 324).

A aferição da endogeneidade passa agora a ser feita pelo domínio das contas, ou seja, passa a ser endógeno o que se processa dentro do sistema de contas. O Prof. Sarmiento referia o conceito à empresa e era endógena toda a avaliação para propósitos internos. Para o Prof. Carqueja (1969: 325), se é a movimentação de contas que está em causa (e portanto a informação obtida através delas), considera-se que ainda se está perante valorimetria endógena se a mensuração em causa implica correcções às avaliações intra-contas pela consideração de factores que na movimentação normal destas se não consideram; só se tais correcções não motivam lançamentos nas contas mas fundamentam somente um balanço especial (geral ou parcial) se terá valorimetria exógena porque se processa fora do sistema de contas.

E são estas as principais mudanças a reter de um programa que, como já referimos, se encontrava em permanente aperfeiçoamento.

Depois destas considerações relativas às alterações programáticas que se iniciaram no ano lectivo de 1965/66, também é importante analisar outros ângulos, nomeadamente a forma como decorreram as aulas ou como eram avaliados os alunos. Este período de tempo foi particularmente marcante porque incluiu revoltas estudantis resultantes do movimento iniciado em França em Maio de 1968. A este respeito o Prof. Carqueja diz:

Em 1969/70 tive problemas, reflexos do movimento de França, que se agravaram enormemente em 70/71. Este ano, cerca de metade das aulas foram dadas a afixar sumários e eu a entrar para as aulas de alunos num corredor e noutro muito calados.

Recorde-se que a FEP ainda funcionava no edifício da Praça dos Leões e, para um espaço diminuto, o número de alunos era cada vez maior. As condições não eram as melhores e motivaram o descontentamento dos alunos e até de alguns professores. Figueiredo (2007: 8) recorda:

Era um clima de opressão. Recordo-me de vir da escola primária [onde era professora], depois das aulas, dirigir-me para a Faculdade e estar tudo ocupado pela polícia. Recordo-me perfeitamente de um episódio. Estava grávida do meu segundo filho (...) estava no final da gravidez e a polícia decidiu que eu não podia passar. Viase alguma perseguição. Insisti em passar e só não fui agredida porque estava grávida e lá me deram indicações expressas para sair. Dirigi-me então ao Piolho, mas vi alguns dos meus colegas a serem levados na carrinha para a prisão. Foram momentos duros ao ver os colegas serem agredidos e presos. Estávamos em 1971, e claro que este clima duro se vivia também dentro da faculdade.

As aulas práticas de Teoria da Contabilidade foram asseguradas por Henrique Tomaz da Veiga, assistente do Prof. Carqueja. As aulas práticas tinham um número muito elevado de alunos e as salas de aula não tinham condições para receber todos os alunos. Para minimizar esta questão foram desdobradas as aulas práticas e os professores passaram a dar mais aulas do que aquelas que lhes competiam. O Prof. Carqueja recorda:

Eu dava algumas aulas que oficialmente não dava, só para haver mais turmas e mesmo assim era muito mau. E nas aulas teóricas era horrível, não era nada bom no que diz respeito ao número de alunos e possibilidades de acesso. Enquanto que os primeiros 3 anos [1965/66 a 67/68] foram razoáveis, depois tudo se precipitou.

Quanto ao tipo de aulas, estas eram aulas magistrais dadas em anfiteatros nos quais o professor expunha a matéria, os alunos ouviam e alguns tomavam notas. Nem sempre o programa das aulas teóricas era acompanhado pelo programa das aulas práticas, ou seja, algumas vezes as aulas práticas andavam dissociadas inteiramente das aulas teóricas. Esta questão deveu-se ao facto de alguns professores exercerem funções de contabilidade em gabinetes privados e trabalharem fora da faculdade o que dificultava a conciliação de matérias teóricas e práticas.

Relativamente à avaliação dos alunos, o Prof. Carqueja avaliou com base nos ensinamentos que adquiriu do Prof. Sarmento em 1961 quando foi seu assistente. A este respeito conta:

A avaliação era feita numa prova escrita e numa prova oral. No que me dizia respeito, o Doutor Sarmento no período de Janeiro a Março de 1961 tinha-me feito ler

várias coisas, e tinha-me preparado para ter que avaliar os alunos distinguindo a compreensão, a apreensão e a capacidade de aplicação de conhecimentos adquiridos, e a ter que as avaliar separadamente. E, portanto, nem sempre os exames de contabilidade eram fáceis, porque eu, depois de me darem uma resposta, perguntava – “Porquê?”

Este testemunho espelha uma característica muito própria da FEP: perguntar porquê. Mais importante do que ensinar a “fazer” na FEP procurava-se ensinar a “pensar”. Vários são os testemunhos de antigos alunos que realçam este importante aspecto. A criação de hábitos de questionar e não apenas de aceitar permitiu desenvolver intelectos e formar economistas que durante gerações marcaram presença nos mais altos cargos das empresas privadas e no sector público. Almeida (2006: 8) confirma:

Procurei sempre não ser um homem realizado com a solução mais cómoda. Alguns professores que tivemos sempre nos estimularam a procurarmos mais. E eu consegui fazer-me como profissional graças aos mestres que tive e a pessoas de grande categoria com quem trabalhei. (...) Nós estávamos sempre a discutir, a trocar ideias e isso deu-nos uma capacidade dialéctica que me ajudou tremendamente na vida.

Apesar de ter frequentado a FEP em anos posteriores ao período aqui em análise, também é importante transcrever o testemunho da Prof.^a Lúcia Lima Rodrigues a este respeito⁸⁸, quando questionada sobre o facto da FEP ensinar os alunos a saberem pensar e não apenas a saberem fazer:

Ensina-se muito bem [na FEP]. Não tenho dúvidas nenhuma que é um dos melhores sítios para estudar. E tenho todo orgulho disso porque a forma como aprendi contabilidade, foi isso que fez com que eu quisesse investigar em contabilidade, porque não aprendi só débitos e créditos. O professor explicava muito bem o porquê das coisas serem feitas assim, o que fez com que eu criasse maleabilidade intelectual de perceber que as coisas funcionam num equilíbrio, mas quando mudam qualquer coisa eu sei pensar.

Com esta reflexão se termina um capítulo que se queria muito mais extenso, mas que, de facto, sintetiza os principais tópicos do ensino da Teoria da Contabilidade nas primeiras décadas da FEP. O desejado seria alargar o período de análise até aos nossos

⁸⁸ Este testemunho da Prof.^a Lúcia Lima Rodrigues resulta igualmente de entrevista realizada em Março de 2009 (anexo I.).

dias, mas o tempo, esse corredor voraz, a mais não permite. E também sendo o Prof. Sarmiento a figura mais importante deste trabalho, justifica-se a atenção dada ao período de tempo no qual ele leccionou na FEP e as principais alterações elaboradas por quem o substituiu.

3. A importância do Prof. J. A. Sarmento para o desenvolvimento e ensino da Teoria da Contabilidade

Depois de conhecer um pouco melhor a FEP e o ensino da Teoria da Contabilidade neste estabelecimento de ensino, especialmente nas suas primeiras décadas de existência, é chegado o momento de conhecer um dos seus professores em particular, o Prof. José António Sarmento. Não obstante as dificuldades para encontrar informação pormenorizada sobre a sua história, mormente sobre os seus primeiros anos de vida, nesta parte procura-se reunir alguns dos seus dados biográficos e bibliográficos. Para completar estes dados, apresentam-se testemunhos daqueles que o conheceram e que livremente falaram da sua personalidade tão característica.

3.1. Biografia

José António Sarmento nasceu em Angeiras, Matosinhos, a 18 de Junho de 1913, filho de Manuel do Espírito Santo Sarmento e de Luzia Ramos da Silva. Na sua família não se conhece tradição em profissões relacionadas com a contabilidade.

Frequentou os cursos nocturnos da Escola Comercial Oliveira Martins e do Instituto Industrial e Comercial do Porto, concluindo-os em 1929 e 1932, respectivamente. No Instituto Industrial e Comercial do Porto foram-lhe atribuídos 4 diplomas de menção honorífica e os prémios Gustavo de Sousa (por deliberação do Conselho Escolar de 4 de Abril de 1932) e de Instrução Pública (por deliberação de 19 de Dezembro de 1932).

Em 1932, ingressou no Instituto Superior de Comércio do Porto, concluindo, em 1935, a licenciatura em Ciências Económicas e Financeiras, na secção Aduaneira com a classificação de 16 valores e no ano de 1936 na secções de Administração Comercial (17 valores), Finanças (17 valores) e na Diplomática e Consular (16 valores). Nas

palavras de Amorim (1964: 220), os primeiros anos após a conclusão do curso não foram muito fáceis para o Prof. Sarmiento, pelo facto de ter exercido a sua actividade em ocupações que não se coadunavam muito com as suas predilecções intelectuais.

Em 1938, em regime livre, frequentou e concluiu o curso de preparação pedagógica da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Da sua vida profissional destacam-se, com muita importância, os inúmeros anos dedicados ao ensino, especialmente ao ensino técnico na Escola Oliveira Martins. Na opinião de Amorim (1964: 220), ao ingressar no ensino técnico, o Prof. Sarmiento coloca-se no rumo mais adequado à sua natural vocação de «modelador de espíritos e caracteres em que era artífice consumado, graças ao poder de transmitir aos seus alunos os conhecimentos inerentes às disciplinas a ensinar, à simplicidade e afabilidade do seu trato e à confiança que lhes inspirava o seu bem vincado espírito de justiça».

Assim, de 1936 a 1941, em 1942/3 e 1944/5 desempenhou as funções de professor provisório do ensino técnico. Nos anos de 1941 e 1942 acedeu à posição de professor estagiário, tornando-se professor efectivo a partir de Setembro de 1946 através da realização de exame de Estado para professor dos 7.º, 8.º e 9.º grupos, obtendo a classificação final de 17,6 valores.

Como complemento à actividade pedagógica desenvolvida no ensino técnico, nos anos de 1947 e 1948 organiza e põe em funcionamento, na Escola Comercial Mouzinho da Silveira, um Gabinete de Técnica Comercial. O Prof. Sarmiento desempenhou igualmente no ensino técnico o papel de vogal dos júris dos exames de Estado para professores efectivos do 6.º grupo, em 1949 e 1955. No ano de 1954 foi agregado à 5.ª secção da Junta Nacional de Educação, como vogal extraordinário, desempenhando um papel importante na avaliação de concursos para a publicação de livros oficiais de Contabilidade do ensino técnico.

Juntamente com a actividade pedagógica, o Prof. Sarmiento exerceu, em regime de profissão liberal, o papel de consultor de várias empresas, sobre assuntos administrativos, contabilísticos, económicos e financeiros. De 1942 a 1947 (ano da sua extinção), exerceu a função de director dos serviços administrativos da delegação do Porto da Comissão Reguladora do Comércio de Metais. Na Federação das Caixas de Previdência denominada «Carvões», exerceu a função de assistente técnico (administrativo e actuarial) de 1946 a 1955, data em que passou a Consultor Técnico.

Porém, era propenso a prestar desinteressadamente serviços a quem deles carecesse, o que lhe permitiu a conquista de amizades sinceras não só entre os seus condiscípulos e os seus alunos, mas também entre todas as pessoas que tiveram a oportunidade de com ele contactar (Amorim, 1964: 220).

A ligação do Prof. Sarmiento à FEP surge em 1955, quando, após concurso documental, foi provido como encarregado de curso⁸⁹ do 4.º grupo da Faculdade de Economia, em comissão de serviço. Quando concorreu pela primeira vez ao lugar de encarregado de curso, foi preterido por outrem que, na sua opinião, tinha habilitações inferiores às suas. Este facto produziu, segundo Amorim (1964: 221), no Prof. Sarmiento «uma impressão decepcionante» e que o levou a hesitar a concorrer uma segunda vez. Contudo, reuniu coragem para nova candidatura e, tendo vencido, de Novembro de 1955 a igual mês de 1961 o Prof. Sarmiento leccionou na FEP aulas teóricas e aulas práticas de 2 disciplinas: Teoria da Contabilidade e Economia e Legislação Industriais.

Na FEP, a sua actividade pedagógica foi muito intensa e para além de leccionar, na qualidade de encarregado de curso, desempenhou o papel de vogal dos júris de exame de admissão ao estágio de professores do 7.º grupo, nos anos de 1958, 1959, 1960 e 1961.

As suas qualidades de pedagogo eram extraordinárias, já que transmitia aos alunos os ensinamentos em linguagem clara, precisa e atraente. Amorim (1964: 220) considera-o um «pedagogo modelar» porque possuía não só os conhecimentos das matérias que ensinava mas também uma tendência inata para se fazer compreender sem dificuldade, o que fazia dele «um professor de categoria excepcional». O Prof. Carqueja, seu discípulo e amigo próximo, recorda que o Prof. Sarmiento possuía uma excelente caligrafia e domínio da estenografia, à qual recorria para tomar notas durante as provas orais dos seus alunos, sendo bastante criterioso no que diz respeito à avaliação dos mesmos.

A 9 de Julho de 1962, no salão nobre da Universidade, o Prof. Sarmiento iniciou as suas provas de doutoramento, tendo sido aprovado, por unanimidade, com a classificação de 18 valores, tornando-se assim o primeiro doutorado em Economia na

⁸⁹ Tal como previsto no Decreto-lei N.º 39226 de 28 de Maio de 1953, a figura do encarregado de curso, era privativa da faculdade e a esta categoria correspondia o vencimento de professor extraordinário. Os encarregados de curso eram obrigados ao mesmo serviço docente que a legislação exigia dos professores catedráticos.

Universidade do Porto. O seu doutoramento foi noticiado na imprensa nacional⁹⁰ e em revistas da especialidade, como é o caso da *Revista de Contabilidade e Comércio*, na qual a notícia foi assinada pelo professor e colega Manuel Baganha. Neste artigo refere Baganha (1962: 215) que muitos foram os que se decidiram a presenciar as provas de doutoramento, não só pelo facto de se tratar do primeiro, mas também pelo facto do Prof. Sarmento ter sido aluno do Instituto Superior de Comércio e, desta forma, este doutoramento «fazia a reabilitação de uma escola que, apesar dos indiscutíveis serviços prestados, acabou por ser extinta perante a indiferença da própria Universidade». As provas de doutoramento do Prof. Sarmento abordaram temas como a Concentração Industrial e a Tributação dos Lucros das Sociedades, matéria esta muito actual à data e do interesse do Prof. Sarmento que, em 1957, foi membro do grupo de trabalho encarregado do estudo da reforma da Contribuição Industrial, dirigido pelo Prof. Doutor Fernando de Seabra. Entre os arguentes das provas de doutoramento do Prof. Sarmento encontramos nomes importantes do panorama contabilístico nacional como sejam o Prof. Faria Lapa, o Prof. Gonçalves da Silva e o Doutor Caetano da Cruz Vidal, do Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras de Lisboa.

Apesar de uma vida preenchida e dedicada, o Prof. Sarmento cedo foi arrebatado por doença que surgiu de forma fulminante, acabando por falecer a 12 de Junho de 1964, a pouco dias de completar 51 anos, quando ainda muito se esperava dele.

As manifestações de pesar pelo seu falecimento não tardaram a surgir, especialmente por parte dos que tiveram o privilégio de com ele conviver. Exemplo do sentimento de profunda tristeza pela perda do Prof. Sarmento está bem patente nas palavras de Amorim (1964: 219). Tendo sido aluno do Prof. Lopes Amorim no Instituto Superior de Comércio do Porto, a este ficou sempre ligado «por uma amizade que tinha a fortalecê-la o reconhecimento dos seus privilegiados méritos não só no tocante à sua categoria intelectual mas também à sua cativante modéstia».

No que diz respeito à sua vida familiar, o Prof. Sarmento era marido da D. Esmeralda de Andrade Restivo Sarmento da qual teve dois filhos: José António Restivo Sarmento e Maria Fernanda Restivo Sarmento «que corresponderam ao seu zelo paternal com amor ao estudo» (Amorim, 1964: 221). O seu filho formou-se em Engenharia e foi professor catedrático da Faculdade de Engenharia da Universidade do

⁹⁰ Veja-se, por exemplo, o *Primeiro de Janeiro* de 10 de Julho de 1962 (Anexo VI.)

Porto, tendo-se aposentado em 1999. Quando o Prof. Sarmento faleceu, a sua filha era aluna da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto e, segundo o Prof. Carqueja, foi posteriormente para Londres. O Prof. Sarmento é recordado como chefe de uma família que «carinhosamente amava e para a qual vivia como os olhos postos» (Amorim, 1964: 221).

Após o seu falecimento, os colegas e amigos instituíram um prémio com o seu nome para o melhor aluno de Teoria da Contabilidade na FEP, como forma de apreço e reconhecimento da valia do seu contributo. Este facto raro testemunha o acolhimento e o respeito que lhe era dedicado⁹¹.

Também como forma de reconhecimento do trabalho desempenhado pelo Prof. Sarmento no ensino técnico, a 24 de Abril de 1974 foi oficializada a denominação da «Sala Doutor José António Sarmento» na Escola Comercial Oliveira Martins⁹² através de uma «significativa e comovida cerimónia»⁹³.

Nesta cerimónia foi lida a moção aprovada pelo Conselho Escolar da Escola Comercial Oliveira Martins aprovada em 28 de Julho de 1966. Esta moção reconhece as mais prestigiadas características ao Prof. Sarmento, nomeadamente as de «invulgar inteligência, conduta exemplar, modelo de competência, dignidade e zelo profissional».

⁹¹ O Regulamento do Prémio Doutor José António Sarmento foi aprovado pela Portaria N.º 21485 de 20 de Agosto de 1965, publicado no Diário do Governo N.º 187, I Série, a 20 de Agosto de 1965. Nele se estabelece que o prémio era constituído pelo rendimento anual da importância de 75000 escudos. De acordo com as informações dadas pelo Prof. Carqueja, o fundo produzia um rendimento muito significativo para a data, já que chegava a equivaler ao vencimento de um professor extraordinário ou assistente. O valor do Prémio Doutor José António Sarmento era superior ao dos prémios existentes à data, veja-se, por exemplo, os prémios Rotary cujo valor era de 500 ou 1000 escudos. Não foi possível recolher outras informações que pudessem esclarecer o que aconteceu a este prémio, quais os vencedores e porque deixou de ser atribuído. A perda de grande parte do arquivo da FEP no incêndio de 1974 é uma possível causa para a falta de registos relativos a este assunto.

⁹² A esta data, a Escola Comercial Oliveira Martins funcionava na Rua Major David Magno, uma rua paralela à Avenida Fernão Magalhães, na zona oriental da cidade do Porto, junto às Antas. A escola assumiu-se desde sempre como escola comercial, inserindo-se assim nos estabelecimentos de Ensino Técnico que integravam a estrutura de ensino em vigor até à década de 70 e que se caracterizavam pela coexistência de dois percursos alternativos: o Ensino Liceal, que preparava para o prosseguimento de estudos, e o Ensino Técnico que preparava para a entrada no mercado de trabalho. Após o 25 de Abril a escola passou a designar-se Escola Secundária Oliveira Martins e, inserida na rede nacional do ensino secundário, oferecia cursos tecnológicos e cursos de educação e formação profissional inicial em áreas que mantinham a sua ligação tradicional aos sectores económico e social. A título de exemplo, o curso profissional de Práticas Administrativas na cidade do Porto era leccionado unicamente nesta escola. Em 2006 a Direcção Regional de Educação do Norte encerrou o estabelecimento de ensino alegando «poucos alunos e problemas disciplinares». O edifício da escola foi entretanto objecto de demolição parcial e amplificação acolhendo hoje a Escola Artística Soares dos Reis que funcionava na Rua da Firmeza desde 1927.

⁹³ Esta cerimónia foi objecto de notícia na *Revista de Contabilidade e Comércio*, Vol. XLI, N.º 162, Abr. – Jun. de 1974, pp. 121-128. É desta notícia que são recolhidos os testemunhos dos intervenientes da homenagem.

A atribuição do seu nome a uma sala «de preferência onde seja leccionada a disciplina de contabilidade, disciplina que ele regeu com superior saber e inextinguível devoção», reforça a ideia de que as suas qualidades de professor não passaram despercebidas e provocavam grande estima em todos os que com ele conviveram. É pois oportuno transcrever as palavras de Luís Cardoso de Araújo, professor da Escola Oliveira Martins, nesta cerimónia:

Observador atento e arguto, sempre ávido de saber e pertinaz na vontade, o Professor Doutor José António Sarmiento era, por tendência, uma pessoa estudiosa e metódica. Espectador que sabia ver, interlocutor que sabia ouvir surpreendia pelo modo, como em consequência da sua perspicácia e poder de observação, analisava, apresentava e discutia assuntos e problemas.

A sua paixão pelo saber, pelo ensino e pela investigação científica foram constantes. (...) Ao longo de uma vida de estudo e de reflexão amalhara vasto cabedal de conhecimentos bem assimilados e perfeitamente arrumados que constituíam os alicerces firmes de uma inteligência e actividade invulgares.

A FEP esteve representada nesta cerimónia pelo Prof. Carqueja, que referiu o seguinte:

O privilégio de ter tido como professor o Doutor Sarmiento sentem-no bem os seus alunos da Faculdade de Economia ou desta escola. Conto-me entre os beneficiados e permito-me recordar duas facetas da personalidade do pedagogo: o calor humano que punha no trato e acolhimento que dispensava aos alunos, a isenção, talvez mesmo frieza, e realismo de cientista que, sem aparente esforço, mantinha em toda a tarefa de estudo.

E foi exactamente do Prof. Carqueja que partiu a última homenagem feita ao Prof. Sarmiento. Como forma de laurear o mestre, o Prof. Carqueja ofereceu à biblioteca da FEP um conjunto de livros, alguns deles com valor histórico. Estes livros foram alvo de tratamento documental e tornaram-se disponíveis para consulta desde Maio de 2008, numa estante que constitui o “Fundo Doutor José António Sarmiento”⁹⁴.

⁹⁴ O Fundo José António Sarmiento é constituído, actualmente, por 125 exemplares, alguns deles autênticas raridades, que, pela atitude altruísta do Prof. Carqueja, se encontram acessíveis a todos os que tiverem a curiosidade de os conhecer. Fazem parte deste espólio 4 exemplares de números da *Revista Comércio e Contabilidade* editada em 1926, onde se incluem artigos da autoria do poeta Fernando Pessoa. O livro mais antigo do fundo intitula-se “*Contas Correntes simples e com juros: métodos hamburguês, directo e indirecto*”, da autoria de Alfredo Lamas e editado em 1750. Também é possível

3.2. Bibliografia

3.2.1. Trabalhos Publicados

O Prof. José António Sarmento não foi um autor muito produtivo (Carqueja, 2003c: 5). Mas quantidade nunca foi sinónimo de qualidade, de modo que o pouco que escreveu é muito, porque deveras valioso.

As suas publicações iniciaram-se em 1947 com um artigo no Boletim *Seguros* e terminaram em 1962, a quando da publicação da sua tese de doutoramento.

Neste capítulo serão apresentados, por ordem cronológica de publicação, os trabalhos da autoria do Prof. Sarmento. Procurou-se, assim, fazer referência a todas as publicações do Prof. Sarmento, analisando, resumidamente, o conteúdo das publicações mais significativas e destacando, para cada uma delas, as ideias fundamentais⁹⁵.

3.2.1.1. «Pensões de Sobrevivência»⁹⁶

Trata-se de um artigo publicado no boletim *Seguros*, N.º 41, em Novembro de 1947, páginas 7-11, editado pelos Sindicatos Nacionais de Seguros de Lisboa e Porto.

Quando da publicação deste artigo, Sarmento desempenhava funções de professor efectivo do ensino técnico, desde Setembro de 1946. E, ainda a nível profissional, desempenhava a função de assistente técnico (administrativo e actuarial) da «Carvões» – Federação das Caixas de Previdência. Sendo Actuário-Consultor encarregado de numerosos trabalhos relativos a instituições de Previdência da Câmara Municipal do

encontrar exemplares de outros nomes importantes da contabilidade como sejam De La Porte (1974), Everard Martins (1952), F. Caetano Dias (1936), Ricardo de Sá (1926) e várias publicações de Raul Dória. O Prof. Carqueja possui ainda um número elevado de livros que pretende no futuro doar à FEP no sentido de aumentar este fundo.

⁹⁵ As citações deste capítulo são, naturalmente, da autoria Prof. Sarmento. De modo a não sobrecarregar o texto, optou-se por, no início de cada subcapítulo, referenciar a publicação em causa, subtraindo ao texto a indicação do ano e da página.

⁹⁶ Comprovadamente da autoria de José António Sarmento, já que o mesmo é referenciado no seu *Curriculum Vitae*, o artigo «Pensões de Sobrevivência» está assinado por *Sigma*. A título de curiosidade questioneei o Prof. Carqueja relativamente a esta assinatura. Na opinião do Prof. Carqueja, *Sigma* poderá ser visto como uma sigla, ou seja, uma letra inicial que se usava como abreviatura nos manuscritos. Na verdade, *Sigma* constitui a letra do alfabeto grego correspondente ao nosso *S*. Ora sendo Sarmento um mestre da estenografia, é possível que lhe atribuísse um significado específico. (A hipótese mais plausível será o uso de *Sigma* para significar Sarmento?).

Porto, do Serviço de Transportes Colectivos do Porto e dos Caminhos de Ferro do Norte de Portugal, justifica-se plenamente a publicação deste artigo no âmbito da previdência.

Nesta primeira publicação, a escrita de Sarmento é de linguagem cuidada mas relativamente simples, o que torna o texto bastante perceptível. Começando por se desculpar quanto à «pobreza da forma», tal desculpa é perfeitamente desnecessária porque é nessa mesma «pobreza da forma» que reside a riqueza da sua exposição.

O artigo aqui analisado surge na forma de um estudo, está dividido em 13 tópicos e inclui 2 exemplos de aplicação. O Prof. Sarmento começa por referir que a publicação deste artigo é oportuna, uma vez que, à data da publicação, iria ser ampliado o quadro de regalias da Caixa Sindical de Previdência dos Profissionais de Seguros. De acordo com Sarmento, esta seria uma boa oportunidade para incluir nesse quadro de regalias a modalidade das pensões de sobrevivência.

Apesar de afirmar que as pensões de sobrevivência são uma modalidade de seguro «complexo, normalmente caro, de efeitos sociais múltiplos e nem sempre convergentes» justificam-se pelo seu «carácter de renda» que lhe confere uma «continuidade tranquilizadora, bem ao contrário dos subsídios por uma só vez». Assim, a não inclusão desta modalidade de seguro na previdência social da Organização Corporativa deve-se ao facto da sua implementação ser muito cara. Deste modo, o artigo é orientado no sentido de responder a uma questão: «Sendo oportuna a criação da modalidade de pensões de sobrevivência, consenti-la-á o custo do seguro, na presente conjuntura?»

As reflexões de Sarmento, quanto às pensões de sobrevivência são fundamentalmente as seguintes:

1. As modalidades tradicionais de pensões de sobrevivência devem ser as de rendas de viuvez e as de rendas de orfandade;
2. As condições de vigência destas pensões seriam as tradicionais, no entanto, defende que nas rendas de orfandade a idade limite deverá ser a de 18 anos para «filhos varões capazes» e a mesma idade ou idade entre os 20 e os 25 anos para as filhas solteiras;

3. O montante das pensões deve ser ponderado atendendo a diversos factores tais como as condições sociais, profissionais e financeiras do segurado, parentesco, número e condições especiais dos beneficiários. Para as rendas de viuvez será de adoptar o tipo crescente com o tempo de contribuinte e para as rendas de orfandade deverá optar-se por um quantitativo independente do tempo de contribuinte mas dependente do número de órfãos e da sua situação.

Os 2 exemplos de aplicação surgem no sentido de dar resposta à questão colocada relativamente à oportunidade da implementação da modalidade em face do custo do seguro.

Conclui-se neste artigo que seria possível criar um esquema de pensões de sobrevivência tendo em conta uma contribuição mensal média na casa dos 3% do salário ou vencimento do trabalhador, repartível convenientemente entre empregado e empresário.

Quanto ao facto desta contribuição estar ou não «acima das capacidades económico-financeiras do empregado beneficiário e da entidade patronal» à data da publicação do artigo, refere Sarmiento que é necessário analisar a situação sector a sector.

No que concerne à indústria de seguros entende o professor que existiam condições e vontade da parte da entidade patronal em criar as pensões de sobrevivência. Conclui ainda que o mais correcto seria a Caixa Sindical dos Profissionais de Seguros a primeira entidade a implementar esta modalidade de previdência.

3.2.1.2. «Ensino da Disciplina G – Meios de Acção»

Esta publicação resulta das funções didácticas desempenhadas pelo professor Sarmiento no ensino técnico, já que constitui uma dissertação apresentada para exame de Estado do 7.º Grupo e que, por iniciativa superior, foi inserta no boletim *Escolas Técnicas*, N.º 5, Vol. II, 1948, páginas 76-105.

Com data de Setembro de 1945, esta dissertação precedeu o exame de Estado de 1946 no qual Sarmiento obteve a classificação de 17,6 valores, tornando-se assim professor efectivo do ensino técnico.

Este trabalho caracteriza-se por um «sentido eminentemente pedagógico» e espelha a vocação de Sarmento para o ensino. Através desta exposição, Sarmento procura fugir de grandes «especulações teóricas» porque no ensino a que se destina a atenção está «mais no sentido prático que especulativo».

A tese está dividida em 3 partes distintas e, para além destas, inclui uma introdução, uma conclusão e uma bibliografia⁹⁷. No final de cada uma das partes é apresentado um resumo que sintetiza as principais ideias a reter.

Na primeira parte do trabalho surge a preocupação com a delimitação da tese. Sendo um trabalho bastante objectivo, é possível identificar, já nesta primeira parte, a visão científica do Prof. Sarmento que, nos seus trabalhos, recorria à definição do método, do objecto e do fim ou objectivo a que se propunha atingir.

No que diz respeito à educação, o Prof. Sarmento define os seguintes conceitos:

- a) Objecto: a própria pessoa humana educável; o educando.
- b) Agente: o educador; o sujeito do ensino.
- c) Ambiência: o meio natural e social em que educando e educador se agitam.
- d) Fins: os «valores» que no educando se querem integrados, os ideais que se pretende ele venha a atingir ou a servir.
- e) Método: a via que se percorre para atingir os fins já indicados.

Apresentando a educação como «acção exercida pelas gerações adultas sobre as gerações jovens para adaptá-las a si mesmas e, conseqüentemente, ao meio físico e social», assume como postulado que «o professor não deve só instruir, ensinar *sensu stricto*; também deve educar».

O objectivo da sua tese é aqui claramente indicado, já que se propõe a estudar os meios ou recursos que permitam aos professores das escolas técnicas comerciais elementares o ensino melhor e mais eficiente da disciplina g)⁹⁸.

Na segunda parte do trabalho, com o título «Dados Gerais», são expostos os seguintes tópicos:

⁹⁷ Uma vez que o trabalho apresentado é sintético, entendeu por bem o Prof. Sarmento isentá-lo de citações, transcrições ou referência bibliográficas. Contudo, não deixou de indicar no trabalho as obras que mais directamente influenciaram o texto, através da inclusão de uma pequena bibliografia.

⁹⁸ A disciplina g) denominava-se de Noções Gerais de Comércio, Contabilidade e Escrituração Comercial.

1. Os fins a atingir

Muito embora o problema dos «meios» se sobreponha com frequência ao problema dos «fins», os fins que se pretendem atingir no âmbito da pedagogia, por «carência de objectividade científica» são enquadrados no campo da filosofia e são, em sentido lato, os «valores», os «ideais» humanos tendo em conta «o indivíduo, a família, a nação, a humanidade; o Estado, a Igreja; a matéria e o espírito».

Através de uma dedução, ou seja, de uma visão do geral para o particular, o Prof. Sarmiento parte:

- a) *Do que se pretende do professor em geral* – que veja o educando como um todo – passando por:
- b) *O que se pretende do professor do ensino técnico elementar oficial* – quer-se um homem prático sendo que não esqueça que por vezes o rigor da teoria deve sacrificar-se às conveniências da prática – para terminar com:
- c) *O que se pretende do professor da disciplina g)* – que tire todo o partido do valor intelectual, social, estético e moral das ciências comerciais presentes na disciplina.

2. O educando escolar

Relativamente a este tópico a principal ideia é a de que «não há dois educandos iguais» e assim, sendo o Homem um ser complexo, o professor não deve esquecer que o educando se apresenta como uma criança em desenvolvimento e evolução constante. O educando está pois em «perpétuo devir».

3. A ambiência

Realça-se neste tópico a importância do meio como factor condicionante da personalidade. De facto, «o meio deixa no homem as suas marcas».

Os educandos da disciplina g) são condicionados pela Família, pela Sociedade e pela Escola na qual se inserem, sendo fundamental atender à ligação entre estes 3 ambientes.

4. As modernas práticas pedagógicas

São aqui explicadas de forma bastante resumida as «escolas-novas» que mais podem interessar ao ensino técnico elementar, como sejam:

- O Sistema Decroly;
- O Sistema dos «projectos» (de Dewey);
- O Dalton – Plan;
- O Sistema de Winnetka;
- O Sistema de Gary;
- O Project-method;
- O trabalho «por fichas» e;
- O trabalho «por equipas»⁹⁹.

De todas estas escolas pretende o Prof. Sarmento aproveitar virtudes, adaptando-as às necessidades do ensino técnico de acordo com as especificidades dos educandos e do seu ambiente.

5. O que ensinar

Uma vez que a tese se preocupa com aos meios de acção ao dispor do professor para o ensino da disciplina g), e não propriamente quanto aos conteúdos da disciplina, tomou-se como ponto de partida o programa da disciplina à data de elaboração da tese, não fazendo grandes considerações quanto ao que ensinar.

⁹⁹ O trabalho «por equipas» visto como um «correctivo» do sistema de ensino que visa «individualizá-lo» e «socializá-lo» foi técnica de eleição por parte do Prof. Sarmento que o aplicou nas suas aulas de Teoria da Contabilidade na FEP, principalmente nos primeiros anos quando o número de alunos era mais reduzido. Prova disso mesmo é o testemunho de Roquette (2005: 12) que afirma: «Organizavam-se diferentes grupos alargados para desfazer dúvidas e havia muita disponibilidade dos professores (...). O José Sarmento era, nessa vertente, excepcional criando equipas de 4 e 5 com um projecto específico para cada grupo. Isso contribuiu muito para criar um ambiente de trabalho de grande qualidade.»

A terceira e última parte do trabalho aborda a questão central: os meios de ensino da disciplina g).

A preocupação didáctica ao nível do ensino técnico elementar deve, segundo Sarmento, basear-se em «ver», «fazer» e «sistematizar».

No que diz respeito ao «ver», elege-se a escola de Dewey (Project – method) como aquela que apresenta melhores soluções, procurando voltar a escola para a vida social e, principalmente, para a vida profissional. Desta forma, os meios de acção que permitem ao educando «ver» serão os jogos, as lições, as projecções luminosas, os laboratórios e museus. De todos estes meios, o «museu de documentação comercial»¹⁰⁰ é o meio de eleição. Os laboratórios seriam a «óptima solução» mas, dado ao facto de a escola técnica ser «muito pobre de recursos», um simples escritório constitui «um bom laboratório».

Na verdade, o escritório é apresentado como o meio de acção que permite ao aluno o «fazer». Este escritório seria constituído na escola e dividido em «escritório simples» e «escritório médio». Os alunos seriam divididos pelos diferentes escritórios consoante estivessem no primeiro ou segundo grau e trabalhariam em «documentos» ou em «documentos e contabilidade», ou seja, o trabalho do escritório ia «subindo os degraus da disciplina».

A aula surge como o meio de acção ideal para a sistematização. Quanto a ela o Prof. Sarmento realça a necessidade de eliminar «vícios correntes de linguagem técnica» procurando não tratar as questões relativas à contabilidade com «carácter de receituário» pois «tendo a contabilidade atingido já uma certa maturação científica» torna-se necessário classificar, sistematizar e generalizar os conteúdos.

Tendo definido os meios de acção fundamentais como sendo o museu, o escritório e a aula, a tese termina com a referência à necessidade de interacção entre estes meios e a necessidade de articular estes meios com meios complementares como sejam as conversações simples entre alunos e professores, a «redacção e feitura» dos jornais e revistas escolares ou as visitas e excursões a locais ou organizações económicas.

¹⁰⁰ Do museu de documentação comercial fariam parte documentos e fotografias representativos da praça do Porto, numa clara alusão às transacções mais frequentes nesta praça. O comércio do Vinho do Porto é o exemplo usado, destacando o facto de se poderem recriar várias perspectivas do negócio desde a carta com a simples intenção de compra, ao transporte do vinho em cascos para os armazéns de Gaia até ao pagamento de uma letra num escritório.

3.2.1.3. «Problemática Contabilística (Nas Unidades Produtivas)»

Esta publicação constitui uma separata da *Revista de Contabilidade e Comércio*, N.º 109 de 1960¹⁰¹. Neste ano o Prof. Sarmento leccionava na FEP as aulas teóricas da disciplina de Teoria da Contabilidade e da disciplina de Economia e Legislação Industriais¹⁰².

O artigo está dividido em 3 grandes partes: a Introdução, a Problemática Logismológica e as Reflexões Finais.

Mesmo antes da introdução, Sarmento justifica a origem do artigo esclarecendo que o mesmo surge de um sentimento vivido por muitos e reconhecido por ele próprio, e por um seu amigo a quem acaba por entregar o escrito, chamando-lhe mesmo «um escrito para Garcia»¹⁰³. O sentimento em causa é o de que os estudos de índole contabilística da época careciam de «maturidade científica». Nas próprias palavras de Sarmento, os problemas de cariz contabilístico eram tratados de «modo casuístico» e as soluções encontradas possuíam um «carácter de receituário».

Assim, consciente da necessidade de algo ter de ser feito no sentido de tratar cientificamente os problemas contabilísticos mediante uma abordagem objectiva e num sério «esforço de teorização» surge esta publicação.

Na Introdução, Sarmento reconhece a existência de uma base científica para a ciência contabilística e afirma que o seu artigo pretende «ver onde se está», ou seja, servir de ponto de síntese ou de referência numa altura em que a ciência contabilística dava os seus primeiros passos.

Também na Introdução é referido que as opiniões e ideias expostas no artigo dizem respeito unicamente às unidades económicas de produção, isto é, «às unidades produtivas das economias descentralizadas»¹⁰⁴.

¹⁰¹ Sendo que anteriormente foi publicada na *Revista de Contabilidade e Comércio*, Vol. XXVII, N.º 108, Out. – Dez. de 1959, pp. 415-452.

¹⁰² As aulas teóricas de Teoria da Contabilidade faziam parte do 3.º ano de curso e ocorriam 3 vezes por semana, com a duração de uma hora cada. A disciplina de Economia e Legislação Industriais era do 4.º ano do curso e as aulas teóricas ocorriam 3 vezes por semana, também com a duração de uma hora cada aula.

¹⁰³ Trata-se de José Henriques Garcia, fundador da *Revista de Contabilidade e Comércio* e seu director de 1933 a 1974.

¹⁰⁴ Talvez a atenção centrada nas unidades produtivas se deva ao facto de leccionar Economia e Legislação Industriais quando foi publicado este artigo.

Na primeira parte do artigo, a Problemática Logismológica, Sarmento afirma que a definição de um quadro de estudos pode ser feito recorrendo ao *objecto*, ao *método* ou à *problemática*. Dado que considera o objecto e o método formas precárias de definir e delimitar o quadro de estudos de uma disciplina, Sarmento opta por recorrer à problemática, ou seja, ao conjunto dos problemas postos por um domínio do pensamento ou da acção como forma de estudar a teoria contabilística.

Porque entende que a contabilidade deve ser caracterizada de acordo com os problemas que pretende resolver, Sarmento refere que a teoria e a técnica contabilística são íntimas e determinam que os problemas teóricos da contabilidade são sempre problemas teórico-técnicos, muito embora possam ser predominantemente teóricos ou predominantemente técnicos.

Assim, apresenta como objectivo da contabilidade: «a análise e prospecção de estruturas (patrimoniais) e fenómenos (gestivo-patromoniais) através da sua expressão e medida» e cinde a problemática da teoria contabilística em 3 grandes campos:

- Análise;
- Medida e
- Planeamento.

É sobre estes 3 campos que se debruça Sarmento na grande parte deste artigo, os quais se procuram sintetizar em seguida.

1. Problemática da Medida

Esta problemática constitui aquilo que muitos autores chamam de valorimetria contabilística e é aquela de que mais de ocupa Sarmento ao longo de todo o artigo. Medir, para poder analisar, ou seja, comparar, nem sempre é fácil, pelo facto de os valores contabilísticos se expressarem em diferentes unidades de medida. A homogeneização dos valores recorrendo à unidade monetária é solução mais utilizada, para tentar resolver os problemas de medida.

Sarmento define valorimetria contabilística como o «conjunto de princípios; postulados; convenções para apreender e acompanhar o devir valorativo das coisas». Classifica as grandezas da valorimetria contabilística em «grandezas menores», como sejam as receitas, despesas, proveitos e custos, e «grandezas maiores», tais como o

capital e o rédito ou resultado. Tendo o cuidado de definir e explicar cada uma delas, considera os custos como as grandezas básicas da medida contabilística.

Desta forma, preocupou-se em definir e explicar os conceitos de custo quer ao nível da literatura económica (custo psíquico, monetário, real) quer ao nível da literatura contabilística (custo do produto, da actividade ou serviço, da empresa).

De acordo com a sua visão da problemática da medida, os campos da valorimetria contabilística são:

- a) *Valorimetria endógena ou interna* – destinada a possibilitar a medida e análise dos factos que forem ocorrendo vistos de dentro, para efeitos da acção gestiva do quotidiano. Nesta valorimetria os custos representam o problema central;
- b) *Valorimetria exógena* – destinada a dar medida do capital e do rédito da empresa para fins ocasionais ou normais de distribuição de lucros, considerando o que se passa fora da unidade;
- c) *Revalorimetria* – destinada a referir todos os valores contabilísticos ao módulo monetário de uma dada época, o problema central será o de eleger o ou os factores susceptíveis de converter unidades monetárias «desiguais» numa mesma e única unidade.

Todos estes campos da valorimetria foram analisados por Sarmento, especialmente no que diz respeito aos custos, no âmbito da valorimetria endógena e à determinação do capital e do rédito no âmbito da valorimetria exógena. Para além de classificar os custos quanto a diferentes factores, definiu os custos a considerar para os produtos das empresas industriais com base em exposições da autoria do Prof. Gonçalves da Silva.

Surge também neste artigo uma primeira definição de património de uma empresa, que não é mais do que «um conjunto de meios de materialidade económica que constituem um dos objectos sobre que se exerce a acção dos seus órgãos gestivos, com vista ao prosseguimento da sua finalidade – uma produção lucrativa de bens ou serviços». As variações aumentativas ou diminutivas verificadas no valor do património, num determinado período de tempo constitui assim o resultado.

Sarmiento distingue o fim básico dos estudos contabilísticos consoante se encarem os fenómenos patrimoniais do ponto de vista de uma óptica do capital (teorias clássicas ou estáticas) ou do ponto de vista de uma óptica do rédito (teorias dinâmicas).

Para determinação do rédito apresenta um processo empírico e um processo sistemático, à luz da óptica do capital, mas também apresenta a determinação do rédito através da óptica dos custos referindo Schmalenbach e Zappa, na qual o rédito é dado pela diferença entre o somatório dos proveitos e o somatório dos custos.

2. Problemática da Análise

Nesta problemática, Sarmiento começa por esclarecer que a análise a levar a cabo é a «análise dos fenómenos gestivos susceptíveis de expressão numérica», e ainda a análise do que poderá afectar o património da unidade independentemente da gestão. Assim, a análise contabilística é uma análise patrimonial que deve ser, acima de tudo, uma análise global. Contudo, é aceitável que tal análise seja dividida em análise financeira (que incide sobre as receitas e despesas) e em análise económica (que incide sobre os custos e proveitos).

São também apresentados neste capítulo outros desdobramentos de análises assumindo particular interesse as análises viradas para os «pontos cardiais» que orientam a unidade produtiva, são eles:

- a) A estabilidade financeira;
- b) A rendabilidade;
- c) A produtividade e a;
- d) Economicidade.

As medidas de rendabilidade, produtividade e de economicidade são aqui explicitadas de forma sintética e irão constituir o objecto de trabalho da próxima publicação do Prof. Sarmiento.

3. Problemática do Planeamento

Quanto à problemática do planeamento, esta inclui o planeamento da própria acção gestiva a desenvolver, falando neste caso em orçamentação, mas também o planeamento da relevação.

O planeamento da relevação exige a preparação de modelos e a criação de diferentes sistemas como sejam:

- a) *Sistema de valores* (sistema de contas) que captam os factos gestivos patrimoniais quantificáveis;
- b) *Sistemas de conceituações* conjunto de conceitos-chave, princípios, critérios valorimétricos e normas;
- c) *Sistema de representação* classes e constelações de valores a eleger em sistema e suas denominações;
- d) *Sistema de coordenação* de acordo com a técnica eleita (unigráfica, digráfica ou multigráfica) e usando diferentes órgãos (livros, folhas, ficheiros) onde se faz a relevação.

A problemática logismológica é sintetizada arrumando os problemas de análise, medida e planeamento nas duas grandes divisões da contabilidade, conforme se pode verificar pelo quadro seguinte:

	Análise	Medida (Valorimetria)	Planeamento
Contabilidade Geral	Incide sobre Inventários, Contas de Resultados e Balanços	Utiliza valores «reais» e «históricos» ou preços de mercado eminentemente instáveis	Estabelece conceitos operacionais necessários à análise e medida
	Usa rácios e diagramas	Visa a determinação do Capital ou do Rédito	Cuida do delineamento dos «planos de contas», ou «sistemas de representação», dos «sistemas de coordenação» necessários à técnica de relevação quase exclusivamente «intra-contas»
	Visa denunciar estruturas e fenómenos patrimoniais		
	Encara aspectos financeiros e económicos	Possibilita o cálculo de valores «absolutos» ou de razões necessários à análise.	
	Foi durante muito tempo uma análise «estática»		

	Análise	Medida (Valorimetria)	Planeamento
Contabilidade Interna	Incide sobre Contas, Orçamentos e Balanços relativos à exploração	Usa valores «teóricos» ou de «norma», predeterminados eminentemente estáveis	Estabelece conceitos operacionais necessários à análise e medida
	Usa rácios, desvios e variâncias, gráficos e diagramas	Visa comumente o cálculo dos custos	Problemas análogos aos da contabilidade geral, mas a relevação antecedente ou orçamental e a relevação «intra» ou «extra-contas» para cálculo dos custos assume relevo nítido.
	Visa denunciar a racionalidade da gestão ou eficiência das combinações produtivas	Possibilita o cálculo de valores «absolutos» e ainda para fins de análise, a determinação de índices	
	É eminentemente «dinâmica»		

Fonte: *Elaboração própria*

A última parte desta publicação diz respeito às reflexões finais. Mas, mais do que respostas, interessam as questões que são erguidas e que fazem desta obra uma meditação à cerca da contabilidade e da necessidade de reconhecer um «corpo de conhecimentos» que constitui uma «autêntica ciência».

Referindo que os contabilistas «planificam, medem e analisam», a primeira questão que se coloca é saber exactamente «o quê?». Na resposta a esta questão podemos afirmar que o Prof. Sarmento, na linha de pensamento de Amorim (1929: 198) e Gonçalves da Silva (1968), elege o património como o objecto da contabilidade, no entanto, esclarece que o património de um não é necessariamente, ou inteiramente, o património de outro.¹⁰⁵

Porque a escolha do património como objecto da contabilidade não é pacífica, entende Sarmento que a delimitação do âmbito da contabilidade apenas com base no seu objecto não é significativa, até porque o objecto eleito para definir um ramo do saber pode ser objecto de outros mais ramos.

Assim, deveremos igualmente atender ao método usado pelos contabilistas para definir a contabilidade. Quanto ao método os contabilistas servem-se quer do método de relevação, quer do método geral ou científico. Através da técnica de relevação,

¹⁰⁵ Considerar o património como cerne da contabilidade determinou a criação do termo «patrimonialismo». Contudo, tal como refere Carqueja (2003b: 112), podemos estar a falar de patrimonialismo e a este conceito equivalerem posicionamentos muito diferentes. Podemos falar do estudo do património como objecto da contabilidade ou então do estudo do património como objecto da informação contabilística.

preparam-se «modelos» de «observação, interpretação e previsão» que possibilitam decisões.

Mas, afirma Sarmento, os modelos são apenas «simples veículo para a interpretação e estudo dos factos ou fenómenos do mundo que representa», pelo que acima dos modelos, são as acções de «estudo, investigação, análise» e as «tentativas esforçadas de formulação de proposições gerais e objectivas» que conduzem os estudos contabilísticos para um verdadeiro conhecimento científico.

Desta forma, a principal conclusão a retirar desta publicação é a de que a definição da contabilidade deve atender não tão somente ao objecto nem ao método, mas mormente «à natureza íntima dos problemas contabilísticos» para que se possa construir uma teoria contabilística que não seja apenas «a teoria de uma prática».

3.2.1.4. «Medidas de racionalidade económica empresarial: produtividade, rendabilidade, economicidade»

Esta publicação constitui igualmente uma separata da *Revista de Contabilidade e Comércio*, com data de 1961,¹⁰⁶ e deve ser compreendida no seguimento da publicação anterior. De facto, ao explicar a problemática da análise contabilística, Sarmento referiu-se aos termos de rendabilidade¹⁰⁷, economicidade e produtividade como «pontos cardeais» orientadores das unidades produtivas.

O Prof. Sarmento justifica este artigo com as seguintes necessidades:

1. Alargar o conceito das medidas de produtividade e economicidade e rendabilidade no foro contabilístico;
2. Fixar terminologia;
3. Delimitar áreas conceptuais a que se devem aplicar.

O texto está estruturado em 4 partes incluindo uma Introdução, uma parte para cada uma das medidas de racionalidade e uma síntese.

¹⁰⁶ Foi objecto de publicação na própria revista no seu Ano XXVIII, N.º 111, Jul. – Set. de 1960, pp. 249-286.

¹⁰⁷ O termo *rendabilidade* acabou por cair em desuso na linguagem económica e financeira, passando a preferir-se o termo *rendibilidade*, no entanto, por questões de coerência mantêm-se os termos usados pelo autor.

Sarmento introduz o tema definindo eficiência (industrial) como «aptidão ou capacidade que dada micro ou macrounidade tem para levar a cabo, nas melhores condições determinada produção». No entanto, esta capacidade tem de se apoiar numa *racionalização* dos esforços necessários. Deste modo, falar em eficiência significa admitir uma acção racional, quer interna quer externa, que deve ser levada a cabo através de «previsão, planeamento prévio e cálculo económico». As medidas de produtividade, rendabilidade e economicidade servem efectivamente para medir os efeitos económicos da acção racional desenvolvida pelos empresários.

Nos tópicos seguintes é desenvolvida cada uma das medidas.

1. Produtividade

Para o termo produtividade Sarmento apresenta duas acepções: a primeira constitui a faculdade de produzir, a segunda surge como a relação entre a quantidade de riquezas produzidas e a quantidade de recursos utilizados na produção, ou seja, uma relação entre o produto e os factores usados.

A produtividade pode exprimir uma aptidão ou uma mentalidade, mas é essencialmente o facto de exprimir uma medida que tornou o conceito de produtividade atractivo.

O Prof. Sarmento define quer produtividade global quer produtividade específica e dá especial realce à produtividade do trabalho e à forma como se pode medir a produtividade nas empresas.

Quanto aos factores de que depende o aumento da produtividade, são apontadas as seguintes condições:

- 1) Condições técnicas:
 - a) Mecanização do processo produtivo;
 - b) Racionalização da produção mediante a organização científica do trabalho e através do planeamento de toda a produção;
- 2) Condições humanas:
 - a) Estabelecimento de relações humanas na empresa;
 - b) Formação profissional;
 - c) Espírito de cooperação;

3) Condições psicológicas:

- a) Espírito produtivista (fazer mais e melhor);
- b) Mentalidade progressiva, aberta, permeável às ideias dos outros;
- c) Espírito inovador e gosto pela mudança.

2. Rendabilidade

Também a rendabilidade pode ser vista como uma aptidão da empresa para produzir lucros destinados a remunerar o elemento empresarial, como uma mentalidade, já que os empresários procuram produzir ao menor custo e procurando fora da empresa melhores preços, ou então como uma medida.

No que respeita à rendabilidade como uma medida, podemos aferir o índice de racionalidade económica do empresário que procura assegurar maiores lucros para a sua empresa medindo esses mesmos lucros. São pois apresentadas taxas de rendabilidade através da óptica do capital (a taxa de rendabilidade resulta da razão entre resultado e capital) e da óptica dos custos (a taxa de rendabilidade resulta da razão entre resultado e custos do exercício).

3. Economicidade

Para explicar o conceito de economicidade o Prof. Sarmento recorre a dois princípios formulados por W. Prion:

- a) *Economicidade da unidade produtiva no aspecto interno ou de «exploração»* a economicidade é tanto maior quanto menor for o volume de meios utilizados para determinado nível de produção;
- b) *Economicidade no aspecto externo ou no aspecto «empresa»* a economicidade é tanto maior quanto maior for o ganho monetário assegurado por determinado capital ou quanto menor for o capital para assegurar determinado ganho monetário.

Relativamente à aproximação do conceito de economicidade à contabilidade, Sarmento salienta os contributos de Schmalenbach com a teoria do «balanço dinâmico» e de Schmidt com a teoria do «balanço orgânico» que procuraram fazer do balanço um

instrumento de controlo da economicidade. Mas a aproximação do conceito de economicidade à contabilidade deu-se essencialmente com o desenvolvimento da contabilidade interna e com a comparação de valores efectivos com valores norma ou padrões. Desta forma, os índices de economicidade comportam sempre uma razão entre valores efectivos e valores planeados ou previstos.

Na síntese deste artigo, refere o Prof. Sarmento que as 3 medidas apresentadas se completam e que, de entre os conceitos explicitados, o de economicidade é aquele que frequentemente é usado com diferentes significados. Em sentido lato a economicidade abrange todas as medidas de racionalidade e, em sentido restrito, apenas se refere ao confronto de valores efectivos com valores teóricos.

3.2.1.5. Prefácio e tradução de «*O Circuito Económico nas suas Relações com a Teoria do Valor e do Cálculo Racional da Economia da Empresa*»

Este artigo publicado na *Revista de Contabilidade e Comércio*, Ano XXIX, N.º 113 e 114 de Jan. – Jun. de 1961, páginas 5-34, coloca o Prof. Sarmento no papel de tradutor do Prof. Abram Mey. Não se pretende aqui desenvolver o artigo em questão, mas fazer breve referência ao prefácio deste artigo também da autoria do Prof. Sarmento.

No prefácio deste artigo, o Prof. Abram Mey é apresentado pelo Prof. Sarmento como um continuador da obra do fundador da denominada «escola holandesa de economia da empresa»: o Prof. Limperg. Aliás, foi mesmo o Prof. Abram Mey que substituiu em 1949 o Prof. Limperg na Faculdade de Ciências Económicas da Universidade de Amesterdão, leccionando a disciplina de Economia Industrial.

A tradução do artigo do Prof. Mey surge como forma de satisfazer as aspirações deste de fazer chegar a Portugal as teorias de Limperg. Mas estas teorias já haviam sido apresentadas em artigo igualmente publicado na *Revista de Contabilidade e Comércio* no ano de 1953, da autoria de Louis Perridon, traduzido por Cruz Vidal.

A disciplina de Economia Industrial era leccionada na Faculdade de Economia do Porto, à data da publicação deste artigo, pelo Prof. Sarmiento, pelo que se entende que este estaria, sem dúvida, à altura da tarefa de tradução deste trabalho.

Para além de apresentar os problemas que são retratados no artigo, o Prof. Sarmiento também assume uma posição crítica ao afirmar que o aspecto mais interessante do texto é o confronto entre a forma tradicional de cálculo dos custos e a forma limpergiana.

O cerne da teoria limpergiana apresentada neste artigo do Prof. Mey pela voz do Prof. Sarmiento é a separação de conceitos como o de despesa, sacrifício e custo, ou seja, a separação entre o financeiro e o económico. A teoria do custo de produção de Limperg tem pois como máxima fundamental a de que só os sacrifícios que o produto exige no momento da sua colocação à venda estão na base do preço a oferta, pelo que não usa nos cálculos os preços pagos nos momentos de aquisição, mas sim os valores dos factores respectivos no momento do consumo produtivo.

3.2.1.6. «Alguns aspectos do problema da Gestão e Análise Contabilística dos Stocks»

Este trabalho representa a última publicação do Prof. Sarmiento e constitui a sua Dissertação para Doutoramento, apresentada na FEP em 1962.

Trata-se de uma obra com 259 páginas que se inclina para o problema da análise contabilística dos stocks. A escolha no tema para este trabalho, tal como afirma o Prof. Sarmiento no prefácio da obra, não fugiu ao facto de exercer funções de docente no 4.º grupo da FEP, já que este tema cai precisamente do âmbito deste grupo.

Mas para chegar ao problema da análise contabilística dos stocks, Sarmiento opta pelo caminho da Economia da Empresa e da Gestão. Assim, parte do «delineamento geral do problema da gestão dos stocks, para chegar depois aos aspectos contabilísticos». Desta forma, não é apresentado um modelo particularizado com o objectivo de constituir uma solução para os problemas de gestão de stocks, mas sim uma tentativa de «edificação de critérios gerais».

Por se tratar de um trabalho complexo que assenta essencialmente na Economia da Empresa, não se pretende aqui a sua análise pormenorizada, no entanto, a obra pode ser sintetizada nos seguintes passos:

1. Propositura do tema

Inclui-se aqui a contextualização histórica do tema, a sua evolução e o reconhecimento da sua actualidade.

2. Enquadramento geral do problema

Este enquadramento parte do particular para o geral até chegar a uma síntese sobre a gestão dos stocks, «vista de um ângulo micro económico intra-empresarial». Justifica-se nesta parte a necessidade de existirem políticas de gestão para as existências de artigos (matérias, semielaborados, produtos acabados...) nas unidades económicas e conclui-se que devem igualmente existir modelos especiais com vista a responder, em termos numéricos, aos dois objectivos básicos de qualquer empresa – a integridade e rendabilidade;

3. Modelos de gestão de stocks

Esta constitui a parte central do trabalho na qual se apresentam modelos de gestão financeira e modelos de gestão económica a curto e a longo prazo. A principal conclusão a retirar desta parte é a de que o caminho correcto a percorrer passa pela gestão económico-financeira mediante a articulação de stocks reais com stocks monetários e destes com as fontes de financiamento.

4. Análise contabilística nas suas conexões com a gestão dos stocks

Este último capítulo do trabalho constitui a ligação entre a gestão e a contabilidade. Sarmiento afirma aqui que a contabilidade tem um papel cada vez mais importante dada a evolução do pensamento contabilístico. De facto, a análise

contabilística era de «índole histórica» mas face às exigências da gestão, o estudo do passado mostra-se insuficiente e são precisos «números que falem», ou seja, a análise contabilística passa a prospectiva no sentido de possibilitar decisões racionais e controlar os seus efeitos.

Sarmento aponta também neste capítulo algumas insuficiências e deficiências da análise contabilística tradicional no que respeita a stocks e que se baseia em rácios como sejam o grau de rotação de stocks (vendas/existências) e o seu inverso, isto é, o tempo de rotação de stocks. As principais deficiências apontadas a este rácio são as seguintes:

- a) O facto de serem razão fluxo/stocks, isto é, serem o confronto de valores de um período com valores instantâneos;
- b) A compatibilidade a observar no tocante às unidades utilizadas nos termos da razão, no caso especial das unidades monetárias não deverão usar-se preços de venda no numerador e custos no denominador;
- c) O problema da agregação que se traduz na impossibilidade de agregar num único “bolo” artigos com características diferentes, de departamentos diferentes com tempos de reconstituição diferentes, etc.

Depois de também analisar as insuficiências de grau de solvabilidade, outro dos indicadores usados na análise contabilística quantitativa, e que também envolve as existências, Sarmento sugere uma nova orientação da análise contabilística no tocante a stocks.

Esta nova orientação pode ser dividida em 3 fases:

1. Análises Específicas

A realização de análises específicas passa pela definição das classes mais relevantes no tocante a stocks e atendendo a diferentes aspectos, como sejam:

- a) Quanto ao aspecto real e funcional:
 - Factores para a produção;
 - Objectos em produção;

- Artigos permutáveis.

b) Quanto ao aspecto estritamente funcional:

- Stocks operacionais;
- Stocks de precaução ou segurança;
- Stocks estratégicos;
- Stocks obsoletos.

Na execução de análises específicas, o problema dos custos é o único importante, pelo que se torna necessário encarar os custos em relação aos centros onde estes se geram.

São também evidenciados os custos especificamente próprios da função de *estocagem* uma vez que, para o estudo desta função, é necessário o conhecimento dos custos que lhe respeitam, tais como sejam os custos de armazenagem, de manuseamento, de obsolescência, depreciação ou exaustão.

Assim, Sarmento defende de forma imperiosa a consideração da «contabilidade de custos» nas empresas, através da sua autonomia, através da explicitação destes custos em lugar próprio nos sistemas de representação e nas peças contabilísticas.

2. Análise Económica

A análise económica prende-se com a utilização de medidas de produtividade específicas que assentam sempre na razão entre quantidade de produção e a medida do factor considerado.

No que concerne aos stocks, assume especial interesse a produtividade das matérias. Deverão ser criadas medidas de produtividade relativas aos serviços de *estocagem* como, por exemplo, a razão entre o quantitativo manuseado (entradas e saídas) em dado período e custos de manuseio no período. As produtividades obtidas não devem, contudo, ser analisadas separadamente.

3. Análise Financeira

No que toca à análise financeira, Sarmento defende a utilização de balanços prospectivos que organizam e apresentam as classes de valores de acordo com os prazos de realização e os prazos de exigibilidade.

Em jeito de conclusão geral desta obra, é apresentado o escopo da análise contabilística como o de «integrar os aspectos qualitativos e quantitativos, económicos e financeiros, de capital como de rédito, de rendabilidade como de integridade, do passado e do futuro, dos dados próprios com os alheios». Isto é, defende-se que a análise contabilística é crucial na gestão dos stocks, que esta análise contabilística deve ser levada a cabo quer a nível específico, quer a nível económico, quer a nível financeiro e que da informação resultante da análise contabilística dos stocks dependem as decisões da gestão.

3.2.2. Trabalhos não publicados

Apesar de não terem sido publicados muitos dos trabalhos do Prof. Sarmento, não seria justo concluir a sua bibliografia sem, contudo, dar nota dos que mereceram maior destaque. Muitos dos seus relatórios e pareceres foram executados a pedido de entidades superiores.

Em 1949, o Prof. Sarmento foi incumbido da elaboração dos programas destinados às disciplinas de Cálculo Comercial e de Complementos de Matemática, do ensino técnico (respectivamente, do curso de formação e da secção preparatória para os institutos), apresentando relatório fundamentado e proposta que mereceram apreciação e aprovação. Neste incluem-se temas como «Abertura de escrita, Médias ponderadas e Contabilidade – 1ª parte (apontamentos e notas).

Em 1954, tendo sido agregado à 5.ª secção da Junta Nacional de Educação, e na qualidade de vogal extraordinário, elaborou relatório e parecer relativo ao concurso para livro único da disciplina de Contabilidade do curso de formação do ensino técnico profissional.

Em 1957, a convite da Comissão de Reforma Fiscal a que presidiu o Prof. Doutor J. J. Teixeira Ribeiro, foi agregado ao grupo de trabalho encarregado do estudo da reforma da Contribuição Industrial¹⁰⁸, dirigido pelo Prof. Doutor Fernando de Seabra. Foi no âmbito da colaboração dada em numerosas sessões de trabalho que elaborou e apresentou os seguintes estudos:

- «O problema da valorimetria dos stocks nas suas relações com o problema da tributação das empresas na base dos seus lucros líquidos reais»;
- «A constituição de provisões nas suas relações com a determinação do lucro tributável das empresas»;
- «Considerações a propósito dum possível conceito fiscal de lucro».¹⁰⁹

Elaborou igualmente um trabalho denominado «Plano de Classificação bibliográfica», que respeitava à organização da biblioteca da FEP, destruída pelo incêndio de 1974.

3.3. Os contributos do Prof. Sarmento

Após esta jornada pela vida do Prof. Sarmento e pelos seus escritos, surge agora o momento de explicar de que forma este professor deixou marcas no ensino da Teoria da Contabilidade, e de que forma contribuiu para o desenvolvimento da Contabilidade como ramo do saber.

Em primeiro lugar, torna-se necessário situar o autor e as suas obras na época em que este viveu porque o meio que nos rodeia é sempre factor determinante na construção do pensamento. A vivência em sociedade a isso obriga. É neste sentido que é de todo conveniente situar o Prof. Sarmento nas correntes de pensamento dominantes na década de 50 e 60, mais concretamente no estruturalismo.

O Estruturalismo, tal como o descreve Thiry-Cherques (2006: 138), traduz-se numa construção teórica iniciada pelo etnólogo Lévi-Strauss. A partir das suas

¹⁰⁸ Fruto do trabalho desta comissão, que existiu durante cerca de 5 anos, e da qual também fez parte o Prof. Camilo Cimourdain de Oliveira, docente da FEP de Outubro de 1954 a Outubro de 1960, surgiu em 1963 a publicação do Código da Contribuição Industrial, aprovado pelo Decreto-Lei N.º 45103, de 1 de Julho. Este código, que regulava a tributação dos lucros das empresas industriais e comerciais, nas palavras de Oliveira (2004: 8), introduziu no nosso país a tributação dos lucros reais, isto é, dos lucros realmente auferidos pelas empresas.

¹⁰⁹ Este último trabalho foi elaborado em colaboração com outros autores, nos quais se inclui o Prof. Camilo Cimourdain de Oliveira.

postulações, o estruturalismo ganhou corpo e desdobrou-se em 2 planos: o primeiro fundamentou uma das correntes filosóficas que animaram a segunda metade do século XX, o segundo irradiou a sua epistemologia para os mais diversos campos das ciências humanas e sociais. Ora, é precisamente através da irradiação do estruturalismo para as ciências sociais que é possível identificá-lo no pensamento do Prof. Sarmento. Definindo a contabilidade como uma ciência social (Veiga e Pina, 1955/56:52), a visão que dela tinha o Prof. Sarmento denota a influência do pensamento estruturalista, tal como aconteceu com outros ramos das ciências sociais, como seja a gestão.

Nascido das pesquisas de campo e não do raciocínio especulativo, o estruturalismo surge como uma tentativa de reconciliar a teoria com a prática. Lévi-Strauss procurou uma ponte entre o lógico e o empírico, procurou algo que não fosse a simples descrição do empírico imediato, algo que fosse uma teoria do possível (Thiry-Cherques, 2006: 140). Sarmento também assim o fez com a contabilidade. Na verdade, ele mesmo reconhece que na contabilidade era necessário «um sério esforço de teorização, no sentido de conseguir unidade na generalidade (Sarmento, 1960: 7). Mas, ao mesmo tempo, preocupa-se não só com a construção de uma teoria do possível mas, acima de tudo, com a construção de «um corpo unificado de conhecimentos que não seja simplesmente “a teoria de uma prática”» (Sarmento, 1960: 63).

Para Mostafa (2006: 237) a noção mais geral e importante do estruturalismo como teoria de interpretação do mundo está na noção de estrutura; a significação de um fenómeno não nasce dos elementos individualmente considerados, mas da relação entre os elementos. Na noção do escopo da contabilidade também o Prof. Sarmento fala de «análise e prospecção de estruturas (patrimoniais) e fenómenos (gestivo-patrimoniais) através da expressão e medida» (Sarmento, 1960: 11). E, muitas das vezes, a «interpretação e explicação das estruturas» (Sarmento, 1960: 12) assume papel mais importante que a análise dos fenómenos em si. Tendo vivido numa época em que estudos de vária índole, mas principalmente os económicos, se serviam de «modelos», isto é, de representações abstractas e simplificadas de mundos económicos, ou conjunto de relações empíricas entre grupos de variáveis, Sarmento defende que também a contabilidade se serve de modelos. No caso concreto da contabilidade, os modelos são instrumento de observação e meio de relação de factos concretos e reais. (Sarmento, 1960: 63).

A afirmação de que «os problemas da teoria contabilística não dispensam o conhecimento íntimo da respectiva técnica, como a aplicação racional desta não dispensa o conhecimento profundo daquela» (Sarmento, 1960: 12), permite-nos concluir que na contabilidade existe uma íntima relação entre a teoria e a técnica, e entre a teoria e a prática, e uma visão estruturalista permite a compreensão dessa ligação.

Sem nunca ter falado directamente em estruturalismo nas suas aulas e nos seus escritos, ou seja, sem reivindicar expressamente o estruturalismo pois, tal como afirma o Prof. Carqueja, o Prof. Sarmento usava a palavra estrutura porque era a que melhor se ajustava ao que ele estava a pensar, o que é certo é que, implicitamente, ele assumia uma posição estruturalista.

E, é provavelmente a visão estruturalista, ou seja, a preocupação em estudar não mais os elementos, mas, ao contrário, privilegiar a descrição e a análise das relações entre os elementos, e a ordenação destas relações como sistemas inteligíveis, que caracteriza o pensamento do Prof. Sarmento.

Mas, situar o Prof. Sarmento nas correntes de pensamento da época em que viveu, para melhor conhecer os seus contributos, implica também situá-lo face a outros pensadores tais como Lopes Amorim, professor do Instituto Superior de Comércio do Porto.

Jaime Lopes Amorim influenciou gerações de estudantes e profissionais e, segundo Carqueja (1997: 165), foi o pilar de um interesse continuado pelo estudo da Teoria da Contabilidade com fortes reflexos na evolução da técnica e da ciência da contabilidade em Portugal. A publicação das suas “Lições de Contabilidade Geral” em 1929, na opinião de Oliveira (1983-84: 517), marca o início em Portugal da exposição da contabilidade em termos científicos e de nível universitário. Nas publicações anteriores às “Lições” de Lopes Amorim as matérias tratadas eram, regra geral, sob o ponto de vista prático ou profissional, e muito pouco sob o ponto de vista teórico ou científico. Para Lopes Amorim (1929: 193), a contabilidade é uma ciência; e não uma ciência por favor, mas sim uma ciência de facto, uma ciência de verdade.

O Prof. Sarmento não rompe com o disposto pelo mestre Lopes Amorim no que diz respeito à visão científica da contabilidade, isto é, continua a ver a contabilidade como uma ciência, no entanto, parte do anteriormente escrito e segue caminho diferente. Lopes Amorim (1929: 195) trata a contabilidade pela seguinte ordem científica:

- 1.º Definição;
- 2.º Fixação e delimitação do seu posto dentro do grande corpo das ciências;
- 3.º Método; sistemas e planos ou projectos;
- 4.º Explicação do objecto e sua representação logismológica.

Assim sendo, coloca como prioritário a definição de contabilidade que, no seu entender, é a ciência do equilíbrio patrimonial, e o estudo do seu objecto, isto é, do património. Muito embora nas suas lições haja uma preocupação inicial com a história da contabilidade, dedica grande parte da sua obra ao estudo da digrafia. O Prof. Sarmento entende que a definição de uma ciência com base no seu objecto não é a mais correcta, porque esse objecto pode sê-lo para mais do que uma ciência, optando, pois, pelo estudo dos problemas característicos de uma ciência, e que a distinguem de qualquer outra, ainda que para o mesmo objecto. Ainda que em épocas diferentes, Lopes Amorim e Sarmento aproximam-se face à atitude científica e ao rigor com que tratam a contabilidade mas, na forma como depois a estudam, distanciam-se.

Um outro grande nome da contabilidade em Portugal é, sem dúvida, o Prof. Gonçalves da Silva que, contrariamente ao Prof. Sarmento, foi um autor muito produtivo. Para além da sua extensa obra em livro, da qual se destaca o “Tratado de Contabilidade”, constituído por 9 volumes, Gonçalves da Silva escreveu para revistas e jornais dezenas de artigos,¹¹⁰ facto que traduz verdadeiramente a sua faceta de publicista.

O Prof. Gonçalves da Silva leccionou no Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras de Lisboa, ao passo que o Prof. Sarmento leccionou na FEP e, muito embora ambos tenham leccionado e publicado em épocas muito próximas, a verdade é que existem posicionamentos que aproximam estes dois professores, mas também diferenças, principalmente quanto à forma como organizavam as suas lições.

Esta diferença relativa à forma como o Prof. Gonçalves da Silva organizou as suas lições está bem presente no livro “Contabilidade Geral”, cujo primeiro volume foi publicado em 1968, e que resulta da ampliação do compêndio anteriormente publicado para as escolas comerciais com o título de “Noções de Contabilidade”.

¹¹⁰ De acordo com Carqueja (2003b: 96), só na *Revista de Contabilidade e Comércio*, a que dedicou especial atenção, publicou, entre 1933 e 1984, mais de 80 artigos.

Gonçalves da Silva mostrou pouco interesse em qualificar a contabilidade como ciência, mas teve o cuidado que a tratar como tal (Carqueja, 2003b: 97), e considerou a contabilidade como ciência aplicada, da mesma forma que o fez o Prof. Sarmento.

Na linha de pensamento de Mattessich (1995: 191), qualificar a contabilidade como ciência aplicada significa reconhecer que nesta, a tarefa mais importante é aplicar leis ou outro conhecimento (das ciências puras que lhe correspondem) a objectivos práticos. Ao contrário da ciência pura, o objectivo não é descobrir, mas sim aplicar conhecimentos.

A visão que o Prof. Sarmento tinha da contabilidade foi incutida aos seus alunos, os quais não tiveram dificuldade em centrar as atenções mais no “porquê” e não tanto no “como”. Este é precisamente o maior contributo que o Prof. Sarmento deixou no desenvolvimento da Teoria da Contabilidade. Pelo facto de se ter preocupado em fazer chegar aos seus alunos as inquietações de questionar e pensar a contabilidade, mais do que simplesmente registar, foi possível uma aproximação entre o ensino ministrado na FEP e o ensino ministrado, por exemplo, no Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto (ISCAP), sucessor do Instituto Comercial do Porto.

Tal como afirma Carqueja (1997: 148), os Institutos Superiores de Contabilidade e Administração, receberam uma tradição dos Institutos Comerciais em que a marca de “voltado para a prática” foi muitas vezes erradamente interpretada como implicando rejeição da teoria, porque esta era interpretada como não tendo grandes reflexos no dia a dia dos práticos.

Porque a necessidade de aprender gera a possibilidade de ensinar (Carqueja, 1997: 148), alguns dos alunos do Prof. Sarmento tornaram-se professores e encarregaram-se de fazer chegar a gerações mais novas o que aprenderam. Ao fazerem-se professores, os alunos da FEP, nomeadamente do Prof. Sarmento, passaram a ensinar noutros estabelecimentos de ensino aquilo que receberam do seu antecessor.

Um exemplo concreto deste facto é o do Prof. Joaquim Ferreira Ribeiro, docente do ISCAP, que publicou as “Lições de Teoria da Contabilidade (Geral)”. Estas lições constam de 2 volumes, sendo o primeiro publicado em 1985 e o segundo de 1986.

Duas décadas depois do Prof. Sarmento ter publicado a “Problemática Contabilística”, é possível encontrar os seus conceitos no primeiro volume das “Lições” do Prof. Joaquim Ferreira Ribeiro, que trata os «Princípios e Conceitos Básicos» (1.^a

parte), as «Expressões Contabilísticas» (2.^a parte) e a «Execução Contabilística» (3.^a parte)¹¹¹. Deste modo, a prova de que o pensamento do Prof. Sarmiento marcou o ensino da Teoria da Contabilidade está nesta influência que exerceu sobre os seus seguidores, influência essa que se manteve no tempo.

Aparece assim reforçado o valor da *Escola do Porto*, cuja característica e forma de estar dos seus estudiosos assenta na atitude de procurar soluções sistematizadas e coerentes baseadas em especulação sobre evidências aceites (Carqueja, 1997: 153).

Não obstante o facto de a corrente de pensamento presente na *Escola do Porto* ter sido muito importante e duradoura, acabou por esmorecer quando as atenções se centraram, no Plano Oficial de Contabilidade. No entanto, não se pode dizer que esta escola desapareceu por completo, porque para sempre fica a sua forma única de abordar e tratar a contabilidade.

¹¹¹ A influência do Prof. Sarmiento é tão evidente nesta obra que algumas páginas das “Lições” chegam a ser reproduções textuais da “Problemática Contabilística”. Veja-se, por exemplo, nas “Lições”, o capítulo III, cuja secção 3.^a – *Dificuldades nas mensurações contabilísticas* (pp. 38-41), corresponde exactamente ao capítulo 1.1.2. da “Problemática” – *O tempo na vida das Empresas; seus efeitos sobre a problemática da medida contabilística* (pp. 18-20 e 25).

Conclusão

Ao longo deste trabalho, percorremos um caminho no sentido de retirar ilações sobre o ensino da contabilidade na FEP e sobre a importância do Prof. Sarmento. É, pois, chegado o momento de sintetizar as principais conclusões.

Iniciamos este trabalho com uma breve incursão por meados do século XVIII, para poder concluir que o pioneirismo de Portugal no ensino da contabilidade é, até hoje, incontestável, dada a acção do Marquês de Pombal, homem visionário que implementou a primeira escola pública de contabilidade.

Acompanhamos a aproximação do ensino da contabilidade às necessidades práticas de um povo com fortes tradições comerciais, e verificamos que o ensino da contabilidade se baseou numa vertente sobretudo técnica, junto das praças de Lisboa e Porto.

Reconhecemos as grandes dificuldades sentidas pelas populações do norte, nomeadamente da cidade do Porto, para fazer chegar aos centros de decisão o desejo de prosseguir os estudos em contabilidade a nível superior.

Introduzimos a FEP como uma escola que, apesar das imensas dificuldades sentidas nas primeiras décadas, conseguiu reunir um corpo docente de elevada qualidade, capaz de formar uma elite de profissionais que souberam dar resposta às necessidades do país.

Debruçamo-nos sobre a disciplina de Teoria da Contabilidade para concluir que o Prof. Sarmento foi responsável por uma abordagem científica desta disciplina, inovando pela forma como se preocupou em definir a contabilidade com base nos problemas que lhe são característicos, deixando seguidores na chamada *Escola do Porto*.

Resta dizer que o valor da disciplina de Teoria da Contabilidade nem sempre é reconhecido, e o ensino desta está, na opinião de alguns, descurado.

Esperamos que este trabalho tenha contribuído para dignificar uma escola, uma disciplina, mas sobretudo o mestre José António Sarmento.

Bibliografia

“A Contabilidade no Ensino Oficial; Programa do Curso Geral de Comércio do ensino profissional industrial e comercial”, (1952), *Revista de Contabilidade e Comércio*, Ano XX, N.º 80, Out. – Dez., pp. 396-418.

“A Contabilidade no Ensino Oficial; novos programas desta disciplina do curso de Comércio”, (1955), *Revista de Contabilidade e Comércio*, Ano XXIII, N.º 89, Jan. – Mar., pp. 25-37.

“A Faculdade de Economia concede o seu primeiro doutoramento «honoris causa»”, (1968), *Revista de Contabilidade e Comércio*, Vol. XXXV, N.º 139, Jul. – Set., pp. 359-360.

“A Faculdade de Economia”, (1953), *Revista de Contabilidade e Comércio*, Ano XXI, N.º 81, Jan. – Mar., pp. 255-256.

“Alteração das designações de disciplinas do Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras; Decreto N.º 47.986”, (1967), *Revista de Contabilidade e Comércio*, Vol. XXXIV, N.º 136, Out. – Dez., pp. 410-411.

“Alterações do Curso Superior de Economia da Faculdade do Porto”, (1968), *Revista de Contabilidade e Comércio*, Vol. XXXV, N.º 140, Out. – Dez., pp. 468-470.

“Alterações no Regulamento da Faculdade de Economia; Decreto N.º 40.566”, (1956), *Revista de Contabilidade e Comércio*, Ano XXIV, N.º 93, Jan. – Mar., pp. 108-111.

“Aumento do número dos Institutos Comerciais”, (1972), *Revista de Contabilidade e Comércio*, Vol. XXXIX, N.º 153, Jan. – Mar., pp. 106.

“Comissão de História da Contabilidade toma posse”, (2007), *Revista da Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas*, Ano VIII, N.º 86, p. 20.

“Criação da cadeira de Filosofia nos Institutos Comerciais e Industriais e outras facilidades para o ingresso nos cursos superiores; Decreto-Lei N.º 42.583 e Decreto N.º 42.584”, (1960), *Revista de Contabilidade e Comércio*, Ano XXVIII, N.º 111, Jul. – Set., pp. 333-339.

“Faculdade de Economia – Inclusão das disciplinas Práticas de Técnica Comercial I e II nos dois primeiros anos da Licenciatura em Economia; Decreto N.º 44.639”, (1962), *Revista de Contabilidade e Comércio*, Vol. XXX, N.º 117 e 118, Jan. – Dez., pp. 213-214.

“Faculdade de Economia na Universidade do Porto; Decreto – Lei N.º 39.226 e Decreto 39.227”, (1953), *Revista de Contabilidade e Comércio*, Ano XXI, N.º 82, Abr. – Jun., pp. 234-248.

“Interpretação da expressão “curso completo das escolas comerciais”; Decreto – Lei N.º 38.380”, (1951), *Revista de Contabilidade e Comércio*, Ano XIX, N.º 76, Out. – Dez., pp. 455-459.

“O Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras fez 50 anos”, (1963), *Revista de Contabilidade e Comércio*, Vol. XXX, N.º 120, Jul. – Dez., pp. 489-490.

“O Marquez de Pombal – a sua acção precursora no desenvolvimento do ensino comercial”, (1936), *Revista de Contabilidade e Comércio*, Ano IV, N.º 13, Jan. – Mar., pp. 95-97.

“Organização do ensino técnico médio dos ramos industrial e comercial; Decreto – Lei N.º 38.031”, (1951), *Revista de Contabilidade e Comércio*, Ano XIX, N.º 73, Jan. – Mar., pp. 101-107.

“Os alunos do I.C.P. pedem o restabelecimento do Instituto Superior do Comércio”, (1948), *Revista de Contabilidade e Comércio*, Ano XVI, N.º 61 e 62, Jan. – Jul., pp. 197-199.

“Os Institutos Comerciais e a sua futura reforma”, (1957), *Revista de Contabilidade e Comércio*, Ano XXV, N.º 99, Jul. – Set., pp. 406-409.

“Pró Restabelecimento da Faculdade de Ciências Económicas e Financeiras no Porto”, (1952), *Revista de Contabilidade e Comércio*, Ano XX, N.º 78, Abr. – Jun., pp. 244-246.

“Reforma do Ensino Técnico Profissional”, (1946), *Revista de Contabilidade e Comércio*, Ano XIV, N.º 56, Out. – Dez., pp. 387-393.

“Reforma dos Cursos do Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras; Decreto – Lei N.º 37.584”, (1949), *Revista de Contabilidade e Comércio*, Ano XVII, N.º 68, Out. – Dez., pp. 406-418.

“Regulamento dos Institutos Comerciais; Decreto N.º 38.231”, (1951), *Revista de Contabilidade e Comércio*, Ano XIX, N.º 74, Abr. – Jun., pp. 205-231.

“Regulamento dos Institutos Comerciais”, (1939), *Revista de Contabilidade e Comércio*, Ano VII, N.º 27, Jul. – Set., pp. 323-340.

“Sala Doutor José António Sarmiento na Escola Comercial Oliveira Martins e “Regulamento do Prémio Doutor José António Sarmiento”, (1974), *Revista de Contabilidade e Comércio*, Vol. XLI, N.º 162, Abr. – Jun., pp. 121-128.

Agger, Ben (1991), “Critical Theory, Poststructuralism, Postmodernism: Their Sociological Relevance”, *Annual Review Sociology*, 17, pp. 105-131.

Almeida, António de (2006), “A FEP no meu tempo”, em entrevista, *Notícias FEP*, N.º 9, Set. – Dez., pp. 8.

Amorim, Jaime Lopes (1929), *Lições de Contabilidade Geral*, Porto: Empresa Industrial Gráfica do Porto, Lda.

Amorim, Jaime Lopes (1951), *Metodologia geral da Contabilidade*, Porto: Tipografia Porto Medico, Lda.

Amorim, Jaime Lopes (1964), “Prof. Doutor José António Sarmento”, *Revista de Contabilidade e Comércio*, Vol. XXXI, N.º 122, Abr. – Jun., pp. 219-223.

Antunes, Francisco Xavier (1939), “O Instituto Comercial de Lisboa”, *Revista de Contabilidade e Comércio*, Ano VII, N.º 27, Jul. – Set., pp. 318-322.

Antunes, Francisco Xavier (1946), “Pontos de vista sobre alguns aspectos da reforma do ensino médio comercial”, *Revista de Contabilidade e Comércio*, Ano XIV, N.º 54 e 55, Abr. – Set., pp. 257-260.

Archer, Simon (1998), “Mattessich’s Critique of Accounting: a review article”, *Accounting and Business Research*, Vol. 28, N.º 3, pp. 297-316.

Azevedo, Mário C. (1961), “A Aula do Comércio, primeiro estabelecimento de ensino técnico profissional criado no Mundo”, *Boletim Escolas Técnicas*, N.º 28, pp. 9-10.

Baganha, Manuel (1962), “Doutor José António Sarmento”, *Revista de Contabilidade e Comércio*, Vol. XXX, N.º 117 e 118, Jan. – Dez., pp. 215-217.

Baskerville, Rachel (2008), “«Is it turned on now? » – Reflections on undertaking oral history in accounting”, Paper in progress, University of Exeter.

Bessa, Daniel (2008), “Eu e a FEP”, em entrevista, *Notícias FEP*, N.º 15, Set. – Dez. pp. 11-12.

Branco, Camilo Castelo (1982), *Perfil do Marquês de Pombal*, Lisboa: Lello & Irmão Editores.

Brandão, Fernando de Castro (1994), *De D. João V a Dona Maria I, 1707-1799, Uma cronologia*, Odivelas: Europress Editores.

Brito, António Tomé de, et. al. (1946), “A propósito da Reforma do Ensino Técnico”, *Revista de Contabilidade e Comércio*, Ano XIV, N.º 54 e 55, Abr. – Set., pp. 265-274.

Carqueja, Hernâni O. (1966), *Teoria da Contabilidade*, Porto: Faculdade de Economia do Porto.

Carqueja, Hernâni O. (1968a), “A Contabilidade como Sistema de Informação”, *Revista de Contabilidade e Comércio*, Vol. XXXV, N.º 140, Out. – Dez., pp. 388-402.

Carqueja, Hernâni O. (1968b), “A Teoria da Contabilidade na F.E.U.P.”, *Revista de Contabilidade e Comércio*, Vol. XXXV, N.º 139, Jul. – Set., pp. 342-351.

Carqueja, Hernâni O. (1969), “A Teoria da Contabilidade na F.E.U.P. (continuação)”, *Revista de Contabilidade e Comércio*, Vol. XXXVI, N.º 143, Jul. – Set., pp. 314-335.

Carqueja, Hernâni O. (1972/73), *Teoria da Contabilidade*, Moçambique: Edição dos Serviços Sociais da Universidade de Lourenço Marques.

Carqueja, Hernâni O. (1973), “Em memória do Mestre Jaime Lopes Amorim”, *Revista de Contabilidade e Comércio*, Vol. XL, N.º 159, Jan. – Mar., pp. 205-216.

Carqueja, Hernâni O. (1974), “O Planeamento da Expressão Contabilística”, *Revista de Contabilidade e Comércio*, Vol. XLI, N.º 163, Jul. – Set., pp. 307-350.

Carqueja, Hernâni O. (1993a), “ A Digrafia”, *Revista de Contabilidade e Comércio*, Vol. L, N.º 197, Mar., pp. 171-176.

Carqueja, Hernâni O. (1993b), “A Digrafia”, *Revista de Contabilidade e Comércio*, Vol. L, N.º 198, Jun., pp. 315-328.

Carqueja, Hernâni O. (1993c), “A Digrafia”, *Revista de Contabilidade e Comércio*, Vol. L, N.º 199, Set., pp. 453-478.

Carqueja, Hernâni O. (1997), “A Escola do Porto e a Teoria da Contabilidade”, *Revista de Contabilidade e Comércio*, Separata do Vol. LIV, N.º 213, pp. 145-182.

Carqueja, Hernâni O. (2002a), “Actividade Contabilística até Luca Pacioli”, *Revista de Contabilidade e Comércio*, Vol. LVIII, N.º 231, pp. 699-752.

Carqueja, Hernâni O. (2002b), “Contabilidade e Saber Académico”, *Revista de Contabilidade e Comércio*, Vol. LVIII, N.º 230, pp. 321-353.

Carqueja, Hernâni O. (2002c), em entrevista, *Revista da Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas*, Ano III, N.º 27, pp. 6-10.

Carqueja, Hernâni O. (2003a), “Contabilidade, capitalismo e democracia”, *Revista da Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas*, Ano IV, N.º 38, pp. 48-53.

Carqueja, Hernâni O. (2003b), “Do saber da Profissão às Doutrinas da Academia”, *Revista de Contabilidade e Comércio*, Separata do Vol. LIX, N.º 235/235.

Carqueja, Hernâni O. (2003c), “José António Sarmento”, *Revista Revisores & Empresas*, N.º 20, Jan. – Mar., pp. 5-6.

Carqueja, Hernâni O. (2007), “Teoria da Contabilidade – Uma interpretação”, *Tékhnē – Revista de Estudos Politécnicos*, Vol. IV, N.º 7, pp. 7-39.

Carvalho, José Manuel de M. e Conde, Maria de Fátima T. (2003), “Fases e Períodos da História da Contabilidade em Portugal: uma primeira tentativa de identificação”, *Revista de Contabilidade e Comércio*, Vol. LIX, N.º 233, Fevereiro, pp. 57-84.

Castel – Branco, António C. D’Aça (1959), “Os Institutos Comerciais”, *Revista de Contabilidade e Comércio*, Ano XXVII, N.º 108, Out. – Dez., pp. 503-508.

Coelho, Júlio e Marques, Sebastião (2008), *Portugal: um presente com passado*, 2º Ciclo do Ensino Básico, Edições Asa, 2ª Edição.

Collins, Marilyn e Bloom, Robert (1991), “The Role of Oral History in Accounting”, *Accounting Auditing & Accountability Journal*, Vol. 4, N.º 4, pp. 23-31.

Costa, Carlos (2008), “A FEP no meu tempo”, em entrevista, *Notícias FEP*, N.º 13, Jan. – Abr., pp. 9-12.

Costa, Carlos Baptista da (2009), “Breves notas sobre a Aula do Comércio”, *Revista de Contabilidade & Finanças*, N.º 96, Jan. – Mar., pp. 4-5.

Dias, Alípio (2007), “A FEP no meu tempo”, em entrevista, *Notícias FEP*, N.º 11, Maio – Agosto, p. 8.

Dória, Álvaro (1986), “Fernando Pessoa Teórico de Gestão Comercial”, *Revista de Contabilidade e Comércio*, Vol. XLIV, N.º 193/96, pp. 59-72.

Ferreira, José Medeiros (1994); coordenação, Mattoso, José; direcção, *História de Portugal – Portugal em transe (1974-1985)*, 8.º Volume, Editorial Estampa.

Figueiredo, Ilda (2007), “A FEP no meu tempo”, em entrevista, *Notícias FEP*, N.º 12, Set. – Dez., p. 8.

Fonseca, Alfredo da (1938), “O ensino técnico”, *Revista de Contabilidade e Comércio*, Ano VI, N.º 22, Abr. – Jun., pp. 276-279.

Fonseca, Ricardo (2004), “A FEP no meu tempo”, em entrevista, *Notícias FEP*, N.º 2, Maio, p. 8.

Gonçalves, Júlio César da Silva (1959), “O Plano de Cursos dos Institutos Comerciais”, *Revista de Contabilidade e Comércio*, Ano XXVII, N.º 106, Abr. – Jun., pp. 196-205.

Guarda-Livros (1936), “À volta da Reforma do Ensino Comercial”, *Revista de Contabilidade e Comércio*, Ano IV, N.º 16, Out. – Dez., pp. 372-380.

Guimarães, Joaquim F. da Cunha (2002), “Centenário (1902-2002) da Escola Comercial Raul Dória”, *Revista da Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas*, Ano III, N.º 33, pp. 20-25.

Guimarães, Joaquim F. da Cunha (2003), “70.º aniversário (1933-2003) da «Revista de Contabilidade e Comércio»”, *Revista da Câmara dos Técnicos de Contas*, Ano IV, N.º 44, pp. 33-34.

Guimarães, Joaquim F. da Cunha (2004), “Contributo para a História da Normalização Contabilística em Portugal”, *Revista Electrónica Infocontab*, Novembro, pp. 1-30, em www.infocontab.com.

Guimarães, Joaquim F. da Cunha (2005a), “As «Lições de Contabilidade Geral» de Jaime Lopes Amorim”, *Revista Electrónica Infocontab*, N.º 1, Julho, pp. 1-15, em www.infocontab.com.

Guimarães, Joaquim F. da Cunha (2005b), em entrevista, *Revista da Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas*, N.º 62, pp. 8-11.

Guimarães, Joaquim F. da Cunha (2006), “A investigação contabilística em Portugal”, *Revista da Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas*, Ano VII, N.º 73, pp. 22-33.

Guimarães, Joaquim F. da Cunha (2007), “Fernando Vieira Gonçalves da Silva – divulgador /publicista”, *Revista da Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas*, Ano VIII, N.º 88, pp. 50-57.

Hespanha, António Manuel et al. (1993), coordenação; Mattoso, José; direcção, *História de Portugal – Antigo Regime (1620-1807)*, 4.º Volume, Editorial Estampa.

Júnior, A. Tavares (1946), “A reforma do ensino técnico”, *Revista de Contabilidade e Comércio*, Ano XIV, N.º 53, Jan. – Mar., pp. 101-105.

Machado, José R. Brás (1968), “Os Institutos Comerciais e a Formação de Contabilistas”, *Revista de Contabilidade e Comércio*, Vol. XXXV, N.º 138, Abr. – Jun., pp. 175-196.

Machado, José R. Brás (1968), “Os Institutos Comerciais e a Formação de Contabilistas”, *Revista de Contabilidade e Comércio*, Vol. XXXV, N.º 139, Jul. – Set., pp. 287-316.

Magalhães, Alfredo Coelho de (1939), “Os Institutos Comerciais e a formação do contabilista”, *Revista de Contabilidade e Comércio*, Ano VII, N.º 27, Jul. – Set., pp. 235-242.

Magalhães, Amadeu et. al. (1999), “História e Teoria da Contabilidade – Resultados de um questionário”, Anexo à *Revista de Contabilidade e Comércio*, Vol. LVI, N.º 221, 1.º Trimestre.

Martins, Everard (1937), “A aula do comércio”, *Revista de Contabilidade e Comércio*, Ano V, N.º 19, Jul. – Set., pp. 262-265.

Martins, Everard (1944), “Ensaio de Bibliografia Portuguesa de Contabilidade”, *Revista de Contabilidade e Comércio*, Ano XII, N.º 47 e 48, Jul. – Dez., pp. 260-278.

Martins, Jorge (2009), “Eu e a FEP”, em entrevista, *Notícias FEP*, N.º 16, Jan. – Abr., p. 8.

Mattessich, Richard V. (1964), *Accounting and Analytical Methods*, Homewood – Illinois, Richard D. Irwin Inc.

Mattessich, Richard V. (1995), *Critique of Accounting – Examination of the Foundations and Normative Structure of an Applied Discipline*, Westport, Connecticut, London: Quorum Books.

Mattessich, Richard V. (2004), “Contabilidade: cisma ou síntese? Um desafio à Teoria Condicional Normativa” *Revista de Contabilidade e Comércio*, Vol. LIX, N.º 236, Jul., pp. 491-536.

Mey, Abram (1961), “O Circuito Económico nas suas Relações com a Teoria do Valor e do Cálculo Racional da Economia da Empresa”, Prefácio e Tradução J.A. Sarmento, *Revista de Contabilidade e Comércio*, Ano XXIX, N.º 113 e 114, Jan. – Jun., pp. 5-34.

Monteiro, Nuno Gonçalo (2008), *D. José 1714-1777*, Temas e Debates, Círculo de Leitores e Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa.

Moreira (1949), “A Reforma dos estudos do Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras”, *Revista de Contabilidade e Comércio*, Ano XVII, N.º 68, Out. – Dez., pp. 402-405.

Moreira (1953), “A Faculdade de Economia do Porto”, *Revista de Contabilidade e Comércio*, Ano XXI, N.º 83, Jul. – Set., pp. 376-381.

Moreira, José A. Cardoso (2006), “O Ensino da Contabilidade em Portugal: debater o presente para preparar o futuro”, *Revista de Contabilidade e Comércio*, Vol. LX, N.º 237, 1.º Trimestre, pp. 27-53.

Mostafa, Solange Puntel (2006), “A força do estruturalismo francês na análise dos produtos culturais”, *Educação Unisinos*, 10 (3), Set. – Dez., pp. 237-242.

Oliveira, Camilo Cimourdain de (1983-84), “Lopes Amorim e a Escola do Porto”, *Revista de Contabilidade e Comércio*, Vol. XLVII/XLVIII, N.º 187/92, pp. 515-525.

Oliveira, Camilo Cimourdain de (2004), em entrevista, *Revista da Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas*, Ano IV, N.º 46, pp. 6-11.

Oliveira, Eduardo Maria Baptista de (1957), “Evolução do Ensino Técnico Comercial em Portugal”, *Revista de Contabilidade e Comércio*, Ano XXV, N.º 97, Jan. – Mar., pp. 62-71.

Oliveira, José Miguel (2004), “*A Contabilidade do Mosteiro de Arouca: 1786-1825*”, Dissertação de Mestrado em Contabilidade, Faculdade de Economia da Universidade do Porto.

Oliveira, Maria Cândida (2008), “A FEP no meu tempo”, em entrevista, *Notícias FEP*, N.º 14, Maio – Agosto, pp. 11-12.

Pereda, Jorge Tua (2006), “Sobre la importância de la Historia de la Contabilidad”, *Revista de Contabilidade e Comércio*, Vol. LX, N.º 237, 1.º Trimestre, pp. 17-25.

Pereira, José Manuel (2006), “O Ensino Comercial Público do Porto Oitocentista”, *Revista de Contabilidade e Comércio*, Vol. LX, N.º 237, 1.º Trimestre, pp. 95-146.

Pereira, Veiga (2004), em entrevista, *Revista da Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas*, Ano IV, N.º 47, pp. 6-10.

Pimenta, António Pedroso (1939), “Os Institutos Comerciais e os Técnicos de Contas”, *Revista de Contabilidade e Comércio*, Ano VII, N.º 27, Jul. – Set., pp. 257-262.

Pimenta, Pedroso (1934), “O Marquez de Pombal regulamentou as profissões de técnicos de contas”, *Revista de Contabilidade e Comércio*, Vol. II, N.º 8, Out. – Dez., pp. 289-295.

Primeiro Encontro de História da Contabilidade, Resumo das comunicações, Comissão de História da Contabilidade da Câmara Oficial dos Técnicos Oficiais de Contas, Porto, 27 de Setembro de 2008.

Ribeiro, Joaquim Ferreira (1985), *Lições de Teoria da Contabilidade (Geral)*, 1.º Volume, Porto: Athena Editora.

Ribeiro, Joaquim Ferreira (1986), *Lições de Teoria da Contabilidade (Geral)*, 2.º Volume, Porto: Athena Editora.

Rocha, Armandino C. dos Santos (2000), “O Ensino Superior e as Disciplinas de Contabilidade”, Anexo da *Revista de Contabilidade e Comércio*, Vol. LVII, N.º 227, 3.º Trimestre, pp. 19-51.

Rodrigues, Lúcia Lima (2002), em entrevista, *Revista da Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas*, Ano III, N.º 32, pp. 6-11.

Rodrigues, Lúcia Lima (2005), em entrevista, *Revista da Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas*, Ano VI, N.º 66, pp. 6-10.

Rodrigues, Lúcia Lima (2008), “Aula de Comércio: Primeiro Estabelecimento de Ensino Técnico de Contabilidade”, comunicação no *Primeiro Encontro de História da Contabilidade*, Comissão de História da Contabilidade da Câmara Oficial dos Técnicos Oficiais de Contas, Porto, 27 de Setembro de 2008.

Rodrigues, Lúcia Lima (2009), em entrevista, *Revista da Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas*, Ano IX, N.º 107, pp. 6-11.

Rodrigues, Lúcia Lima e Craig, Russell (2005), “Influências mercantilistas inglesas na criação da Aula do Comércio em 1759”, *Revista da Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas*, Ano VI, N.º 62, pp. 22-33.

Rodrigues, Lúcia Lima et. al. (2003), “Aula de Comércio: primeiro estabelecimento de ensino técnico profissional oficialmente criado no mundo?”, *Revista da Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas*, Ano III, N.º 34, pp. 46-54.

Rodrigues, Virgílio (1938), “Apontamentos para a história do ensino médio comercial”, *Revista de Contabilidade e Comércio*, Ano VI, N.º 21, Jan. – Mar., p. 99.

Roquette, José (2005), “A FEP no meu tempo”, em entrevista, *Notícias FEP*, N.º 5, Maio – Agosto, pp. 11-12.

Rosas, Fernando (1994); coordenação, Mattoso, José; direcção, *História de Portugal – O Estado Novo (1926-1974)*, 7.º Volume, Editorial Estampa.

Sá, António Lopes de (1996), “Valor da Teoria no Ensino da Contabilidade”, *Revista de Contabilidade e Comércio*, Vol. LII, N.º 208, Abr., pp. 517-540.

Sá, António Lopes de (1998), “Teoria da Contabilidade importante disciplina na formação cultural”, *Revista de Contabilidade e Comércio*, Vol. LV, N.º 217, Fev., pp. 55-64.

Santana, Francisco (1989), “A Aula do Comércio de Lisboa (1759-1844)”, *Lisboa-Revista Municipal*, separata dos N.º 15, 16, 18.

Sarmiento, José António (1947), “Pensões de Sobrevivência”, *Boletim Seguros*, N.º 41, pp. 7-11.

Sarmiento, José António (1948), “Ensino da Disciplina G – Meios de Acção”, *Boletim das Escolas Técnicas*, Vol. I, N.º 5, pp. 76-105.

Sarmiento, José António (1959/60), “Problemática Contabilística (nas unidades produtivas)”, *Revista de Contabilidade e Comércio*, Ano XXVII, N.º 108, Out. – Dez., pp. 415-452 e Separata ao N.º 109.

Sarmiento, José António (1960/61), “Medidas de racionalidade económica empresarial: produtividade – rendabilidade – economicidade”, *Revista de Contabilidade e Comércio*, Ano XXVIII, N.º 111, Jul. – Set., pp. 249-286 e separata ao mesmo N.º.

Sarmiento, José António (1962a), *Alguns aspectos do problema da gestão e análise contabilística dos stocks*, Porto: Tipografia Bloco Gráfico, Lda.

Sarmiento, José António (1962b), *Curriculum Vitae – Apresentado nos termos da Alínea c) do § 1º do art. 18º do Regulamento da Faculdade de Economia (Dec. N.º 39 227) para Doutoramento em Economia*, Porto: Tipografia Bloco Gráfico, Lda.

Sarmiento, José António (1963/64), *Teoria da Contabilidade*, Prelecções feitas ao curso de 1962/63, Porto: Faculdade de Economia do Porto.

Sarmiento, José António, (1997), “Notas de Introdução à Teoria da Contabilidade – Transcrição de apontamentos não revistos, coligidos por alunos no ano lectivo de 1963-1964”, *Revista de Contabilidade e Comércio*, Vol. LIV, N.º 216, Out., pp. 599-610.

Seabra, José Augusto (1986), “Fernando Pessoa e os Discursos do Comércio e da Contabilidade”, *Revista de Contabilidade e Comércio*, Vol. XLIV, N.º 193/96, pp. 51-57.

Serrão, Joaquim Veríssimo (1982), *História de Portugal (1640-1750) – A Restauração e a Monarquia Absoluta*, Volume V, Editorial Verbo, 2.ª Edição Revista.

Serrão, Joaquim Veríssimo (1987), *O Marquês de Pombal, O Homem, O Diplomata e o Estadista*, Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 2.^a Edição.

Serrão, Joaquim Veríssimo (1990), *História de Portugal (1750-1807) – O Despotismo Iluminado*, Volume VI, Editorial Verbo, 2.^a Edição Revista.

Silva, Alfredo Henrique da (1939), “O Instituto Comercial do Porto”, *Revista de Contabilidade e Comércio*, Ano VII, N.º 27, Jul. – Set., pp. 263-271.

Silva, F.V. Gonçalves (1953), “O ensino da Contabilidade nas Escolas Superiores de Economia”, *Revista de Contabilidade e Comércio*, Ano XXI, N.º 81, Jan. – Mar., pp. 5-30.

Silva, F.V. Gonçalves (1954), “Escolas Contabilísticas”, *Revista de Contabilidade e Comércio*, Ano XXII, N.º 87, Jul. – Set., pp. 269-279.

Silva, F. V. Gonçalves (1966), “A Reforma do Instituto de Ciências Económicas”, *Revista de Contabilidade e Comércio*, Vol. XXXIII, N.º 132, Out. – Dez., pp. 271-277.

Silva, F. V. Gonçalves (1968), *Contabilidade Geral – 1º Volume*, Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora.

Silva, F. V. Gonçalves (1970), *Curiosidades, Velharias e Miudezas Contabilísticas*, Lisboa: Edições Império.

Silva, F. V. Gonçalves (1973) *Contabilidade Geral – 2.º Volume*, Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 2.^a Edição Revista

Silva, F.V. Gonçalves (1983-84), “Bosquejo duma sucinta história da Contabilidade em Portugal”, *Revista de Contabilidade e Comércio*, Vol. XLVII/XLVIII, N.º 187/92, pp. 503-513.

Tavares, Amândio F. Ferreira (2008), *A influência de Jaime Lopes Amorim no desenvolvimento da Contabilidade em Portugal*, Braga: Infocontab Edições.

Thiry-Cherques, Hermano Roberto (2006), “O Primeiro Estruturalismo: Método de Pesquisa para as Ciências da Gestão”, *RAC*, Vol. 10, N.º 2, Abr. – Jun., pp. 137-156.

Veiga, Henrique F. Tomaz e Pina, Amílcar dos Anjos G. G. (1955/56), *Teoria da Contabilidade*, Porto: Faculdade de Economia do Porto.

Waldstreicher, David (2001), “Anti-Foundational Founders: Did Post-structuralism Fail the Historians, or Did the Historians Fail Post-structuralism?”, *American Quarterly*, Vol. 53, N.º 2, pp. 340-348.

Anexos

I. Entrevista à Prof.^a Lúcia Lima Rodrigues

Juliana Pinto (JP) – Muito embora a minha tese tenha como título “*O Ensino da Contabilidade na FEP – O contributo do Prof. Sarmento*”, não poderia deixar de começar pelo princípio... E o princípio passa, inevitavelmente, pela Aula de Comércio do Marquês de Pombal. A Prof.^a Lúcia Rodrigues integrou um projecto inédito de investigação no âmbito da implementação da Aula de Comércio. Foi difícil a concretização desse projecto?

Lúcia Lima Rodrigues (LLR) – Foi um pouco difícil ganhar o financiamento. Foi a primeira vez que a Câmara dos Técnicos de Contas financiou um projecto. Para nós foi muito importante porque foi um apoio para publicarmos a nível internacional. Grande parte dos arquivos estão em Lisboa e nós tínhamos que ir a Lisboa várias vezes e o apoio que conseguimos foi realmente fundamental para depois começarmos a publicar. Entretanto, essas publicações acabaram por gerar apoios de FCT [Fundação para a Ciência e Tecnologia] de valor muito mais avultado. Os 6000 euros que recebemos na altura fazem com que agora consigamos 60000 euros de FCT, ou seja, foi aquilo que se chama o *seed money* absolutamente indispensável para se começar a publicar a nível internacional.

JP – E em termos de acesso à informação?

LLR – Em termos de arquivo, e para uma pessoa que investiga em História, a primeira dificuldade que sente é o facto de ser uma investigação muito consumidora de tempo. A primeira coisa que tem um investigador em História de fazer é de pensar que a investigação e a obtenção dos dados vai ser muito consumidora de tempo, e portanto ir de manhã a Lisboa e regressar ao final da tarde está fora de questão. Vai ter de ficar lá porque sabe que algumas cópias e alguns livros só aparecem no dia seguinte e essa é a maior dificuldade que tem o investigador, principalmente enquanto não houver mais documentos *on-line*. Por exemplo, publiquei um artigo com base em vários documentos que a Torre do Tombo disponibilizou *on-line*, o que facilitou bastante. Mas isto é de facto muito raro porque a biblioteca digital ainda está muito atrasada.

Quem quer fazer investigação com dados primários, indo à fonte, sabe que é muito consumidor de tempo. A forma mais fácil de fazer investigação em contabilidade é usar os dados secundários como os relatórios e contas, as bases de dados que há por exemplo nas faculdades.

JP – Mas a investigação em dados primários é mais aliciante.... (risos) ...

LLR – Eu adoro o arquivo! Tenho paixões por arquivos e por bibliotecas. Adoro ver documentos antigos e muitas vezes nem dou pelo tempo passar, fico completamente absorvida.

A Aula de Comércio do Marquês de Pombal

JP – Falemos então em concreto sobre a Aula de Comércio do Marquês de Pombal. Pelo que pude pesquisar, o Marquês de Pombal importou o *know-how* que já existia em Londres. Apesar de sermos a primeira escola oficial pública de contabilidade e comércio, no fundo a novidade era só mesmo a escola, porque o conhecimento já existia antes?

LLR – Já existiam escolas privadas, o plano curricular que ele usou já estava num escrito de Postlethwayt e, portanto, admite-se que ele sabia, por contactos que teve em Londres, como por uma escola que formasse contabilistas e comerciantes a funcionar. Como quando teve meios, quando foi Primeiro-ministro de Portugal, ele apercebeu-se que a única forma de por o país a funcionar, e desenvolver economicamente o país, era tecer um conjunto de comerciantes e pessoas formadas na área do comércio e da gestão, ele tinha que fazer isso por ele próprio. Reconhecendo que a formação que existia era muito pontual e muito feita no trabalho, e como homem iluminado, porque viveu em Londres onde conviveu com muitos iluminados e frequentou as associações de prestígio de Londres, ele teve oportunidade de ganhar um conjunto de conhecimentos sobre o que um comerciante precisa saber para conseguir gerir bem os seus negócios. Quando chegou a Portugal teve de os por em prática e ao fazer isso foi inovador. O Marquês de Pombal desenvolveu aquilo a que se chama um capitalismo de estado, no qual achava que era ao estado que competia a organização das classes para que o país se desenvolvesse e para isso precisava da escola.

JP – Na Aula de Comércio ensinava-se a digrafia, já que existia um “Programa de Método de Escrever em Livros”. Que papel teve a Aula de Comércio no desenvolvimento da escrituração comercial e aperfeiçoamento da digrafia, técnica ainda hoje usada nos registos contabilísticos?

LLR – Foi fundamental porque até ali a digrafia era conhecida em Portugal mas era usada basicamente por comerciantes estrangeiros. Foi uma técnica que foi importada quando Portugal começou a receber, por força dos descobrimentos, estrangeiros (Lisboa naquela altura tinha muitos estrangeiros). Eles traziam, nomeadamente os italianos e os franceses, o *know-how* da digrafia que aplicavam nos seus negócios. Nos negócios dos portugueses isso não se verificava. Portanto, a Aula de Comércio ao ser frequentada obrigatoriamente por filhos de comerciantes fez com que o comerciante acabasse por ter “os livros arrumados” de forma mais controlada e ensinou os comerciantes a organizarem a escrita comercial, a apresentarem bem as contas aos sócios, porque naquela altura começaram a aparecer as companhias. Foi também fundamental porque muitos deles foram trabalhar para a contabilidade pública que se montou num regime digráfico, e foram também para as companhias pombalinas que eram grandes sociedades multinacionais. Por exemplo, a Companhia de Grão Pará e Maranhão tinha filiais em Guiné, Cabo Verde, Lisboa e claro, no Brasil. Havia que organizar este tipo de negócio que precisava de um regime contabilístico mais estreito em termos de controlo e por isso a digrafia foi fundamental para seguir essas companhias.

JP – Tendo o Marquês de Pombal importado os conhecimentos de Inglaterra, porque será que não optou pelo ensino do inglês e deu preferência ao francês? E porque foi abandonado o ensino do francês?

LLR – Porque ele nunca aprendeu inglês. É muito curioso porque ele esteve em Inglaterra vários anos e nunca aprendeu inglês, porque a língua da diplomacia era o francês, aliás, ele tem isso nos seus escritos. Naquela altura, tudo o que vinha de França era o mais bonito; as roupas, as máscaras... e o francês eram mesmo a língua dos diplomatas e, por isso, quando foi para criar na escola o ensino de línguas ele preferiu o francês, pois era a língua que ele sabia falar. O francês acabou por ser abandonado porque acabou por não ter grande utilidade.

JP – Os primeiros lentes da Aula de Comércio foram aperfeiçoar os seus conhecimentos no estrangeiro....aprenderam fora do Portugal...

LLR – Isso é muito interessante porque eles são homens do mundo! Pombal tinha uma visão do mundo muito lata, como nós temos hoje, e sabia que o professor deveria ser uma pessoa com formação a nível internacional, pois estava preocupado com a ligação das colónias a Lisboa e, portanto, queria pessoas que já tivessem estado em vários sítios. Por exemplo, o primeiro lente esteve na Argentina e no Brasil e só depois é que veio para Portugal. Ou melhor, ele começou a sua actividade como guarda-livros em Lisboa, já numa companhia internacional que era a Companhia de Macau, e depois quando se trabalha em empresas internacionais, acaba-se por criar conexões que fizeram com que ele fosse ter à Argentina, depois ao Brasil e só depois voltou. Obviamente que quando voltou trazia todo o perfil que o Pombal queria. Era um homem que sabia de negócios, que sabia contabilidade e que tinha todo o conhecimento prático que queria transmitir aos comerciantes da altura.

JP – Hoje em dia ainda há essa necessidade dos professores terem de ir lá fora buscar o conhecimento?

LLR – Eu acho que sim, embora hoje em dia o académico tenha de ser internacionalizado mais ao nível do académico em si. Hoje o ensino da contabilidade não é como naquela altura. Naquela altura era um ensino basicamente prático, técnico. Hoje a contabilidade está a almejar ser uma área científica como outra qualquer. Quando queremos ser uma área científica como outra qualquer isso significa que temos de usar as mesmas metodologias de investigação e temos de ser tão rigorosos como os outros. O académico que quer ser um verdadeiro académico não pode ficar em Portugal, tem de ir a conferências internacionais, andar pelo mundo e ver como fazem os seus colegas, ler artigos internacionais por muito que não goste do inglês...é assim que nós hoje temos uma visão global da academia contabilística.

JP – No Primeiro Encontro de História da Contabilidade, em Setembro de 2008, a Prof.^a Lúcia disse que os contabilistas na época Pombalina e ao serviço das Reais Companhias eram pagos ao nível do Cristiano Ronaldo de hoje!

LLR – Quando se faz a conversão, dá de facto um valor muito elevado, porque eles tinham um conhecimento raro, haviam muito poucos. O que aconteceu por exemplo com os lentes é que eles apesar de serem professores acumulavam o seu próprio negócio. O segundo lente era simultaneamente professor e auditor de várias companhias, além de que pertencia à Junta de Comércio. Eles acumulavam porque não tinham mãos a medir, tinham muito trabalho e eram muito solicitados e de facto ganhavam muito bem.

JP – E hoje em dia isso ainda acontece?

LLR – Hoje isso já não acontece porque há muita oferta de Técnicos Oficiais de Contas e não sei como será no futuro com o fechamento da profissão que só aconteceu em 1995. E porque estamos a pouco mais de 10 anos do fechamento da profissão, ainda não se viram muito bem as consequências, mas uma das consequências que se está a sentir é a redução do número de membros, por força dos exames. Portanto, consequentemente, a Câmara daqui a uns tempos pode estar como a Ordem dos Médicos e se assim fizer os que existem serão mais valorizados e vão ganhar mais.

JP – Em 2002 afirmava que «O ensino da contabilidade está bom e recomenda-se.» Hoje em dia mantém essa afirmação?

LLR – Hoje em dia ainda a reforço mais. Reforço porque acho que se evoluiu muito por onde se tinha que evoluir. A Aula de Comércio foi fantástica para aquela altura, mas o mundo mudou muito e a contabilidade tem de acompanhar essa mudança. Hoje estamos a caminhar para um ensino cada vez mais baseado na investigação e é esse o que eu defendo. Um ensino onde as pessoas para ensinarem têm que ir aprender, fazer formação, têm de fazer mestrado e doutoramento. O professor tem de ser um professor com uma visão global, muito mais do que apenas dominar a técnica, não pode apenas “debitar e creditar”. Ensinar contabilidade não é só ensinar digrafia, a contabilidade é muito mais do que isso.

JP – «O destino profissional dos diplomados pela Aula de Comércio era, assim, as actividades económicas quer privadas quer estatais. Os diplomados tinham preferência para o desempenho de lugares na Junta de Comércio, Contadoria, Secretaria» (...)

Num mercado global cada vez mais concorrencial que lugares ocupam hoje os diplomados pelas nossas escolas?

LLR – Eu diria que depende muito do perfil de cada um. Ao nível dos Técnicos Oficiais de Contas nós temos pessoas com formação muito diferente. Temos desde aqueles que são licenciados em contabilidade e que dificilmente conseguem ter uma visão global do negócio, porque fazem uma formação na qual eu não acredito, mas que pode ser uma via, embora façam uma formação muito específica em contabilidade e depois perdem a visão de todas aquelas áreas associadas à contabilidade, como o marketing, a gestão financeira ou de recursos humanos. Essa pessoa necessariamente vai trabalhar e vai preencher um papel que é bastante restrito porque se limita à área da contabilidade; ou poderemos ter pessoas que são por exemplo licenciadas em economia ou gestão que depois fazem um aprofundamento na área da contabilidade e que têm uma visão muito maior, dominam a gestão e conseguem ver a empresa como um todo. Na minha perspectiva, quanto maior é a visão, mais longe os profissionais conseguem chegar.

JP – Concorda com a afirmação de que a anexação da Aula de Comércio ao Liceu de Lisboa como secção comercial em 1844 significou um retrocesso no ensino da contabilidade?

LLR – Sim, significou porque perdeu importância. Se pensarmos que na Aula de Comércio o próprio rei assistia aos exames, o próprio Marquês aparecia lá muitas vezes, que ao alunos eram tratados com dignidade e depois se vai por a aula no liceu... é a mesma coisa que pegar na Faculdade de Economia do Porto e anexar o seu ensino a um liceu! Naquela altura a Aula de Comércio estava a formar autênticos MBA's e ao anexar a um liceu, que é um ensino muito mais analista, obviamente perdeu importância. Mas a pergunta será: porquê que isto aconteceu? Esta questão tem explicações políticas porque passamos de um regime corporativista, mercantilista para um regime fisiocrata. O mercantilista acredita na força do comércio e das transacções comerciais e é preciso pessoas que apoiem este regime. Com a queda do Marquês de Pombal e com o liberalismo económico o Estado deixa de ter um papel interventor e logo o ensino público perde relevância. Quando termina o mercantilismo e começa a fisiocracia começa-se a pensar que o desenvolvimento económico deve ser impulsionado pela

agricultura, deixa tanto de fazer sentido ter aquelas pessoas que são especialistas a fazer negócios a nível internacional, por exemplo. Tudo isto fez com que a profissão perdesse muita relevância na altura.

JP – A Prof.^a Lúcia Rodrigues é a «primeira doutorada em contabilidade no nosso país» Os doutorados e catedráticos na área da contabilidade são suficientes no nosso país?

LLR – Ainda não. Estou ansiosa por ter mais aqui [Universidade do Minho], só somos 4 e precisávamos de ter toda a gente já doutorada, mas infelizmente não, ainda temos em formação 5 pessoas, o que significa que ainda não são suficientes. Só estaremos em velocidade cruzeiro quando tivermos tudo doutorado.

JP – A 3 de Junho de 1959 a Sociedade Portuguesa de Contabilidade comemorou o duplo centenário na Aula de Comércio. No próximo mês de Junho a Comissão de História de Contabilidade celebrará o seu II Encontro e os 250 anos da Aula de Comércio. Estas iniciativas reforçam a importância da Aula?

LLR – Reforça acima de tudo a importância que a contabilidade tem para a sociedade; vai ser esse o nosso foco. Obviamente que termos sido pioneiros numa escola pública que foi muito boa para o desenvolvimento económico e lembrarmos isso é muito importante, temos de celebrar a vida e eu sou defensora de celebrarmos a vida. Mas relembrar à sociedade que de facto a contabilidade tem um papel na sociedade, que pode apoiar o desenvolvimento económico, que é influenciável mas que também influencia a sociedade, acho que isso também se deve fazer e, obviamente esta é uma oportunidade.

JP – O que conhecem os contabilistas de hoje da Aula de Comércio? Ainda há muitos profissionais que desconhecem a Aula?

LLR – Completamente. Desconhecem a escola, desconhecem o papel que na altura o Pombal lhe deu, ou seja, como é que um Governo se empenhou para dar formação gratuita a profissionais que considerava absolutamente indispensáveis para o desenvolvimento económico e isto deve fazermos pensar que estudamos uma área que tem interesse público.

O Ensino da Contabilidade na FEP

JP – A Prof.^a Lúcia Rodrigues foi aluna da FEP...

LLR – Com muita honra! Tenho todo o prazer em ter sido lá aluna e professora também.

JP – Em que anos frequentou a FEP?

LLR – Eu entrei em 1977 e fui aluna até 1982 e depois fiquei lá a dar aulas.

JP – Como era a FEP no seu tempo?

LLR – Era muito boa! Foi sempre muito bom o tempo que lá passei. Quando para lá entrei já foi nas instalações actuais. Quando eu entrei, entrei no início de Janeiro e não em Outubro como é habitual porque a faculdade tinha estado fechada por causa de todos os “desvarios de esquerda”, digamos assim, que tinham existido na altura. Quando eu entrei foi num curso que tinha sido reestruturado, porque estava muito esquerdista, com muita teoria Marxista. Embora eu ainda tivesse uma cadeira de teoria Marxista, haviam muitas cadeiras da área da esquerda que acabaram por ser retiradas para introduzir outros conteúdos. Foi um período interessante, havia poucas mulheres. Na altura ainda apanhei um professor a mandar-me coser peúgas e que chumbava as mulheres todas, chumbou-me a mim e às minhas amigas! Mas foi uma experiência única, não tem nada a ver com o que é hoje. Eu quando vou agora dar aulas encontro por vezes mais mulheres que homens e naquela altura nós éramos nitidamente uma minoria. Uma vez ou outra, houveram professores machistas que foram tentados a discriminar-nos e discriminaram-nos mesmo em termos de notas. Mas isso também já ninguém ligava porque todas as mulheres já sabiam que nós tínhamos que trabalhar mais que os homens para sermos reconhecidas. Mas acima de tudo foi um período muito bom, gostei mesmo muito.

JP – O que recorda do programa curricular e formas de avaliação? Que disciplinas gostava mais?

LLR – Em termos de matérias, enquanto aluna, sempre recordo muito bem as cadeiras de contabilidade, eram aquelas que eu gostava mais, embora não foram as cadeiras onde tirei as melhores notas porque os professores eram terríveis! (risos...) Ainda me lembro da Contabilidade de Custos com o Dr. Baganha... Na altura eu fazia parte dos 2% de alunos que tinham média superior ou igual a 14 valores, porque de facto as notas eram muito más.

Depois quando comecei a dar aulas, curiosamente fui dar Teoria Geral da Contabilidade e Economia da Empresa, que era uma cadeira do 3.º ano, em que eram 12 homens e eu. Na altura os professores tinham fama de fazer umas reuniões ao sábado onde além de fazerem uma espécie de tertúlia sobre as matérias contabilísticas que estavam em debate na altura, aproveitavam para fazer umas galhofas e contar umas anedotas. Obviamente que eu sendo mulher, iria estragar o picante das anedotas (risos). De tal forma era o ambiente masculino, que a entrada de uma mulher era vista como uma ameaça. Mas pronto, de facto tudo correu maravilhosamente bem porque eu era tratada como uma flor. Íamos ao bar todos juntos, conversávamos muito e as pessoas de outros grupos diziam que eu era a flor de T.G.C. (Teoria Geral da Contabilidade).

Fui sempre muito bem tratada na Faculdade de Economia do Porto, a minha experiência lá foi muito positiva e só de lá saí mesmo por razões pessoais. Entretanto casei, fiquei aqui a viver [Braga], tinha uma miúda pequena na altura com dois anos...e pensei que os filhos estão primeiro... mas foi com uma grande pena que deixei a Faculdade de Economia do Porto, pois adorava todos os colegas e o ambiente era mesmo muito bom.

JP – A formação contabilística recebida ao nível da licenciatura em Economia na FEP foi relevante para optar pelo prosseguimento de estudos em Contabilidade?

LLR – Sem dúvida! Se olhar aqui a minha biblioteca vê que o primeiro livro que eu tenho e onde, costumo dizer, estão as minhas raízes contabilísticas, é uma sebenta. Na altura adquiria-se na reprografia e eu achei que ela tinha tanto valor que lhe fiz esta capa. Foi a partir daqui que eu me apaixonei pela contabilidade. Hoje já não o uso muito, mas de vez em quando ainda cá venho e foi fundamental para a minha formação.

JP – Na sua última entrevista à Revista TOC, (N.º 107, Fev. de 2009), afirma que «É importante ensinar os alunos a saberem pensar e não apenas a saberem fazer.» Na FEP ensina-se a pensar?

LLR – Ah sem dúvida! Ensina-se muito bem. Não tenho dúvidas nenhuma que é um dos melhores sítios para estudar. E tenho todo orgulho disso porque a forma como aprendi contabilidade, foi isso que fez com que eu quisesse investigar em contabilidade, porque não aprendi só débitos e créditos. O professor explicava muito bem o porquê das coisas serem feitas assim, o que fez com que eu criasse maleabilidade intelectual de perceber que as coisas funcionam num equilíbrio, mas quando mudam qualquer coisa eu sei pensar. Há alunos que aprendem que uma coisa é assim, decoram, e depois se uma situação ou outra muda já não sabem resolver o problema. Isso é que nós não podemos fazer aos alunos, mecanizar a contabilidade, transformá-los em máquinas de forma que, estando a contabilidade sempre a mudar, muda a contabilidade e os alunos ficam todos atrapalhados e não é isso que a gente quer. O que nós queremos é que o aluno consiga sempre aprender ao longo do tempo e eu acho que a Faculdade de Economia do Porto faz isso muito bem.

JP – A Prof.^a considera que o ensino da Teoria da Contabilidade está a ser descurado nalgumas escolas?

LLR – Sim, não tenho dúvidas que nalguns politécnicos está a ser descurada. Até pela minha experiência em concursos. Tive uma experiência recente num politécnico e o professor tinha de dar aquela aula, a qual não aguentava, era uma aula de débitos e créditos, sem nenhuma explicação teórica, e só mesmo juntando a teoria com a prática se constrói um saber sólido.

JP – Frequentou a disciplina de Teoria da Contabilidade só ao nível da licenciatura?

LLR – Tenho a licenciatura em Economia e o mestrado em Economia. A disciplina de Teoria da Contabilidade foi basicamente ao nível da licenciatura, embora no mestrado tivesse umas cadeiras relacionadas com a gestão, pois a minha área de especialização era Economia da Empresa, mas basicamente a minha formação foi feita ao nível de licenciatura e doutoramento... ah e ao nível da minha dissertação de mestrado, que preparei já ao nível da contabilidade. Portanto, posso dizer que foi na licenciatura, dissertação de mestrado e depois tese de doutoramento.

JP – O que conhece do Prof. José António Sarmiento?

LLR – Ouvi falar muito dele e da Escola do Porto e sei que foi um grande professor da Faculdade de Economia do Porto. Infelizmente não tive a sorte de o conhecer como o Prof. Carqueja, mas na altura os professores recomendavam a sebenta dele. Por isso, acabei por captar um bocadinho do saber do Prof. Carqueja através da sebenta que na minha altura era dada.

Realizada na Universidade do Minho, Braga, a 19 de Março de 2009.

II. Entrevista ao Prof. Hernâni Olímpio Carqueja

Sobre o Prof. Carqueja

Juliana Pinto (JP) – O Prof. Carqueja é natural de Trás-os-Montes e veio para o Porto bastante novo. Qual o seu percurso académico?

Hernâni Olímpio Carqueja (HOC) – Sou natural de Felgar, que é uma aldeia de Torre de Moncorvo. Os meus avós, quer materno que paterno, e que eu não conheci, eram ambos ferreiros, ou serralheiros, como se dizia na altura. O meu pai e a minha mãe eram primos. O meu pai afastou-se da profissão que seria dos Carquejas para assumir uma outra profissão, que também era da família, mas por parte das senhoras: a família dos Ferreiras (este é um apelido que eu não tenho). A família dos Ferreiras tinha comerciantes, e o meu pai, por razões ligadas a muitas dificuldades em princípio de vida, seguiu esta profissão.

Vivi em Felgar até aos 10 anos. Fiz lá a 4.^a classe (dizem os papéis que fui “aprovado com distinção”) e foi lá que me preparei para admissão ao liceu. Foi uma época boa para mim, porque nessa época tornei-me um aldeão puro. Em Felgar não havia luz eléctrica, estudava-se à luz dos candeeiros de petróleo e de azeite. O meu pai tinha um estabelecimento de retalho com tudo: desde chapéus de homem a carvão para vender para as forjas. A actividade era orientada para o comércio de produtos agrícolas, designadamente azeite e amêndoa.

Meu pai, por virtude do negócio que desenvolveu, quer a mim, quer aos meus irmãos, teve a possibilidade de nos por a estudar em colégios. O primeiro colégio em que estive foi o colégio dos jesuítas, nas Caldas da Saúde onde estive com 11 e 12 anos.

Mas o meu irmão convenceu o meu pai que os jesuítas não eram a melhor forma de estar e que eu deveria de ir para o liceu e fiz o 3.º ano em Bragança. Vim com o meu irmão para o Porto, quando ele já estava na universidade e fui aluno no Alexandre Herculano.

Como aluno do Alexandre Herculano recordo que frequentei o liceu ao mesmo tempo que o actual pretendente monárquico; o D. Duarte. Lembro-me que o reitor era um senhor chamado Sena Esteves. Pertenci a uma turma a que os professores mais tarde

chamaram “Turma dos burros” porque em 41 alunos, num dos períodos, a média mais elevada foi 10,8 valores e era a minha, isto no 4.º ano do liceu!

No Alexandre Herculano para me livrar da Mocidade Portuguesa (eu detestava fardas), registei-me como praticante de esgrima, e aprendi florete e sabre. Fiz o 5.º ano com a média creio de 15 valores, quer em letras quer em ciências e não fui à oral.

Escolhi economia por influência do meu irmão mais velho, porque eu pensei em seguir mecânica, mas ele convenceu-me a ir para economia. Não fui para o instituto, o que ainda foi ponderado, porque era na altura muito complicado passar do liceu para o instituto, perdia um ano. Fui então para a Faculdade de Economia depois de em casa se discutir esta questão. Ao escolher economia fui obrigado a ir para o liceu D. Manuel II, onde fiz o 6.º e o 7.º ano para admissão. Por ventura das notas dispensei o exame de aptidão da faculdade. Fui para a Faculdade de Economia em 1955, no terceiro curso. A Faculdade de Economia era um corredor no edifício da actual reitoria, na Praça dos Leões.

A FEP tinha nos primeiros anos muitas pessoas que estavam nas profissões. E, por outro lado, o conjunto dos professores primeiros tinha uma postura de pioneiros, com uma disponibilidade e um contacto muito grande com os alunos, e já todos sabíamos que tínhamos dificuldades, a começar pelo corredor. Isto foi assim no 1.º, 2.º e 3.º ano, porque no 4.º começou a deixar de o ser. Quando cheguei ao fim do curso, quando já haviam 5 anos na faculdade, esta tinha já outro tom. Aquele ar de pioneirismo tinha já sido perdido.

Portanto, no meu percurso académico nunca perdi anos e fui sistematicamente bem classificado em matemática, desde os jesuítas. Tive um percurso académico mudando muitas vezes de escola, mas que me deixa boas recordações.

O ensino da contabilidade na FEP

JP – Qual foi o seu primeiro contacto com a FEP?

HOC – Fui para a Faculdade de Economia do D. Manuel, onde estavam todos os alunos dos liceus do Porto que tinham ido para economia e não éramos muitos, éramos cerca de 14 ou 15 alunos vindos do Porto, que se juntaram depois às senhoras que estavam no

Carolina Micaelis. Conheci rapidamente os colegas e, passado meio ano do curso comecei a achar que a minha mulher era uma rapariga muito interessante... haviam lá muito poucas raparigas e comecei a namorar por essa altura. Os meus contactos na Faculdade de Economia foram muito agradáveis, tive muita sorte com amigos.

Quando cheguei à cadeira de Teoria da Contabilidade, na primeira aula do Doutor Sarmento, este disse que, lamentava muito mas havia uma dificuldade que ele não sabia resolver, e que era a dos alunos vindos do liceu. Por um erro, que depois foi corrigido já no tempo em que eu era professor, pois foram introduzidas as cadeiras de propedêutica, era dever dele ensinar Teoria da Contabilidade a pessoas vindas do liceu. Ele sabia que iríamos ter enormes dificuldades, mas a única coisa que se podia sugerir era que nos juntássemos em grupos, comprássemos os livros usados do ensino técnico e outros porque doutra forma iríamos ter muitas dificuldades. Eu e o colega Azevedo compramos os livros, outros colegas recorreram a explicações. A minha mulher teve explicações com o Dr. Baganha.

JP – Como era a FEP no seu tempo?

HOC – No que diz respeito a Teoria da Contabilidade, o Doutor Sarmento achava que não podia resolver uma coisa que era o sistema que estava errado, e que foi efectivamente corrigido anos mais tarde com a introdução das cadeiras de propedêutica. Lembro-me de enormes dificuldades dos alunos e lembro-me de que o Dr. Baganha desde início demonstrou uma disponibilidade para ensinar, designadamente à minha mulher e às minhas colegas todas. Mas, mesmo assim, não foi fácil. Não é fácil pensar em fazer análise de balanços quando de facto nem se sabe muito bem o que é...

Havia muitos alunos que já estavam colocados. Por exemplo o Dr. Abel Pinto dos Reis estava já muito bem colocado, ganhava já bastante dinheiro. Os alunos estavam na altura obrigados a frequências. Havia duas espécies de alunos em que uns tinham o compromisso de ir às aulas teóricas e os outros que podiam não ir. Eram muitos os alunos que não eram obrigados a ir às aulas teóricas o que contribuiu muito também para aquele ambiente de esforço, de pioneirismo e entreaajuda que houve nos primeiros 3 anos.

Portanto, haviam muitos alunos que não tinham preparação mínima de contabilidade, vindos dos liceus do país e havia também alunos que estavam a trabalhar.

No meu tempo ao lado da FEP havia um café chamado “Piolho” onde se estava muito e havia um centro universitário na Rua de Cedofeita do qual fui frequentador.

Vivi muito a FEP até ao 3.º ano. No 4.º e no 5.º ano do curso fiz a tropa obrigatória e como aluno militar estava dispensado das aulas teóricas.

Repeti apenas uma cadeira: Economia e Legislação Ultramarina dada pelo Prof. Camilo Cimourdain, que depois fiz com 18 valores. Em Janeiro de 1961 tinha a tropa feita, o curso feito e foi quando se desenvolveu o processo que me levou para a faculdade.

JP – Com que desafios e dificuldades se deparavam os alunos da época? As saídas profissionais abundavam?

HOC – As dificuldades eram essencialmente para os alunos vindos do liceu a Teoria da Contabilidade. As saídas profissionais eram de facto muitas. Em Janeiro de 1961, quando aceitei ficar na faculdade como assistente, os assistentes ganhavam 3 contos e 400, o meu pai começou por me dizer que me dava 6 contos, o que para o tempo era muito dinheiro! Eu concorri para uma empresa que produzia caldeiras onde ganharia 5 contos. Não me lembro de ver qualquer preocupação e não me recordo de os meus colegas durante mais de um mês terem a preocupação de não ter emprego. Tínhamos os cargos abertos. Alguns foram para o ensino, porque assim o queriam, porque todos tinham nas companhias de seguros, nos bancos, no Estado e no sector privado, amplas oportunidades. Eram mais as oportunidades que as dificuldades, ao contrário do que se verifica hoje.

JP – Em entrevista à Revista TOC, em 2002, o Prof. Carqueja afirma que quando terminou a sua licenciatura recebeu a sugestão de se candidatar a assistente de estatística ou, em alternativa, de economia. Mas respondeu que preferia ser assistente de contabilidade. Porquê?

HOC – Porque de um lado eu tinha uma vivência desde miúdo de um estabelecimento comercial, que trabalhava com produtos para exportação e, por outro lado, tinha um conjunto das disciplinas da faculdade.

Nessas disciplinas eu tinha aprendido que aquilo que me interessava – gestão de empresas – além de ser tratado com interesse em disciplinas de direito, e de terem muito interesse as disciplinas de microeconomia, de facto, as disciplinas que ajudavam mais a

gestão eram as de contabilidade. Eu tinha aprendido que a contabilidade tinha problemas que não se percebiam bem. Recordo, uma das vezes, o meu pai estar à espera de um resultado e depois no balanço ele ser muito inferior, e deu muito trabalho descobrir porquê que o resultado foi inferior. Durante o curso eu tinha já feito algumas tarefas em casa ligadas à contabilidade, mas creio que a determinante verdadeira foi a personalidade do Doutor Sarmento. A maneira como o Doutor Sarmento colocava os problemas relativos à disciplina eram tão atraentes e diziam tão bem comigo que foi por isso que eu escolhi contabilidade. Também foi o Doutor Sarmento que me deu conta do que se podia fazer na profissão e comecei a interessar-me também por auditoria. De facto, o que eu sabia de auditoria antes de ser assistente de contabilidade era o que se lia nos livros e que era pouco, e sabia que havia aqui no Porto 2 ou 3 empresas ditas de auditoria.

JP – Durante quanto tempo (quais os anos lectivos) leccionou Teoria da Contabilidade na FEP?

HOC – Depois de regressar da tropa estive 2 anos, respectivamente o 1963/64, e o 1964/65 na Faculdade de Engenharia (FEUP) onde dei a cadeira de Organização e Gestão de Empresas. Nesta época não havia Internet nem máquinas de fotocópia, tudo era feito em stencil. Quando não havia livros, considerava-se obrigação do professor fazer sebenta. Considerava-se isto em Coimbra, na Faculdade de Direito. A influência de professores da Faculdade de Direito aqui traduzia-se em que, por exemplo, professores como o Dr. Seabra faziam sebentas. Assim, os professores eram instados pelo Dr. Seabra a fazer sebentas. Eu fiz parte da sebenta de Organização e Gestão de Empresas na FEUP na parte de Cálculo Financeiro.

Faleceu o Doutor Sarmento, o Dr. Baganha leccionou durante um ano e eu depois fui tirado da Faculdade de Engenharia, com grande reclamação minha, e posto na de Economia.

Nesta, além de Teoria da Contabilidade, houve alguns anos em que tive de resolver problemas porque começaram a chegar ao fim os 5 anos de contrato dos docentes de algumas cadeiras e eu acabei a dar Economia dos Transportes e Geografia Económica Portuguesa, mas com sebenta de outros. Portanto, eu leccionei desde 1965/66 até 1970/71.

Em 1969/70 tive problemas, reflexos do movimento de França, que se agravaram enormemente em 70/71. Este ano, cerca de metade das aulas foram dadas a afixar sumários e eu a entrar para as aulas de alunos num corredor e noutra muito calados. Só muito mais tarde soube que tinha um pouco a ver com os meus alunos. Tinha poucos alunos e estes eram predominantemente do Instituto Industrial do Porto, que estavam lá por convocatória. Ao mesmo tempo que se entende que haja razões, aquele processo sempre me incomodou muito, porque os alunos estavam a ter aulas em muito más condições. Haviām aulas de contabilidade com 140 alunos dentro da sala e com papéis de Diário-Razão a serem preenchidos contra a parede...Se os alunos me tivessem convidado a fazer greve com eles, decerto eu teria feito greve com eles! Portanto, fazerem greve contra mim sempre achei uma grande injustiça, mas não me afectou particularmente, pois a vida deu-me outras compensações.

Eu saí da faculdade em consequência de um período conturbado em que já tinha filhos, e o dinheiro era importante para mim, e em que a faculdade significava ganhar muito menos e ter aborrecimentos. De um lado tinha dinheiro sem aborrecimentos e do outro lado tinha aborrecimentos sem dinheiro, de maneira que agradou-me sair cá para fora. Para ter uma ideia, no ano de 1971 eu tinha como professor encarregado de curso na FEP um salário na ordem dos 8000 escudos e só de um dos sítios para onde trabalhava recebia 19000... e um professor catedrático ganhava à volta de 11 contos.

O meu final foi um pouco esbatido. O que me custa deste final foi que eu portei-me no meu entender direitinho com os alunos, entreguei-lhes os apontamentos que tinha para fazerem uma sebenta e eles perderam parte dos apontamentos sem os traduzir em sebenta. E, como não haviam fotocópias, eu fiquei sem nada, porque eu tinha feito a totalidade da Expressão e Medida. A Análise nunca a fiz, sempre continuei a usar outro tipo de apoio.

JP – O que recorda desse tempo? (Tipo de aulas, como era feita a avaliação... etc.)?

HOC – Eu tive como assistente o Henrique Tomás Veiga, que foi a pessoa que deu as aulas práticas. O número de alunos das aulas práticas era de tal maneira, que eu desdobrei o número de aulas. Eu dava algumas aulas que oficialmente não dava, só para haver mais turmas e mesmo assim era muito mau. E nas aulas teóricas era horrível, não era nada bom no que diz respeito ao número de alunos e possibilidades de acesso. Enquanto que os primeiros 3 anos (1965/66 a 67/68) foram razoáveis, depois tudo se

precipitou. O Dr. Seabra fez ainda o possível para ver se me demovia a não abandonar, provocando um convite de Moçambique para eu ir lá dar aulas. E estive a dar aulas em Moçambique num dos anos lectivos conjuntamente com uma senhora que agora dá aulas em Setúbal, irmã do Prof. Mota de Castro. Foi em Moçambique, aliás, que acabei o bocado da Valorimetria que depois se perdeu aqui.

Em relação ao tipo de aulas, havia aulas tipo “magistral” com demasiada gente, um professor a falar, alguns alunos a ouvirem, outros a tomarem apontamentos, numa sala em anfiteatro com condições impróprias para contabilidade. E havia as aulas práticas que algumas vezes andaram dissociadas inteiramente das aulas teóricas, porque o assistente que era o Dr. Veiga mantinha um gabinete e trabalhava e, às vezes, era difícil conciliar. A partir do segundo ano eu dei algumas aulas práticas e acabei por contribuir muito nos últimos anos para aparecer a Propedêutica.

Recordo que quer em Teoria da Contabilidade, quer em Contabilidade Aplicada, que estava a cargo do Dr. Baganha, existiram muitas dificuldades por virtude das más condições em que o ensino estava feito, e também por virtude de um mau começo por boa parte dos alunos.

A avaliação era feita numa prova escrita e numa prova oral. No que me dizia respeito, o Doutor Sarmiento no período de Janeiro a Março de 1961 tinha-me feito ler várias coisas, e tinha-me preparado para ter que avaliar os alunos distinguindo a compreensão, a apreensão e a capacidade de aplicação de conhecimentos adquiridos, e a ter que as avaliar separadamente. E, portanto, nem sempre os exames de contabilidade eram fáceis, porque eu, depois de me darem uma resposta, perguntava – “Porquê?” Recordo-me de dizer a um aluno: “Pois está bem, você fez direito, mas não sabe porquê, portanto se lhe aparecer um problema semelhante você não o faz, desde que não o reconheça.” Nem sempre foi fácil avaliar porque eu era muito novo, nalguns casos mais novo que boa parte dos alunos. As aulas dos 2 anos que eu dei tendo como assistentes o Dr. Pires de Matos e o Dr. Pinho Costa, que foram as aulas do ano 69/70, e 70/71 tinham um grupo de luxo e estas aulas teriam sido particularmente boas se os alunos tivessem lá ido.

Acho que a taxa de reprovações era mais baixa do que devia de ser, por virtude das más condições em que se trabalhava, por falta de instalações, o que depois foi bem resolvido.

JP – Quando o Prof. Carqueja assumiu o ensino da Teoria da Contabilidade na FEP fez alterações no programa, nomeadamente debruçando-se sobre o “problema da expressão contabilística”. Sentiu necessidade de fazer muitas alterações? Estava o problema da expressão pouco explorado?

HOC – O problema da expressão é que estava mal enquadrado. A expressão estava dita de uma forma subordinada à medida e à análise. Ora a expressão não só não é subordinada como em muitos casos aparece anterior e desfasada, e às vezes até aparece pouco ligada à medida. E os problemas de expressão têm pouco a ver com a medida. Já tenho pensado algumas vezes que alguém deveria acrescentar os capítulos que faltam na expressão. Porque a expressão tem dependência relativamente à tecnologia e portanto a expressão que consta do meu programa não tem e deveria ter agora um capítulo sobre relatórios, um sobre bases de dados e outro sobre folhas de cálculo.

Concluindo, acho que é muito importante o problema de expressão. O problema da expressão estava demasiado explorado, mas na perspectiva errada. Como não estava explorado como problema teórico, como só estava explorado ao “fazer”, estavam a ser confundidas coisas que não o deveriam ser. Também alterei profundamente a valorimetria porque o entendimento que eu tinha de valorimetria endógena e o entendimento que dela tinha o Doutor Sarmento não coincidem. Um usa para endógena e exógena a referência empresa e o outro usa contas, de maneira que a distribuição de temas na valorimetria é diferente.

JP – Quem substituiu o Prof. Carqueja no ensino da Teoria da Contabilidade na FEP?

HOC – Eu penso que foi o Dr. Jesus, mas terá de confirmar.

JP – Na sua opinião o que distingue o ensino da contabilidade na FEP do ensino da contabilidade noutras escolas superiores?

HOC – Penso que neste momento, por virtude do muito contacto que tive com o ensino noutras escolas superiores, estou em melhor posição para entender que houve um aspecto que na Faculdade de Economia conseguiu sobreviver, penso que desde o Doutor Sarmento até hoje, que foi o hábito de perguntar porquê. Em Teoria da Contabilidade nunca se encarou a contabilidade como um mero “fazer”, mas sempre como algo que

implicava saber porquê. E penso que a Teoria da Contabilidade, mesmo na época difícil que viveu nos anos de desordem a seguir a 1974, manteve sempre uma linha um bocadinho diferente que, por exemplo, no Instituto Comercial não foi repetida por um número de professores suficientes, porque foi repetida por alguns professores. Portanto há uma aproximação entre o Instituto Comercial e a Faculdade de Economia que é superior ao que as pessoas reconhecem.

Mas a Faculdade de Economia aparece no Porto com uma aproximação à disciplina diferente da de outros lados, por causa da insistência no porquê. A contabilidade nunca foi tratada dentro da faculdade como disciplina menor, excepto num conjunto de anos muito curto em que pode ter sido menos bem tratada. Quando a Faculdade de Economia reconheceu que, por razões de história, estava a perder um bocado da História da Contabilidade guarneceu-se com um número de doutorados que faz com que a Faculdade de Economia tenha hoje o melhor naipe de professores do país, mas que, infelizmente, não estão a tirar proveito disso, no meu entender. Têm todas as linhas de investigação e professores jovens e com uma visão da totalidade que não abunda no resto do país.

JP – O ensino da Teoria da Contabilidade está descurado. Concorde com esta afirmação?

HOC – Por volta da década de 90 houve, a nível mundial, um período muito bom dos especialistas em contabilidade, designadamente os auditores. Seguiu-se um período em que muitos dos artigos de contabilidade até foram sobre contabilidade criativa. Depois seguiu-se o desastre da Enron e outros que desqualificaram a contabilidade. A nível do mundo, por exemplo nos Estados Unidos, o número de candidatos a doutoramentos desceu enormemente e, no campo internacional, ganhou muita força a normalização dirigida ao mercado de capitais e, a meu ver, não de acordo com o que a História nos ensina, e portanto talvez não na melhor via... E deste conjunto de circunstâncias resulta que o ensino da contabilidade está a ser descurado nalgumas escolas porque os professores que neste momento não têm problemas com o débito e com o crédito, por virtude de programas informáticos, esqueceram-se que não é isso que deveriam ter ensinado nunca. Portanto, os professores que ensinavam a debitar e a creditar alunos, que até deviam de ter boa letra, neste momento estão desfasados.

Infelizmente eu penso que o ensino da Teoria da Contabilidade está descurado em muitos lados, ou seja, concordo com esta afirmação. Se há ainda pessoas com a autoridade do Tua Pereda, que faz notar que está implícita uma Teoria da Contabilidade em qualquer solução normativa, a verdade é que alguns professores esquecem-se disso e depois estudam as normas esquecendo-se de cotejar o que está na norma com o que devia lá estar no entender deles e confrontando os alunos com a possibilidade de a norma ser outra. Dentro deste contexto a Teoria da Contabilidade está descurada e está descurada também com a separação, a meu ver absurda, entre a Contabilidade Financeira e a Contabilidade dita de Gestão. Tratando a Contabilidade de Gestão como se fosse uma coisa diferente, de forma não integrada, e às vezes sem teoria a trás o que significa que a parte de Contabilidade de Gestão tem andado mais ao sabor de modas.

Sobre o Doutor Sarmento

JP – Qual foi o seu primeiro contacto com o Doutor Sarmento?

HOC – O meu primeiro contacto foi como aluno. Depois de ter demonstrado interesse em ser seu assistente, o meu primeiro contacto com o Doutor Sarmento foi no gabinete do Dr. Seabra. Eu cheguei um pouco mais cedo que o Doutor Sarmento e quando este chegou disse que já sabia do meu interesse em ser seu assistente e que teria todo o gosto em aceitar-me. Estranhou o facto e disse que decerto iria dar-me um pouco de trabalho, mas convidou-me desde logo a ir a casa dele e é certo de lanchei muitas vezes em sua casa. Diria pois que tive um contacto com o Doutor Sarmento extremamente afável. Não estive muito envolvido com a tese dele, porque no período em que poderia ter ajudado eventualmente a colher dados ou a fazer coisas eu andei a tirar o curso de prisioneiro na tropa! (Risos) ...

JP – O que mais destaca na personalidade do Prof. Sarmento? Quais os atributos que faziam dele um “mestre”?

HOC – Era extremamente humano e ao mesmo tempo extremamente rigoroso em julgar-se a ele e aos outros. Era muito pouco predisposto a fazer concessões a ele ou aos que trabalhassem com ele. Era muito exigente e tinha do ensino a ideia de missão. Achava que quem ensinava tinha uma enorme responsabilidade sobre os ombros,

porque estava a contribuir para determinado futuro de muita gente e por tanto, era complicado cometer erros e era melhor não os cometer.

Os atributos que faziam dele um mestre eram que não falava de maneira nenhuma do que não sabia; era extremamente rigoroso na análise; tinha uma enorme capacidade de ouvir e argumentava discordando com um sorriso e olhando para o outro como se ele tivesse alguma culpa por discordar. Era uma pessoa extremamente bem informada, mas, acima de tudo, era evidente que ele tinha estudado e aprofundado tanto quanto possível metodologia de ensino.

JP – O Prof. acha que o facto do Doutor Sarmento ter ensinado durante bastantes anos no ensino técnico depois determinou a forma como ensinou na faculdade?

HOC – Acho que o facto de ele no ensino técnico ter estudado metodologia o fez compreender duas coisas. Uma delas era os problemas que os alunos dele da faculdade tinham e outra a necessidade de fundamentar qualquer opinião. O facto de ter estudado metodologia acentuou uma característica que se calhar já era dele, e que, além de ser dele, já era própria da profissão: a fundamentação. O Doutor Sarmento caminhava sempre com muita segurança e era este aspecto, juntamente com um eterno sorriso que o marcava mais e a mim impressionava muito.

JP – Como eram as aulas do Prof. Sarmento?

HOC – Eram aulas seguidas com muita atenção por um grande número de pessoas. Eram aulas absolutamente estruturadas, com uma motivação do início, eram de alguma maneira aulas de universidade dadas por um antigo metodólogo do ensino secundário. Eu penso que para a época as aulas do Doutor Sarmento eram extremamente actuais.

JP – O Prof. Carqueja no seu artigo “A Escola do Porto e a Teoria da Contabilidade” diz que o Prof. Sarmento é um pilar estrutural na abordagem da Teoria da Contabilidade pela Escola do Porto. De que forma contribuiu o Prof. Sarmento para o desenvolvimento da Teoria da Contabilidade?

HOC – Contribuiu imenso. Mas como não teve tempo de escrever, e eu dei seguimento, mas depois interrompi e até fui infeliz, porque fiquei com a Valorimetria, que depois se

perdeu, este aspecto não teve o reconhecimento merecido. Houve todo um período de altos e baixos com algumas pressões para a aproximação ao “fazer”, outras vezes com um bocadinho mais de ênfase na teoria, mas, na prática, manteve-se a orientação e manteve-se o “porquê”.

JP – Nomes como Mattessich e Lopes Amorim são os que mais se aproximam de Sarmento? Em que medida?

HOC – Mattessich aproxima-se muito de Sarmento porque Mattessich fala em ciência aplicada e aparece lutando contra uma corrente em que a ciência, por conceito, era qualquer coisa que não era interessado, não tinha um fim. Mattessich desenvolve todo um conjunto de estudos demonstrando que não só estamos perante uma disciplina científica, mas que é muito característica. Com nomes e com terminologia bem diferente – problemática – o Doutor Sarmento tinha chegado à mesma conclusão por outra via.

Eu penso que entre Lopes Amorim e Sarmento há muito pouco em comum, excepto um ponto, e esse é muito importante. Lopes Amorim faz um livro de Teoria da Contabilidade começando por uma parte histórica muito desenvolvida e faz um livro quando a história era vista como fonte da informação. Lopes Amorim coloca-se numa posição cientificamente certa face à altura e ao ensino universitário tal como acontece com Sarmento, só que em épocas distintas e com referências diferentes.

Lopes de Amorim é depois atraído pelo problema que era mais discutido na altura que era a digrafia e gasta um sem número de páginas a explicar a digrafia porque ele fala numa altura, em 1929, em que o que se sabia da contabilidade era de compêndios americanos franceses e italianos. Entre Lopes Amorim e Sarmento há uma atitude comum: uma enorme seriedade e um enorme rigor, e depois são diferentes a partir daí em tudo.

JP – O Prof. Carqueja disse-me que para compreender o Prof. Sarmento e o seu contributo teria de o estudar atendendo à época em que este professor viveu e ensinou. Também me aconselhou a começar pelo estruturalismo. É certo que em toda a obra do Prof. Sarmento a referência a expressões do género “análise de fenómenos e estruturas patrimoniais” é constante... O Prof. Sarmento era forte seguidor da corrente estruturalista?

HOC – Implicitamente era, expressamente nunca. Usava a palavra estrutura porque era a que melhor se ajustava ao que ele estava a pensar. Ele era estruturalista sem reivindicar o estruturalismo. Foi importante porque quando eu estudei o estruturalismo percebi qual era a diferença entre o Prof. Sarmento e o Prof. Gonçalves da Silva que foi professor ao mesmo tempo.

Depois da saída da FEP...

JP – Como viveu o conturbado período da Revolução de 1974?

HOC – De uma forma muito complicada, porque eu estava a construir casa e tinha feito uma aplicação transitória na bolsa e depois o 25 de Abril de 1974 deixou-me o dinheiro todo preso. Felizmente pude ter ajuda de casa, do meu pai, e fiz um reajuste e acabei numa organização internacional. Dado o meu passado militar e a pouca simpatia que tinha pelo regime existente fiquei muito satisfeito. Portanto, de facto vivi o período da revolução sem dificuldades de maior, excepto no que fiz respeito a precisar de ajuda da família para resolver problemas de crédito e pagar ao empreiteiro, coisa que resolvi também passado pouco tempo.

JP – Na sua opinião, as divergências políticas e as medidas tomadas imediatamente após a Revolução prejudicaram o ensino da contabilidade?

HOC – O ensino da contabilidade tinha sido absolutamente subvertido em Lisboa desde 1968. Quando aconteceu a revolução a Escola de Lisboa estava desfeita, portanto não foi a revolução de 1974 que a alterou. Também a Escola do Porto estava em convulsões, mas eu já estava fora da faculdade. Eu a primeira coisa que fiz depois do 74 foi pedir a classificação de serviço enquanto professor universitário e tenho o prazer de ter um papel comigo assinado pelo Dr. Armando Castro dizendo que eu tinha prestado “bom e efectivo serviço”.

O ensino da contabilidade tinha começado a decair uns anos antes e nos dois ou três anos a seguir não beneficiou nada. Na prática o ensino da contabilidade voltou a ganhar dignidade com a reestruturação dos institutos comerciais e esta reestruturação dos institutos fez pensar as faculdades. A partir da reforma dos institutos a contabilidade é

chamada por várias universidades privadas que entretanto se formaram e generaliza-se muito.

JP – O Prof. Carqueja ensinou mais alguma disciplina noutra estabelecimento de ensino?

HOC – Sim, Organização e Gestão de Empresas na FEUP, mas ensinei em 1982 Teoria da Contabilidade na Universidade Livre por achar que deveria existir uma universidade diferente da que existia.

JP – Depois de ter ensinado aos alunos da licenciatura em Economia, regressou à FEP para ensinar Teoria da Contabilidade aos alunos de mestrado. É muito diferente ensinar a alunos de mestrado (pré-Bolonha) e a alunos de licenciatura?

HOC – Eu diria que é totalmente diferente. Porque enquanto que alunos de licenciatura são alunos destinados a profissões diversificadas em que todos têm um tronco comum, que é o de contabilidade, no mestrado eu tenho alunos que escolheram ser especialistas de contabilidade. Portanto a profundidade para tratamento de alguns assuntos é diferente. Por exemplo, salientar as linhas de investigação é um tema que no máximo poderia receber uma referência num curso de licenciatura e que tem de ser desenvolvido num curso de mestrado. Ao nível da Teoria da Contabilidade no mestrado para mim nunca passou da introdução. Nunca pensei que seriam temas próprios de mestrado a expressão, a medida ou a análise a não ser na medida em que dessem em crise problemas que deveriam ser resolvidos na introdução.

JP – O Decreto-Lei que criou a FEP, em 1953, esclarece que o papel da FEP seria o de criar «uma elite de economistas aptos a ocupar as situações de mais alta responsabilidade em organizações vastas e complexas» Na sua opinião a FEP cumpriu e cumpre este papel?

HOC – Penso que em termos sociais nunca um papel está cumprido. Penso que a FEP cumpriu razoavelmente esse papel, o que se fez muito notar no pós 25 de Abril com o número de pessoas que emprestou ao sector público para gerir e que nos anos mais recentes se volta a fazer notar por algumas pessoas que saem com capacidades

especiais. No que diz respeito à contabilidade os meios humanos existentes dentro da FEP permitiam fazer muito melhor se fosse possível que eles se coordenassem, isto é o que eu penso.

Realizada no Porto, a 19 de Outubro de 2009.

145

TEM COMO PRINCIPAL OBJECTIVO,
FORMAR UMA ÉLITE DE TÉCNICOS,
QUE SIRVAM OS INTERESSES NACIONAIS, DIRIGINDO
E ORIENTANDO AS ACTIVIDADES ECONÓMICAS DO PAÍS
—declarou o sr. ministro da Educação Nacional
aos representantes da Imprensa

O que será a nova Faculdade
A primeira pergunta, como era natural incidir sobre a concepção e finalidades da futura Faculdade.
—A Faculdade de Economia—da

— Há uma restrição a fazer: os li-
cenciados em economia pela Univer-
sidade do Porto terão de obter apro-
vação em duas disciplinas de estatística.

Quanto à realização de futura Faculdade, esqueça ministro: duas coisas são um assunto que não repete mais ao reitor da Universidade e aos seus colegas das Faculdades e das Obras Públicas do que a ele importa.

O reitor, estudando o problema, está estudando um princípio: duas coisas a nova Faculdade funcionará no âmbito da Faculdade de Ciências e não se desdobra para outras e para outras maiores disponibilidades de aproveitamento de espaço, além da construção.

Receiu o seu parcelado de 145-953
N3 - 1714 - P14



O sr. dr. Oliveira Salazar com os membros do Senado da Universidade do Porto

Os membros do Senado da Universidade do Porto

foram, ontem, a Lisboa, agradecer aos srs. Presidente do Conselho e ministro da Educação a criação da Faculdade de Economia naquele estabelecimento de ensino

Com o fim de agradecer ao Governo a criação da Faculdade de Economia na Universidade do Porto, deslocaram-se, ontem, a Lisboa, os membros do Senado Universitário daquela cidade, que se avistaram com o ministro da Educação Nacional, sr. prof. dr. Fernando Pires de Lima e com o sr. prof. dr. Oliveira Salazar, Presidente do Conselho.

Compareceram todos os membros do Senado, tendo à frente o respectivo presidente, sr. prof. dr. Amândio Tavares, reitor da Universidade, acompanhado pelos vogais, srs. profs. drs. Fernando Magano, vice-reitor; dr. Augusto Herminigildo Ribeiro Peixoto de Queirós, director da Faculdade de Ciências; dr. António de Almeida Garrett, director da Faculdade de Medicina; dr. Manuel Correia do Barros, director da Faculdade de Engenharia; e dr. Aníbal de Azeiteiro Albuquerque, director da Faculdade de Farmácia.

Como delegados dos professores catedráticos do Senado, deslocaram-se, também, a Lisboa, os srs. drs. Arnaldo de Jesus Madureira e Sousa, Carlos Faria Moreira Ramalhão, António de Almeida Garrett e António Lopes Rodrigues, respectivamente, pelas Faculdades de Ciências, Medicina, Engenharia e Farmácia. E ainda o sr. dr. Arnaldo Deodato da Fonseca Roseta, dele-

gado dos professores extraordinários, agregados e livres, o sr. dr. José Luis Pinto Rodrigues, delegado dos assistentes, e o secretário da Universidade, sr. dr. Firmínio Maria Gonçalves.

O sr. ministro da Educação Nacional, dr. Pires de Lima, agradeceu a visita e ficou impresso com os professores do Porto que, cerca das 17 horas e 30, foram recebidos pelo sr. Presidente do Conselho, a quem testemunharam o reconhecimento da Universidade que representam pela criação da Faculdade de Economia.



O Senado Universitário do Porto agradeceu, por intermédio do reitor da Universidade, as saudações proferidas em louvor da criação da Faculdade de Economia

O Senado Universitário do Porto foi saudado, ontem, pela criação da Faculdade de Economia

O Senado Universitário do Porto, recebeu, ontem, de tarde, os cumprimentos das autoridades civis, militares, eclesiásticas e judiciais e dos organismos económicos e corporativos da cidade, que foram expressar-lhe a sua satisfação pela recente criação da Faculdade de Economia. Na sala do conselho, reuniram-se, para o efeito, os srs. D. António Ferreira Gomes, prelado da diocese; general Costa de Moraes, comandante da 1.ª Região Militar; eng. José Albino Machado Vaz, presidente da Câmara Municipal; comandante João Pais, chefe do Departamento Marítimo dos Portos do Douro e Leixões; tenente Coelho Dias, director da P.I.D.E.; coronel Moura Bessa, comandante da P.S.P.; dr. António Maria Pinheiro Torres, director do S.N.I.; dr. Arnaldo Pinheiro Torres, presidente da Comissão Distrital da União Nacional; António de Oliveira Cálém, presidente da Associação Comercial do Porto; eng. Mário Borges, presidente da Associação Industrial Portuguesa; dr. António Cruz, director da Biblioteca Pública Municipal; eng. Custódio Guimarães, presidente da Liga dos Combatentes da Grande Guerra; prof. dr. Luís de Pina, provedor da Santa-Casa da Misericórdia; directores e professores das Faculdades de Ciências, Medicina, Farmácia e Engenharia e muitas outras pessoas.

O sr. dr. Domingos Braga da Cruz, dirigindo-se ao sr. prof. dr. Amandio Tavares, reitor da Universidade, proferiu as seguintes palavras:

— Após a publicação, pela Imprensa, da notícia de ter sido aprovada, em Conselho de Ministros, a criação da nova Faculdade de Economia nesta Universidade e ainda depois das declarações dos srs. ministros do Interior e da Educação Nacional, logo foram dirigidos ao Chefe do Governo, ao ministro da Educação Nacional e, também, a V. Ex.^a, senhor reitor, os agradecimentos da cidade, através da sua Câmara Municipal e, também, as congratulações dos seus mais destacados organismos culturais, políticos, económicos e académicos. A recente publicação, no «Diário do Governo», dos diplomas respeitantes à criação e próximo funcionamento da nova Faculdade e,

ainda, a abertura de concursos para professor, para que o novo estabelecimento dos seus professores, deram-nos venha a ser o que todos os portenhos, porém, uma melhor e mais perfeita conside-ramos, para Salazar—consciência da importância que este notável clu-—acontecimento representa e, por isso, o Nacional, aos quais se deve a criação da termos entendido conveniente vir trazer-nossa Faculdade de Economia, o preito a prestigiosa Universidade, com a nossa homenagem, ao mesmo tempo presença, o mais evidente testemunho que renovamos a V. Ex.^a a nossa grati- de elevado apreço, e, juntos com V. Ex.^a dão pela gentileza de terem vindo a esta- nios congratulamos com a distinção con- ferida pelo Governo à Universidade, agora mais engrandecida com a ampliação dos cursos, na mesma intituição.

E concluiu:

— Os que aqui se encontram presentes, o senhor bispo do Porto, a Câmara Municipal, as autoridades civis, militares, judiciais, a representação política, e os representantes das actividades económicas, todos viemos, com satisfação, na plena consciência do cumprimento do dever, apresentar as melhores felicitações a quem, tão dedicadamente, tem servido o nosso estabelecimento de ensino superior, em especial àquele que, não olhando a sacrifícios, por vezes até com prejuízo da sua saúde, tanto se tem esforçado por que a Universidade do Porto seja, como na verdade é, não apenas um estabelecimento de ensino proficiente e de alto nível científico, mas uma verdadeira casa de educação e de preparação para a vida. Que esta Universidade conserve, sempre, acrescentado prestígio e cada vez maior projecção, são os votos sinceros de todos os presentes ou, até, melhor dizendo, de todos os portenhos, de todos os nortenhos.

O sr. eng. José Albino Machado Vaz, que falou, seguidamente, manifestou, também, a gratidão da cidade pela satisfação de uma das suas maiores aspirações: a criação da nova Faculdade de Economia, salientando a projecção do facto e o louvor devido ao Governo da Nação, especialmente ao ministro da Educação Nacional. Referiu-se, depois, à acção do sr. prof. dr. Amandio Tavares, que, pelo seu incontestável prestígio, pela sua iniciativa e dedicação à Universidade, muito contribuiu, certamente, para que esta fosse ampliada com a nova Faculdade. Pôs em relevo a múltipla actividade do sr. prof. dr. Amandio Ta-

vares, lembrando que foi já, graças à sua acção forçada, que o Porto obteve o magnífico estádio Universitário, o Jardim Botânico, etc. Louvores lhe eram devidos por isso que tem dispendido um esforço e inteligência com os resultados que estão patentes.

O sr. António de Oliveira Cálém começou por afirmar que não podia deixar de ir ali congratular-se com a realização da velha aspiração portuense que era a da criação da nova Faculdade de Economia. Leu, seguidamente, alguns trechos do preâmbulo do decreto que criou a nova Faculdade, no qual se presta justiça aos esforços feitos para tal conseguimento. Todavia, não podia deixar de salientar a acção desenvolvida, neste sentido, pela Associação Comercial do Porto, que, desde há muito, tem pugnado pela criação de uma Escola Superior de Comércio e que criou, por sua única iniciativa, cursos de Estudos Económicos e Financeiros. Assim, é bem compreensível o júbilo com que se associa às felicitações dirigidas ao Senado Universitário e aos louvores devidos ao Governo da Nação.

Finalmente, usou da palavra o sr. prof. dr. Amandio Tavares, para agradecer, em seu nome e no do Senado Universitário, os cumprimentos e congratulações recebidos. Disse, porém, absolutamente, no êxito da nova Faculdade, por isso que está certo de que as autoridades presentes e a cidade não deixarão de acarinhá-la Faculdade nascente e todo o apoio darão ao Senado Universitário.

O sr. prof. dr. Amandio Tavares, que estava acompanhado pelos directores das Faculdades e todos os professores catedráticos da Universidade, recebeu, no final, os cumprimentos de todas as pessoas presentes.

A Junta de Província do Douro Litoral esteve representada na solenidade pelo seu presidente.

De O Comércio do Porto de 10-6-1953
ANB-N80-P69

IV. Incêndio na FEP

INCALCULÁVEIS OS PREJUÍZOS CAUSADOS PELAS CHAMAS NA UNIVERSIDADE DO PORTO

Vai iniciar-se imediatamente a remoção dos destroços
CAUSADOS
PELO INCÊNDIO
na Universidade do Porto

[illegible]

NOTAS DO REPÓRTER

hoda, e que nas Faculdades existem duplicantes desses processos, fotografáveis sob luz processos aos estudantes da Escola Normal e da Pa-
teles.

* HOSPITAL DE SANGRE

Em breve estarão aqui em
poças um outro edifício
e de Clientes recordos (ap-
roximadamente 1000) com-
preenderão que a situação
em de fato, não é apor-
tuna, ainda, mas, a
necessidade de conversão, a
necessidade de conversão,
necessidade de conversão,
necessidade de conversão.

★ AINDA QUANDO
O FOGO LAVRAVA

[illegible]

* COLLABORATION

[illegible]

→ \$6 EM OUTVORO

A propósito de impossibilidade de funcionamento da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, que não está total, uma vez que só parte foi atingida — talvez na edilificação instalada no novo edifício em substituição do construído, em 1969. Tal não é possível, pois não há tempo necessário, segundo os especialistas, para que se possa se entrar em condições adequadas para a abertura de uma faculdade de Economia, que não é apenas uma faculdade de Economia, mas uma faculdade de Economia.

★ DOUTORAMENTOS,
CONCURSOS,
CONFERÊNCIAS

A estação apoderaçou-se de muitas pessoas que assistiram à marcha do fogo. Quando se soube da destruição da estação, muitos viajantes de trem e de ônibus tiveram uma reação árbitria — e que não foi controlada mais tarde.

redução de despesas com transporte.

[illegible]

★ BOMBEIROS
E POLÍCIA

Os diagnósticos e prescrições com base nos dados coletados pelos pesquisadores são os seguintes: a) o mercado interno brasileiro apresenta dificuldades para manter o crescimento econômico; b) a Zona Norte, com o Alameda de Marabá, e o polo industrial de Manaus, com o polo de Manaus, são os polos de desenvolvimento econômico da região; c) a Zona Sul, com o polo de Manaus, é o polo de desenvolvimento econômico da região; d) a Zona Leste, com o polo de Manaus, é o polo de desenvolvimento econômico da região; e) a Zona Oeste, com o polo de Manaus, é o polo de desenvolvimento econômico da região.

* **Duplicating**

A pesar de estar deslucido o arquivo geral existente no segundo andar, há possibilidade de refazer a quase totalidade dos processos dos serviços situados na Universi-

PRESENÇA
DAS ENTIDADES OFICIAIS

[illegible][illegible][illegible][illegible][illegible]

A CURIOSIDADE E A ESTUPEFAÇÃO DO POVO

[illegible]

As novas condições para a vida da população, o mais importante a ser feito é a melhoria da educação. O ensino superior deve ser mantido em péssimas condições, com a maioria das instituições mal equipadas e com professores mal pagos. A Universidade de São Paulo, a mais importante do país, não é exceção. O ensino médio também está em péssimas condições, com a maioria das escolas mal equipadas e com professores mal pagos. O ensino fundamental também está em péssimas condições, com a maioria das escolas mal equipadas e com professores mal pagos.

Mais tarde, quando a Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo foi fundada, em 1827, ela também estava em péssimas condições. O ensino superior era muito limitado e a maioria das instituições mal equipadas. O ensino médio também estava em péssimas condições, com a maioria das escolas mal equipadas e com professores mal pagos. O ensino fundamental também estava em péssimas condições, com a maioria das escolas mal equipadas e com professores mal pagos.

★ DESTROÇOS SOBRE DESTROÇOS

Quando a casa de um homem rico é destruída, ele não se preocupa. Quando a casa de um homem pobre é destruída, ele se preocupa. Quando a casa de um homem rico é destruída, ele não se preocupa. Quando a casa de um homem pobre é destruída, ele se preocupa. Quando a casa de um homem rico é destruída, ele não se preocupa. Quando a casa de um homem pobre é destruída, ele se preocupa.

O clero em geral tem se mostrado indiferente às necessidades da população. A maioria dos padres são corruptos e a maioria das igrejas são mal cuidadas. O clero em geral tem se mostrado indiferente às necessidades da população. A maioria dos padres são corruptos e a maioria das igrejas são mal cuidadas. O clero em geral tem se mostrado indiferente às necessidades da população. A maioria dos padres são corruptos e a maioria das igrejas são mal cuidadas.

Os políticos em geral são corruptos e a maioria dos partidos são mal organizados. Os políticos em geral são corruptos e a maioria dos partidos são mal organizados. Os políticos em geral são corruptos e a maioria dos partidos são mal organizados. Os políticos em geral são corruptos e a maioria dos partidos são mal organizados.

Os empresários em geral são corruptos e a maioria das empresas são mal geridas. Os empresários em geral são corruptos e a maioria das empresas são mal geridas. Os empresários em geral são corruptos e a maioria das empresas são mal geridas. Os empresários em geral são corruptos e a maioria das empresas são mal geridas.

Os trabalhadores em geral são explorados e a maioria dos sindicatos são mal organizados. Os trabalhadores em geral são explorados e a maioria dos sindicatos são mal organizados. Os trabalhadores em geral são explorados e a maioria dos sindicatos são mal organizados. Os trabalhadores em geral são explorados e a maioria dos sindicatos são mal organizados.

As destruições em geral são frequentes e a maioria das instituições são mal cuidadas. As destruições em geral são frequentes e a maioria das instituições são mal cuidadas. As destruições em geral são frequentes e a maioria das instituições são mal cuidadas. As destruições em geral são frequentes e a maioria das instituições são mal cuidadas.

Os políticos em geral são corruptos e a maioria dos partidos são mal organizados. Os políticos em geral são corruptos e a maioria dos partidos são mal organizados. Os políticos em geral são corruptos e a maioria dos partidos são mal organizados. Os políticos em geral são corruptos e a maioria dos partidos são mal organizados.

Os empresários em geral são corruptos e a maioria das empresas são mal geridas. Os empresários em geral são corruptos e a maioria das empresas são mal geridas. Os empresários em geral são corruptos e a maioria das empresas são mal geridas. Os empresários em geral são corruptos e a maioria das empresas são mal geridas.

Os trabalhadores em geral são explorados e a maioria dos sindicatos são mal organizados. Os trabalhadores em geral são explorados e a maioria dos sindicatos são mal organizados. Os trabalhadores em geral são explorados e a maioria dos sindicatos são mal organizados. Os trabalhadores em geral são explorados e a maioria dos sindicatos são mal organizados.

Os políticos em geral são corruptos e a maioria dos partidos são mal organizados. Os políticos em geral são corruptos e a maioria dos partidos são mal organizados. Os políticos em geral são corruptos e a maioria dos partidos são mal organizados. Os políticos em geral são corruptos e a maioria dos partidos são mal organizados.

Os empresários em geral são corruptos e a maioria das empresas são mal geridas. Os empresários em geral são corruptos e a maioria das empresas são mal geridas. Os empresários em geral são corruptos e a maioria das empresas são mal geridas. Os empresários em geral são corruptos e a maioria das empresas são mal geridas.

Os trabalhadores em geral são explorados e a maioria dos sindicatos são mal organizados. Os trabalhadores em geral são explorados e a maioria dos sindicatos são mal organizados. Os trabalhadores em geral são explorados e a maioria dos sindicatos são mal organizados. Os trabalhadores em geral são explorados e a maioria dos sindicatos são mal organizados.

Os políticos em geral são corruptos e a maioria dos partidos são mal organizados. Os políticos em geral são corruptos e a maioria dos partidos são mal organizados. Os políticos em geral são corruptos e a maioria dos partidos são mal organizados. Os políticos em geral são corruptos e a maioria dos partidos são mal organizados.

Os políticos em geral são corruptos e a maioria dos partidos são mal organizados. Os políticos em geral são corruptos e a maioria dos partidos são mal organizados. Os políticos em geral são corruptos e a maioria dos partidos são mal organizados. Os políticos em geral são corruptos e a maioria dos partidos são mal organizados.

Os empresários em geral são corruptos e a maioria das empresas são mal geridas. Os empresários em geral são corruptos e a maioria das empresas são mal geridas. Os empresários em geral são corruptos e a maioria das empresas são mal geridas. Os empresários em geral são corruptos e a maioria das empresas são mal geridas.

Os trabalhadores em geral são explorados e a maioria dos sindicatos são mal organizados. Os trabalhadores em geral são explorados e a maioria dos sindicatos são mal organizados. Os trabalhadores em geral são explorados e a maioria dos sindicatos são mal organizados. Os trabalhadores em geral são explorados e a maioria dos sindicatos são mal organizados.

Os políticos em geral são corruptos e a maioria dos partidos são mal organizados. Os políticos em geral são corruptos e a maioria dos partidos são mal organizados. Os políticos em geral são corruptos e a maioria dos partidos são mal organizados. Os políticos em geral são corruptos e a maioria dos partidos são mal organizados.



OITO HORAS A LUTAR CONTRA AS CHAMAS

As chamas são uma grande ameaça à população. Elas podem destruir casas, empresas e instituições. É importante tomar medidas para evitar a propagação das chamas. As chamas são uma grande ameaça à população. Elas podem destruir casas, empresas e instituições. É importante tomar medidas para evitar a propagação das chamas.

O ARQUIVO DOS PROCESSOS DOS ALUNOS NÃO FOI DESTRUÍDO

O arquivo dos processos dos alunos não foi destruído. Isso é uma boa notícia para os alunos que foram acusados de crimes. O arquivo dos processos dos alunos não foi destruído. Isso é uma boa notícia para os alunos que foram acusados de crimes.

Os processos dos alunos não foram destruídos. Isso é uma boa notícia para os alunos que foram acusados de crimes. Os processos dos alunos não foram destruídos. Isso é uma boa notícia para os alunos que foram acusados de crimes.

Os processos dos alunos não foram destruídos. Isso é uma boa notícia para os alunos que foram acusados de crimes. Os processos dos alunos não foram destruídos. Isso é uma boa notícia para os alunos que foram acusados de crimes.

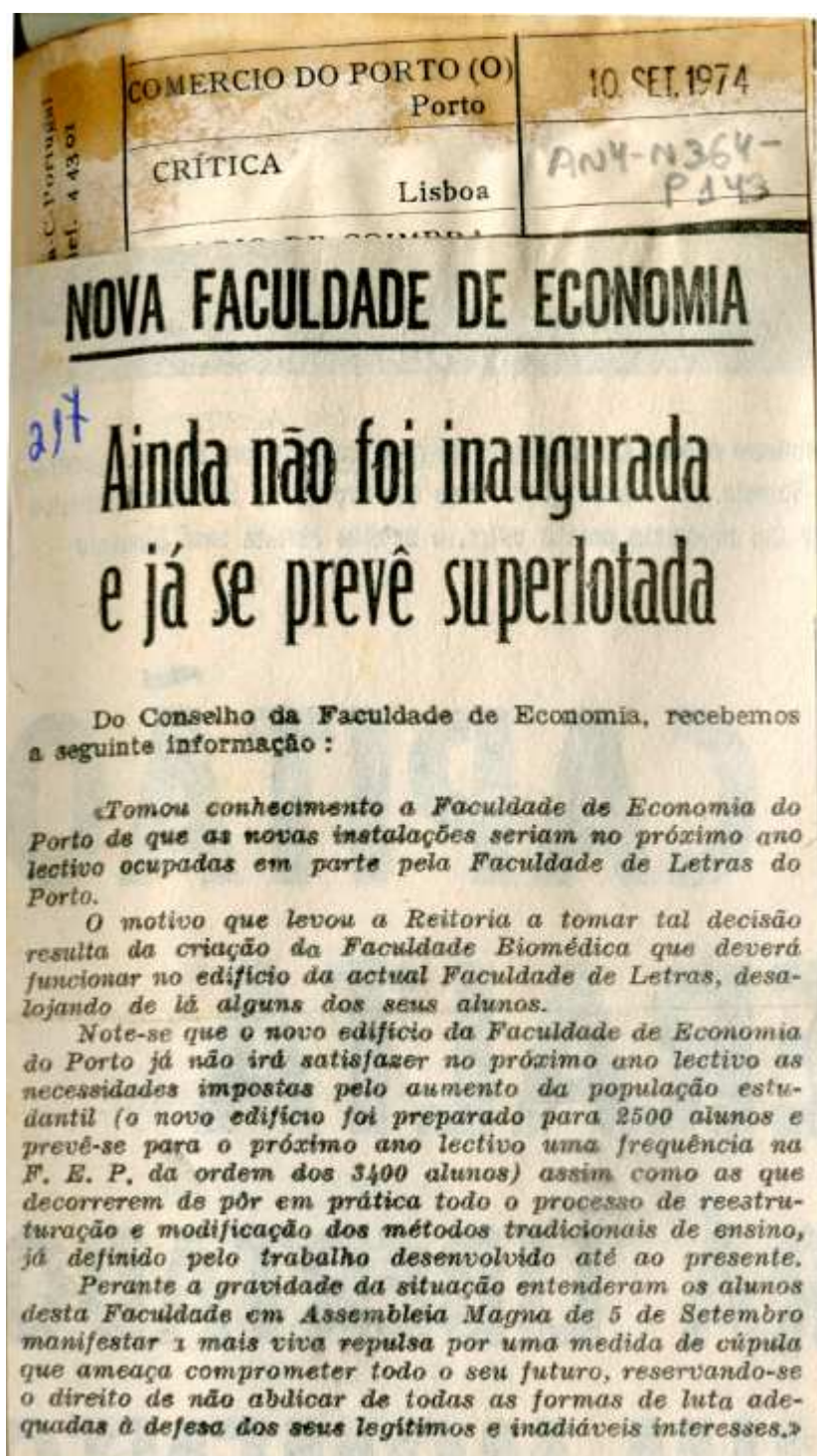
★ OS SALVADOS

Quando a cidade se ergueu, muitos foram salvados. Isso é uma grande vitória para a população. Quando a cidade se ergueu, muitos foram salvados. Isso é uma grande vitória para a população.

Os salvados são aqueles que foram resgatados das chamas. Eles são uma grande vitória para a população. Os salvados são aqueles que foram resgatados das chamas. Eles são uma grande vitória para a população.

Os salvados são aqueles que foram resgatados das chamas. Eles são uma grande vitória para a população. Os salvados são aqueles que foram resgatados das chamas. Eles são uma grande vitória para a população.

V. A Nova FEP





Luc indirecta em salas que, de tão grandes, são já consideradas antiquadas.

VIDA UNIVERSITÁRIA

O NOVO EDIFÍCIO DE ECONOMIA, ENTROU EM FUNCIONAMENTO

❖ NEM DISCURSOS, NEM BANQUETES

As aulas da Faculdade de Economia já se realizam na nova Faculdade em Paranhos. O moderno e algo sumptuário edifício (ainda com algumas obras de acabamento) entrou ontem em serviço, tendo a ele ocorrido a generalidade dos estudantes de Economia, salvo os do 1.º ano, pois para estes ainda nada está estabelecido.

As aulas não o são no sentido clássico do termo pois se tratam de cursos intensi-

ficados de Economia ter entrado em funcionamento.

Não se registou qualquer acto inaugural. Efectivamente, o caso não é de esperar porque se vive num clima 25 de Abril e teríamos fogueteiro. Estivéssemos antes de ter, sessão solene, discursos apologeticos figuras gracas, grandes catedráticos e (como era da praxe) um lauto banquete onde nada faltaria. Seria um dia de «feita» e a todos os ventos se clamaria pela grandiosidade do empreendimento, pela maneira como se geria a «educação nacional». Acrescentemos que se geria muito mal porque os cursos estão a ser revistos e está a proceder-se à «lavagem do unto fascista».

O que leva tempo e bo-

Formação significava confu-

são. Os trabalhos têm a participação de docentes e de discentes — salvo os do primeiro ano — estabelecendo-se o que interessa ou não estudar e que matérias leccionar para não ocorrer o que sucedia até a este ano lectivo: duplicação de matérias e ausência de outras.

É risível a participação de estudantes. O que se acerta nestas reuniões será o Programa de 74/75 e será transmitido ao Ministério da Educação e Cultura para se articular com os programas das outras duas faculdades do país. Trata-se portanto, de uma situação transitória.

Algumas palavras na abertura

Não, não houve discursos no primeiro dia de funcionamento da Faculdade. Mas surgiram verdades salidas da boca de alunos — que, esses sim, foram palavras de vida, de consciência que prenha, que trilha da futuro. Referimos algumas, cediadas ao acaso:

• Não vivemos de paredes bonitas. Esta escola foi concebida para uma capacidade de 2500 alunos e, no ano lectivo em que se inaugura, já estão inscritos 3400!

• Nessa altura em que está provado que o ensino produtivo é o circunscrito a reducidos núcleos de estudantes, damos-nos a sala e enormes, absolutamente antedidáticas.

• Estamos longe de tudo. Nem onde temos a mão... e a parte de convívio foi perfeitamente descurada. Há uma cantina, que ninguém sabe quando começará a funcionar, e que está prevista para fornecer 100 refeições diárias. Não chega nem para as encomendas.

voe sobre matérias diversas (novas na Faculdade) as quais vão ser incluídas no programa. A participação dos estudantes é grande. Do concreto, a novidade de a «nova» Fa-

Início de actividades na Faculdade de Farmácia

Ontem às 9 horas, na Faculdade de Farmácia, iniciaram-se os trabalhos relativos ao ano lectivo 74/75. Não foi começo de aulas pois os cursos estão a ser revistos e adaptados dado que o que a reforma «Veiga Simão» indicava para a(s) faculdade(s) de

Candidatos aos exames «ad hoc» contra exame de aptidão

Num comunicado divulgado por uma «Comissão de alunos» candidatos aos exames de aptidão «ad hoc» da Faculdade de Economia, os estudantes protestam contra as medidas tomadas quanto à admissão à Universidade.

Situam os alunos a solução no conjunto de medidas com que se pretende resolver os problemas do ensino superior, particularmente os do afluxo da população escolar, «repudiando tal tipo de solução e exigindo o ingresso imediato na Universidade».

VI. Doutor Sarmento

10-2-62
REALIZOU-SE ONTEM,
10-2-62
NA FACULDADE
DE ECONOMIA DO PORTO,
A PRIMEIRA PROVA
DE DOUTORAMENTO

Ontem, pelas 16 horas, realizou-se no salão nobre da Universidade a primeira prova de doutoramento da Faculdade de Economia desta cidade.

Nessa prova, que teve início com um interrogatório sob ponto sorteado e intitulado «Concentração Industrial», serviu de arguente o prof. Faria Lapa, do Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras, de Lisboa.

O candidato era o doutor José António Sarmento, encarregado de curso da referida Faculdade.

Do júri, presidiu pelo sr. vice-reitor, prof. Sarmento de Beires, faziam parte, além do prof. Faria Lapa, os profs. Teixeira Ribeiro, da Faculdade de Direito de Coimbra; Gonçalves da Silva e Pires Cardoso do Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras; Pedro Soares Martínez, da Faculdade de Direito de Lisboa; prof. Fernando Seabra, da Faculdade de Economia do Porto; doutores Caetano da Cruz Vidal, do Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras, e João Ruiz de Almeida Garrett, encarregado de curso da Faculdade de Economia do Porto.

A próxima prova terá lugar quinta-feira, à mesma hora, e local.

13-2-1962
PROVAS
DE DOUTORAMENTO
NA FACULDADE
DE ECONOMIA

No salão nobre da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto, prosseguiram, ontem de tarde, no meio de invulgar interesse as provas de doutoramento do licenciado sr. dr. José António Sarmento, assistente da Faculdade de Economia.

Presidiu ao acto, o sr. prof. dr. Manuel Correia de Barros, reitor da Universidade, ladeado pelos srs. profs. drs. Fernando Maria Alberto de Seabra, director da Faculdade de Economia e Pedro Soares Martínez, da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

Nas doutorais, sentaram-se os srs. profs. drs. Faria Lapa, Pires Cardoso, Fernando Vieira Gonçalves da Silva e Cruz Vidal, todos da Universidade de Lisboa; José Joaquim Teixeira Ribeiro da Faculdade de Direito de Coimbra, e João Ruiz de Almeida Garrett, da Faculdade de Economia do Porto. Noutros lugares, sentaram-se ainda professores das diversas Faculdades da nossa Universidade e, além de outras pessoas, muitos estudantes e licenciados em Ciências Económicas e Financeiras.

As provas que estão a ser prestadas pelo candidato tem despertado um justificado interesse no meio académico, visto tratar-se do primeiro doutoramento na nossa Faculdade de Economia.

Neste segundo dia de provas, o doutorando fez a sua lição, sobre ponto tirado a sorte com 24 horas de antecedência, intitulada «Tubulação dos lucros de empresas». Tendo por arguente o sr. prof. dr. Soares Martínez, travou-se, então, entre os dois a discussão a qual, pode dizer-se, girou sempre em torno dos «lucros». Ao fim de uma hora foi dada por finda a discussão sobre o tema que o candidato havia exposto com a vontade e brilho.

Pode afirmar-se que a discussão travada, entre aquele professor e o doutorando traduziu-se numa proveitosa lição para os estudantes que ali se encontravam entre a assistência.

Hoje, às 10 horas, perante o mesmo júri, terá lugar a discussão e defesa da dissertação do candidato, que versará sobre «Alguns aspectos do problema da gestão e análise contabilística dos stocks».



O dr. José António Sarmento na defesa da sua tese

PROVAS DE DOUTORAMENTO NA FACULDADE DE ECONOMIA

Com a defesa e discussão da dissertação sobre «Alguns aspectos do problema da gestão e análise contabilística dos stocks», terminou ontem as suas provas de doutoramento em Economia o licenciado sr. José António Sarmento. Presidiu ao júri o sr. prof. dr. Manuel Correia de Barros, reitor da Universidade do Porto, e, como nos dias anteriores, afluíram ao salão nobre da Faculdade de Ciências muitas pessoas, sobretudo estudantes.

A tese apresentada pelo candidato foi argumentada pelo sr. prof. dr. Gonçalves da Silva, da Universidade de Lisboa. As objecções feitas respondeu o sr. dr. José António Sarmento, tendo-se, como é de praxe, travado discussão entre o candidato e o arguente.

Concluída a discussão e defesa da tese, reuniu o respectivo júri que aprovou o candidato por unanimidade, com a classificação de 18 valores.